

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

A REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
(1889-1900)

TESE SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
H I S T Ó R I A

JALI MEIRINHO

Florianópolis, 1979

RESUMO

Esta dissertação examina a História Política de Santa Catarina no período que medeia os anos de 1889 e 1900, década em que se implantou e consolidou a República no Brasil.

O trabalho apresenta um retrospecto do avanço das ideias republicanas na Província, partindo da efêmera República Catarinense, proclamada na Laguna, em 1839, acompanha uma segunda fase com início no Manifesto Republicano Nacional, e se propõe a uma revisão do período imediato, que antecede a Proclamação, revendo a criação dos Clubes e Jornais Republicanos em Santa Catarina.

A parte mais abrangente é aquela enfeixada no capítulo III, onde se faz uma análise das crises provocadas com a institucionalização do novo regime, geradas pelos seguintes fatores:

a) Incompatibilidade de ideais, que impossibilitou o relacionamento político, entre os novos republicanos e a pretensa elite política originária do Império;

b) A Revolta da Armada;

c) A Revolução Federalista.

Finalmente, enfoca-se a consolidação do novo regime, procurando mostrar a ascendência dos republicanos, personificados nas figuras de Lauro Müller e Hercílio Luz, sobre os antigos liberais e conservadores.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to examine the political scene of Santa Catarina from 1889 to 1900, the decade in which the Republic was established and consolidated in Brazil.

I will present the development of the Republican ideas in the province. I will start with the transient República Catarinense proclaimed in Laguna in 1839, continue with an appreciation of the second stage, which begins with the Manifesto Republicano Nacional, and finally I will review the period which immediately precedes the Proclamation, when Santa Catarina Republican clubs and papers were actually created.

The most comprehensive part is inserted in chapter III, where I will make an analysis of all the crises, which came after the institutionalization of the ninth regime, and which were caused by:

a) The absolute impossibility of any sort of successful relationship, at a political level, between the new Republicans and the traditional politicians still attached to the late Empire;

b) The Revolt of the Navy;

c) The Federal Revolution.

In the end, I will consider the consolidation of the new regime, and try to show the ascendancy of the Republicans, represented by Lauro Müller and Hercílio Luz, over the late liberals and conservatives.

A REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

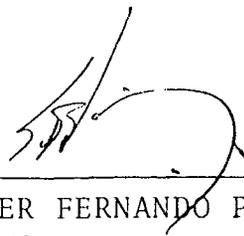
(1889 - 1900)

JALI MEIRINHO

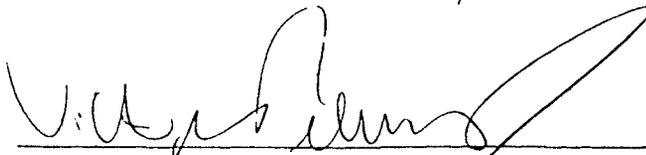


PROF. DR. WALTER FERNANDO PIAZZA
ORIENTADOR E COORDENADOR DO CURSO

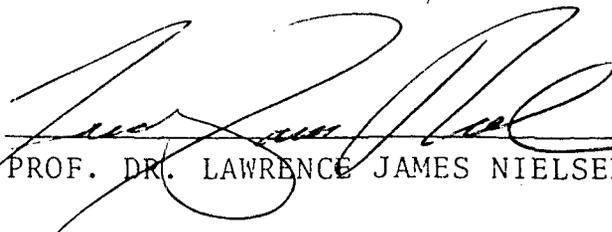
ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA E APROVADA PELA
SEGUINTE BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. WALTER FERNANDO PIAZZA



PROF. DR. VICTOR ANTÔNIO PELUSO JUNIOR



PROF. DR. LAWRENCE JAMES NIELSEN

Para Tereza
e Jali.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I - OS PRIMEIROS REPUBLICANOS EM SANTA CATARINA	4
1. A Influência da Revolução Farroupilha na Laguna, em Lages e Desterro.	4
2. A Reação Imperial Comandada pelo Marechal Andréa.	11
Capítulo II - REPERCUSSÃO DO MANIFESTO DE 1970 NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, O SURGIMENTO DA IMPRENSA E DOS CLUBES REPUBLICANOS.	15
Capítulo III - AS CRISES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA	32
1. Adesões ao novo Regime e o Motim de 18 de novembro.	32
2. Os Republicanos e a Organização Jurídico-Política do Estado de Santa Catarina.	39
3. Os Federalistas Dominando o Estado.	49
4. Ascensão e Declínio da Revolução.	64
Capítulo IV - A REPÚBLICA CONSOLIDADA	74
1. As eleições de 1894.	74
2. A Controvertida Homenagem a Floriano Peixoto.	76
3. Política e Administração no último lustro do século XIX.	78

CONCLUSÃO	84
CRONOLOGIA	86
ANEXOS	92
BIOGRAFIAS	107
1 - Lauro Müller	108
2 - Hercílio Luz	110
3 - Felipe Schmidt	119
BIBLIOGRAFIA	121

INTRODUÇÃO

Este estudo, elaborado como Dissertação de Mestrado, é nossa tentativa de participar da historiografia catarinense, acrescentando-lhe subsídios e revisando equívocos, que a anterior falta de conhecimento de fontes, agora contactadas, levou outros autores a cometer.

Entendemos que toda pesquisa destinada a uma revisão histórica tem maior importância ao limitar o seu alcance a um tema particular, inclusive com abrangência a um período determinado, como no nosso caso, pois permite um conhecimento mais detalhado do assunto e o afloramento de dados, que poderão abrir frente a novos horizontes e possibilitar interpretações do tema mais próximas da verdade.

Neste particular, com relação à História de Santa Catarina, dada a escassez bibliográfica, toda e qualquer abordagem de caráter científico, pelo mínimo que possa, está sempre fadada a uma contribuição válida para a sua evolução.

Buscando o período inicial da República em Santa Catarina, que medeia entre 1889 e 1900, pretendemos oferecer uma explicação quanto ao papel das lideranças que emergiram do sistema republicano e sua dificuldade de adaptação ou de convivência com aquelas advindas dos tradicionais partidos da Monarquia, conflito responsável pela efervescência que atingiu o sul do País e envolveu, sobretudo, Santa Catarina nos anos de 1891 a 1894.

De outra parte, verificando que a República não chegou ao nosso Estado, apenas no 15 de novembro de 1889, procuramos abordar, nos dois primeiros capítulos, o desenvolvimento e repercussões das idéias republicanas na, então, Província de Santa Catarina, demonstrando que isto ocorreu concomitante ao avanço do ideal democrático, tanto na Europa Ocidental como ainda nas restantes partes do próprio Brasil.

Quanto às fontes utilizadas, procuramos reavaliá-las com observações sob prismas ainda não explorados, buscando as explicações mais fiéis dos fatos. Neste mister, as dificuldades a transpor foram inúmeras, a iniciar pela rara documentação existente no Arquivo Público do Estado e a total

inexistência, particularmente sobre o período revolucionário, o mesmo ocorrendo com relação aos periódicos na Biblioteca Pública do Estado.]

A pesquisa estendeu-se ainda ao Arquivo Nacional e à Enciclopédia de Santa Catarina, existente na Biblioteca Central da UFSC, mas sem maior sucesso.

Como fontes primárias reputamos de importância as notas [manuscritas de Duarte Paranhos Schutel, colocadas à nossa disposição pelo orientador deste trabalho e os documentos de Cristóvão Nunes Pires, arquivados no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.]

As notas de Schutel, expressando a opinião pessoal de um experiente político vindo do Partido Liberal, depois ligado aos federalistas, serviu para comparar fatos levantados em outras fontes e, conseqüentemente, contribuir para aprimorar nossas colocações.

A documentação de Pires, igualmente valiosa pelo seu ineditismo, explica os choques nas hastes federalistas, durante a Revolução de 1893.

Na pesquisa de artigos jornalísticos, dada a feição partidária dos jornais que circularam no período abrangido, tivemos o cuidado de confrontar fatos e opiniões, de modo a que as interpretações atingissem a verossimilitude.]

No que tange à bibliografia, embora reduzida, selecionamos o que nos pareceu essencial à análise e à reavaliação, não nos preocupando em mencionar aquelas obras que, pelo seu aparecimento tardio, de inédito nada acrescentaram.

Queremos ainda justificar a limitação cronológica deste estudo em 1900. Entendemos que, definidas as lideranças no Estado e superadas as crises que marcaram o primeiro lustro do período republicano, extingue-se o assunto proposto. O período seguinte, completando a República Velha em Santa Catarina, traz implícito um caráter diferente, inclusive envolvendo políticos catarinenses nas decisões da vida nacional, face à suas presenças à frente de ministérios importantes, como Lauro Müller no Ministério de Viação e Obras Públicas e no de Relações Exteriores e, posteriormente, a de Victor Konder à frente do primeiro órgão citado. Aí temos

um assunto inédito à espera de um estudo particular.

Para a consecução desta Dissertação, os recursos materiais utilizados foram exclusivamente nossos. Contribuição valiosa, para o aperfeiçoamento deste trabalho emprestou-nos o nosso orientador, Prof. Dr. Walter Fernando Piazza, sem o que não teríamos alcançado o nosso intuito de concluir estas páginas dedicadas à compreensão histórica de nossa terra.

Capítulo I

OS PRIMEIROS REPUBLICANOS EM SANTA CATARINA

1. A Influência da Revolução Farroupilha na Laguna, Lages e Desterro.

O ideal republicano apareceu na Província de Santa Catarina, com evidência, quando da "Revolução dos Farrapos", que durou de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul, e, proclamou a República Rio-Grandense, em setembro de 1836.

Este movimento repercutiu em Santa Catarina, particularmente na Laguna e em Lages, onde mais se identificaram as simpatias para com a causa rebelde.

Lages, na serra, como que uma continuidade dos campos de Vacaria, mantinha estreita ligação com aquela população da vizinha Província, igualmente dedicada à atividade pecuária.

Laguna, porto do sul catarinense, era, tradicionalmente, ponto de ligação com as povoações gaúchas, tanto por mar quanto por terra, face os antigos caminhos de penetração colonial no território sul rio-grandense.

Ademais, Laguna viria a constituir uma opção para os revoltosos do sul, quanto à uma saída para o mar, já que a concentração de forças legais em Porto Alegre, na Lagoa dos Patos e no porto do Rio Grande bloqueavam qualquer contato dos republicanos com o Exterior.

Aos primeiros sinais de rebelião, as autoridades monárquicas pressentiram isto.

Ao transmitir a presidência da província ao seu sucessor, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, o presidente Feliciano Nunes Pires, em novembro de 1835, advertia, em discurso, que Santa Catarina poderia ser alvo dos objetivos revolucionários, notadamente, Laguna.

Em fevereiro, do ano seguinte, o presidente José Mariano foi pessoalmente, "conhecer o sentimento da população

ção da parte do sul da província e o estado da força militar".¹

Segundo Boiteux, "pelo que observou o Dr. José Maria no na Laguna, não ficou satisfeito; tornou-se mesmo apreensivo pois pôde avaliar o sentir da população, na sua maioria, adepta dos princípios republicanos".²

De regresso a Desterro, o presidente convocou a Guarda Nacional, para, se necessário fosse, auxiliar o Exército na defesa das fronteiras e costas.

Foi esta a convocação:

Bríosos Guardas Nacionais - Autorizados pela Regência em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, acabo de chamar dentre vós, em virtude da lei, um destacamento, que há de ser composto daqueles que a mesma lei designa para defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e a Integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas, são os deveres que nos impôs a lei da vossa criação, são os santos fins da salutar instituição da Guarda Nacional. Para alcançardes estes, para compordes aqueles é que vos chamo. Ainda mais: a vossa obediência a esse chamamento, dos nossos esforços e cooperação depende a segurança da província e a conservação da tranquilidade. Honrados pais de família! Apontae a vossos filhos o caminho da honra; em breve eles voltarão a seus lares dignos de vossa benção, beneméritos da Pátria, braço e orgulho de seus pais. Veteranos do Exército! Anciãos de todas as classes! Infundi na nossa brilhante mocidade as virtudes que tendes praticado e o nobre desejo de imitar-vos.

Aprenda ela de vós que para defender o que há de mais sagrado para o homem social - o Império da Lei - é que a Pátria vos chama. Viva a Constituição Reformada! Viva o Imperador Senhor D. Pedro II! Viva o Regente

¹BOITEUX, H. A República Catarinense (Notas para a sua História), p. 26.

²IBID. p. 27

do Império! Viva a Guarda Nacional do Brasil! José Mariano de Albuquerque Cavalcante".

Em fevereiro de 1836 a ação dos agentes do governo revolucionário do Rio Grande do Sul era ativa no sul catarinense, obrigando o governo a entrar em ação para impedir uma expansão dos rebeldes. Em Laguna, o juiz de paz Francisco da Silva França convocou a população masculina e adulta para auxiliar na defesa da vila ante um possível ataque.

Os lagunenses reagiram contra esta convocação. Parte da corporação militar aderiu à reação, preparando um motim que deveria eclodir a 20 de março, data de uma festa religiosa, que concentraria grande público no centro da vila.

Boletins subversivos foram distribuídos, instigando o povo para que pressionasse a Câmara Municipal a renunciar.

O comandante da tropa, coronel Henrique Marques da Silva Lisboa, usando de energia, fez o movimento abortar e prendeu seus líderes. A mais alta patente era o major Patrício Sepulveda Ewerard, preso, juntamente com o 1º tenente José Maria Franco, 2º tenente Francisco de Almeida Varela, 2º cadete Luís Marques e mais seis soldados.⁴

Do ano de 1837, temos novas indicações de que o ambiente na Laguna continuava tenso. O comandante da força imperial, ali sediada, capitão Rodrigo Antônio da Silva, em ofício ao Presidente da Província, datado de 10 de novembro, reclamava mais homens para a sua corporação. Para isso argumentava: "Não devo deixar de comunicar a V. Excia. que tenho alcançado haver aqui um grande partido anárquico na plebe ordinária".⁵ Mais adiante, diz que o Juiz de Paz não reprime esta ação, "talvez por medo" e também aventa a necessidade de desarmar a população.

³IBID. p. 27-28

⁴IBID. p. 25

⁵ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Relatório do Presidente da Província do ano de 1839, manuscrito anexo.

Com as forças de que dispunha o governo foi controlando a situação no litoral da Laguna e vigiando a divisa do Sul.

Na serra, porém, a vigilância era quase nula, permitindo que, em março de 1838, Lages caísse e se tornasse a primeira vila catarinense declarada república.

No início de 1838, um batalhão revolucionário, com um contingente de 1.600 homens, sob o comando de José Mariano de Matos, participa de uma tentativa para tomar a cidade de Porto Alegre. A tropa foi rechaçada pelos legais, sob o comando de Eliziário de Brito e, na retirada para o Norte, atinge o território catarinense chegando até Lages. Tasso Fragozo afirma que "Aboliram no município de Lages o regime monárquico e declararam este município incorporado à República Rio-Grandense."⁶

Foi no dia 9 de março e contou com o apoio de elementos locais.

Em Santa Catarina o coronel Matos não só ocupou Lages, mas, com seus homens, efetuou uma marcha até o rio Negro, divisa com a província de São Paulo.⁷

O acontecimento em Lages fez com que a Assembleia Provincial de Santa Catarina votasse a Lei nº 78, de 7 de abril de 1838, proibindo o comércio de qualquer ponto da província para aquele município, enquanto a região se mantivesse ocupada pelos republicanos.

O coronel José Mariano de Matos era o ministro da Guerra da República Rio Grandense. Seu retorno ao sul foi reclamado. A 7 de abril a sua tropa abandonou Lages. Pouco depois, a vila voltava a se integrar politicamente, dentro da ordem constituída, em Santa Catarina.

⁶FRAGOSO, A. T. A Revolução Farroupilha (1835-1845), p. 105-106.

⁷Nã época não estava criada a província do Paraná.

A semente rebelde aos poucos germinava em território catarinense. Latente, também estava o interesse dos revoltosos do Rio Grande. Lucas Boiteux afirma: "Dois anos depois conheceram os principais chefes republicanos a necessidade de operar na província de Santa Catarina em vista de insistentes solicitações de partidários que nela havia, como também pela grande necessidade de porto de mar".⁸

Um ano após a primeira proclamação da república em Lages, nova ação revolucionária ocorre ali, dirigida pelos capitães Antônio Ignácio de Oliveira e Serafim Muniz de Moura e, pela segunda vez, é proclamada a república, no dia 10 de março de 1839.

A tentativa de sublevação, na Laguna, em 1836, os acontecimentos de março de 1838 e de 1839, em Lages, repercutiram-se na Capital da Província, tanto junto ao Governo como na classe política que fazia oposição, defendendo o regime republicano, que aqui existia, conforme diz Boiteux: "Na Capital e nos municípios vizinhos existiam muitos entusiasmados e simpáticos aos republicanos, que só não se mostravam abertamente por temerem as arbitrariedades dos presidentes e as intrigas de seus sequazes".⁹

O presidente José Carlos Pardal tomava conhecimento de que o avanço da idéia republicana caminhava com mais rapidez do que seria de se esperar, mas não agia com habilidade para impedi-lo.

No Rio Grande do Sul, havia quase quatro anos que a luta se desenvolvia entre os republicanos e os monarquistas, sem alterações de posições. Os governistas preocupando-se em manter a Capital, o controle da Lagoa dos Patos e o porto do Rio Grande. As várias investidas rebeldes, para derrubar estes pontos fortificados não surtiram sucesso. Era mister mudar de tática. Tasso Fragoso afirma: "Os revolucionários são

⁸BOITEUX, L. A. Notas para a História Catarinense.p.333.

⁹IBID. p. 334.

por ventura os primeiros a compreendê-lo. Acode-lhes a idéia de ampliar o âmbito da revolução e ganhar ligação com o exterior mediante a conquista de Santa Catarina, onde contavam simpatias e já haviam penetrado duas vezes, ocupando Lages".¹⁰

Este plano era antigo, até mesmo pressentido pelos legalistas, como vimos anteriormente. Agora haveria que o pôr em prática.

O ataque revolucionário se fez por três flancos. Pelo litoral, com Davi Canabarro comandando as ações em terra e José Garibaldi as marítimas. De Vacaria, pela estrada da serra das Pedras, desceu um contingente, em direção a Araranguá, sob o comando do coronel Felipe de Souza Leão, conhecido como Felipe Capote. Ali recebeu apoio do antigo juiz de paz Lessa, dos irmãos Rebelo e de Joaquim Silva, todos republicanos.¹¹ De Lages, em direção a Tubarão, veio a coluna do coronel Serafim Muniz de Moura.

A ocupação da Laguna ocorre a 22 de julho. A 29, a Câmara Municipal, acatando os termos de Davi Canabarro, chefe da tropa de ocupação, proclama a República Catarinense. "Com isto exultaram os republicanos da Capital, que sem reboços se manifestavam. Em todos os recantos da cidade já se ouviam vivas à república".¹²

Contavam-se, entre os republicanos na Desterro, Francisco Duarte Silva, João Francisco de Souza Coutinho, João José de Castro, Joaquim Cardoso, José Antônio Rodrigues Pereira, juiz de paz, e José Pinto da Luz, armador e comerciante.

Em São José, era conhecido pelas suas idéias republicanas o fazendeiro Joaquim Xavier Neves, a quem se atribuía haver preparado as bandeiras da nova República.¹³

¹⁰FRAGOSO, A. T. Op.cit. p. 130-131.

¹¹IBID. p. 135.

¹²BOITEUX, H. Op.cit. p. 147.

¹³BOITEUX, L. A. Op.cit. p. 334.

O Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, que fora pároco de São José e, agora, vigário da Enseada de Brito, difundia, entre os seus paroquianos, as idéias liberais.

Em Lages, como vimos anteriormente, defendiam o sistema republicano, Serafim Muniz de Moura e Antônio Ignácio Oliveira.

A composição do governo da Laguna revela quem eram os seguidores da causa. A Ata de reunião do colégio eleitoral, que elegeu o presidente e o vice-presidente da República, registra os nomes: Antônio José Machado, Domingos José da Silva, Américo Antônio da Costa, Vicente Francisco de Oliveira, Bartolomeu Antônio Canto, Luciano José da Silva, Manoel Teixeira Nunes, Francisco da Silva Lessa, Zeferino José da Veiga, Antônio José de Medeiros, Bartolomeu Fernandes Martins, João José Nunes, Domingos José da Veiga, Francisco Manoel da Costa, Thomé Teixeira da Silva, Félix Antônio da Silva, José Pacheco dos Reis, Antônio José Bittencourt e Francisco Gonçalves Barreiros.¹⁴

A 7 de agosto realizaram-se as eleições para presidente e vice do "Estado Catarinense Republicano Constitucional, Livre e Independente". Foram eleitos: presidente, o Coronel Joaquim Xavier Neves, de São José e vice o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro, da Enseada de Brito. Xavier Neves não chegou a assumir o cargo, frustrado, que foi, o seu deslocamento para o sul. Neste impedimento a presidência foi exercida pelo vice.

¹⁴BOITEUX, H. Op. cit. p. 156-157.

2. A Reação Imperial Comandada pelo Marechal Andrêa.

Aos sucessos dos republicanos, reage o governo imperial. A Regência foi buscar um militar experiente, para superar a crise em Santa Catarina. O escolhido foi o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrêa. Era, na época, deputado pela província do Pará, onde havia comandado as ações legalistas contra o movimento rebelde, conhecido como "Cabana da".

A nomeação de Andrêa para presidir a província de Santa Catarina ocorreu a 8 de agosto e, a 9, era nomeado comandante das Armas. Já a 18, assumia estes postos.¹⁵

Uma das suas primeiras providências foi convocar a palácio o presidente eleito pelos republicanos Joaquim Xavier Neves, procurando não o hostilizar e, de maneira inteligente, atraí-lo para as hostes monárquicas. Recebeu-o, tratando-o de "presidente colega" e, como prêmio pelo seu "farrapismo", nomeou-o comandante da legião dos guardas nacionais no continente da província, partindo este muito satisfeito pelo bom acolhimento de Andrêa no importante comércio de alistar e trazer gentes para os batalhões de terra firme".¹⁶

Esta afirmação faz parte de uma correspondência publicada no "Jornal do Comércio", do Rio, sem referência de Autor, transcrita por Boiteux, e que alinha traços da personalidade do marechal Andrêa. É o seguinte o texto:

Andrêa, ou mais político, ou mais consciencioso que Pardal,¹⁷ nomeou, não obstante, o Neves chefe de legião, no dia mesmo da

¹⁵ ANDRÊA, J. O Marechal Andrêa nos Relevos da História do Brasil. p. 148.

¹⁶ BOITEUX, H. Op. cit. p. 152.

¹⁷ Brigadeiro João Carlos Pardal, que antecedeu Andrêa na presidência de Santa Catarina. Administrador considerado pouco lúcido, conseguiu atrair contra o governo forte corrente oposicionista. (J.M.)

chegada da notícia da sua eleição para presidente da República Catarinense. As coisas não tem piorado; ele tem feito sair todos da apatia e amortecimento em que estavam; pois, além de enérgico, tem olhos que enxergam bastante longe; despreza os intrigantes e caluniadores em todas as suas disposições só deixa ver os ardentes desejos que o animam a salvar a província. Que contraste!

Como por mágica tem ajuntado e alistado gente; ninguém se esconde ou se recusa no serviço. O arsenal naval trabalha com atividade, e dentro de poucos dias teremos uma força respeitável para entrar em operações. Estão se organizando três batalhões provisórios com excelente rapaziada nosa; intitulados: batalhão do Desterro, batalhão da Boa Vista e batalhão da Serra; e em breve teremos um pequeno exército para repelir os farrapos e coadjuvar, pelas nossas fronteiras a província do Rio Grande. Oxalá que São Paulo desta vez faça o que só tem prometido, a ver se acabamos com a anarquia que tão teimosamente por cinco anos tem assolado a província do Rio Grande e influído sobre a nossa, e em suma sobre o Império. Estamos muito contentes com o Andréa. É homem de espada na mão e tem prudência e economia. Com o Neves acaba de suceder uma fato galante. Os rebeldes da Laguna elegeram-no presidente da república. O que faria Pardal? O que fez Andréa? Veio o Neves a palácio da presidência e aí recebeu-o de S. Excia. os parabéns e o tratamento de presidente colega, e em prêmio do seu farrapismo foi nomeado comandante da legião dos guardas nacionais do continente da província, e partiu muito satisfeito com o bom acolhimento de Andréa, no importante comércio de alistar e trazer gente para os batalhões da terra firme.

O Andréa a ninguém revela o que pretende fazer. Vê-se que ele dispõe com rapidez, sabe-se quais são as suas vistas; mas o como determina os meios, isso só deixa a conjecturar. Em fim temos homem; que não nos deixará ficar mal".¹⁸

¹⁸BOITEUX, H. Op. cit. p. 152.

A diplomacia de Andrêa é mantida sob suspeita por Osvaldo Rodrigues Cabral, quando afirma que "chegava com fama de ríspido e enérgico, despótico e atrabiliário".¹⁹

A tarefa de anular qualquer ação republicana na Deserto teria sido feita por Andrêa, à base da ameaça, segundo este mesmo Autor. "A Xavier Neves mandou chamar a Palácio, transmitiu-lhe um abraço do regente em nome de Sua Majestade o Imperador e concluiu: agora que o tem digo-lhe: a sua cabeça responderá por qualquer tentativa de subversão que se der nesta cidade. Dou-lha por menagem".²⁰

Mais adiante, Cabral admite que Andrêa atraíu Xavier Neves para a causa imperial, distinguindo-o "presidente eleito da República em comissões que ele não poderia recusar".²¹

José Andrêa, em trabalho biográfico, diz que o futuro barão de Caçapava ao assumir a presidência "imediatamente começa a inutilizar a influência dos simpatizantes e recalci trantes do campo adverso". Acrescentando: "Não tardou em convocar pessoas importantes responsabilizando-as por qualquer tentativa de subversão".²²

O mesmo Autor aborda o envolvimento a que se submeteu Xavier Neves. "O velho político, abastado fazendeiro, Tenente-Coronel Joaquim Xavier Neves, elemento de maior destaque nas hostes revolucionárias, teve seus passos prudentemente vigiados. Andrêa fê-lo aceitar comissões de natureza pública, incompatibilizando-o de presidente da novel República Juliana, para o qual fora eleito a 7 de agosto".²³

¹⁹CABRAL, O.R. História de Santa Catarina. p. 130.

²⁰IBID. p. 130.

²¹IBID. p. 131.

²²ANDRÊA, J. Op. cit. p. 148.

²³IBID. p.

No Relatório da Presidência da Província de Santa Catarina de 1839, Andréa anexa as "Instruções para o conserto da Estrada do Morro dos Cavalos", onde atribui ao tenente-coronel Neves a direção daqueles trabalhos".²⁴

Outros republicanos como Francisco Duarte Silva e João José da Costa trocaram uma possível prisão pelo engajamento nas tropas legais e, o juiz de paz, José Antônio Rodrigues Pereira, advertido, silenciou.

A pronta ação das forças imperiais por terra e por mar e a falta de sustentação econômica da república nascente contribuíram para que, a 15 de novembro de 1839, Laguna capitulasse.

Concomitantemente, Lages também caía nas mãos das forças imperiais, sob o comando do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha.

Em dezembro, nova tentativa para reconquistar Lages foi feita pelos "farrapos", sob o comando do coronel Teixeira. A defesa do coronel Antônio de Melo Albuquerque foi eficiente, fazendo com que os sediciosos voltassem para o Rio Grande do Sul.

Durou, praticamente, quatro meses o sonho republicano na província de Santa Catarina. As idéias democráticas e liberais deixaram de ser enunciadas publicamente. Pelo menos, não temos nenhum registro. Estes somente os teremos após 1870, quando se inicia, no centro do País, a campanha republicana, que ganhará simpatizantes em terra barriga-verde.

Coincidentemente, o Brasil conhecerá o novo regime, exatamente, cinquenta anos após a queda da República Catarinense.

²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis, Relatório do Presidente da Província do ano de 1839, manuscrito datado de 16 de dezembro de 1839 - V. anexo I.

Capítulo II

REPERCUSSÃO DO MANIFESTO DE 1870 NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, O SURGIMENTO DA IMPRENSA E DOS CLUBES REPUBLICANOS.

O Manifesto Republicano, publicado a 3 de dezembro de 1870, no número inaugural do jornal "A República", do Rio de Janeiro, não contou com a assinatura de representantes de Santa Catarina. Entretanto, alcançando adeptos, em número reduzido, é verdade, porém devidamente fundamentado. As notícias da Corte, que diziam respeito à fundação do Partido Republicano e outras manifestações contra a Monarquia, influenciaram a uns poucos, que não deixaram vestígios para que se possa aquilatar até onde a nova idéia os empolgava. Na imprensa catarinense, da época, não encontramos artigos ou notícias a respeito.

Boiteux aponta Manuel Francisco das Oliveiras Margarida, um mestre de desenho e pintura, como fervoroso republicano, desde os primeiros momentos. "O Manifesto Republicano, lido com curiosidade e comentado vivamente nos meios políticos, o apelo dos ilustres signatários do notável documento, encontrou, desde logo, um eco no professor Manuel das Oliveiras Margarida, quase um solitário na sociedade desterrense"¹. Margarida, também defendeu a Abolição da Escravatura. Em 1884, dirigiu o jornal "O Abolicionista", cujo primeiro número circulou na Desterro a 25 de dezembro.

A adesão à nova causa, já nos primeiros momentos, deu-se também por parte de Antônio Justiniano Esteves Júnior, que publicamente anunciou o seu desligamento do Partido Liberal para abraçar as idéias republicanas.

Cabral afirma que, na Capital da Província, nomes como Carlos Napoleão Poeta, Carlos Guilherme Schmidt, Fausto Werner, Emílio Blum, José Joaquim da Veiga, João Francisco Regis Júnior, José Araújo Coutinho, Lídio Martins Barbosa,

¹BOITEUX, J. A. Os Partidos Políticos em Santa Catarina (1ª parte, 1821-1871). p. 50.

Raulino Júlio Adolfo Horn, Severo Pereira e Luiz Nunes Pires aderiram ao movimento.²

Certamente havia outros descontentes com o regime.

Em 1885, vai aparecer na Desterro, o primeiro jornal republicano de Santa Catarina. "A Voz do Povo", circulou a 31 de maio.³ Abaixo do título trazia as indicações: "Órgão de Idéias Republicanas - Redação de Diversos - Propriedade de uma Associação". Ao pé da última página uma declaração da va como sendo redator responsável José de Araújo Coutinho.

Um trecho do editorial de lançamento dizia:

A missão da imprensa republicana e a dos homens que nela ou fora dela manifestem suas idéias em oposição às monárquicas, não é certamente como muitos crêem a de destroar para corromper e revolucionar, não é exclusivamente pugnar pela organização de um governo que respeite o direito de autonomia do povo e que seja escolhido, votado e eleito pela maioria deste, que é o verdadeiro soberano.⁴

A 13 de agosto instalou-se o primeiro Clube Republicano de Santa Catarina, na cidade de Desterro. "A Voz do Povo" noticiou: "Em reunião que teve lugar no dia 13 nos salões do hotel Brazil, instalou-se o Clube Republicano, que tem por fim cuidar da propaganda republicana e colocar-se energicamente à frente dos interesses mais palpitantes da província".⁵

A instalação do Clube nesta data contradiz a informação de Cabral, segundo o qual o primeiro clube republicano da Província teria sido fundado em Camboriú em maio de 1887.⁶

²CABRAL, O. R. Op cit. p. 202.

³A Voz do Povo, 31/05/1885.

⁴IBID.

⁵IBID. 16/08/1855.

⁶CABRAL, O. R. Op cit. p. 202.

Já no número seguinte, "A Voz do Povo", abaixo do título, trazia a legenda: "Órgão do Partido Republicano", acrescentando o nome de J. A. Coutinho, como redator.⁷

A mesma edição voltava a noticiar a existência do clube, omitindo os nomes dos seus integrantes, como já o fizera anteriormente. A nota dizia:

*O Clube Republicano do Desterro está constituído. Não mais flutuarão ao acaso e dispersos os elementos democráticos nesta Província, não mais os partidos existentes chamarão a si aqueles cujas as idéias patrióticas pedem a república. Já temos um Clube, uma diretoria, um corpo que nos oriente no caminho a seguir..."*⁸

Neste ano de 1885 os republicanos de Santa Catarina farão uma tentativa de disputar as eleições para a Assembleia Provincial. Em setembro, José de Araújo Coutinho apresenta-se como candidato ao pleito marcado para 25 de outubro. O seu programa:

CANDIDATURA - Com idéias republicanas, movido pelo sentimento de mais puro patriotismo, e como um dos mais incompetentes advogados da causa do progresso do país e do desenvolvimento social, apresento-me, pelo 1º distrito, CANDIDATO DO POVO PELO POVO à próxima eleição provincial, na convicção de que desinteressadamente poderia prestar alguns serviços a esta província, que tanto adoro, onde tenho recebido de seus bons filhos as mais exuberantes provas de estima e consideração que não mereço. Se for eleito, farei tudo o que puder segundo meus fracos recursos, para não desmentir o meu programa, que se segue, nem dar motivos de desgostos e arrependimento, àqueles que, com o seu voto me deram a honra de contribuir para o ganho da minha eleição; se derrotado, não desanimarei, por isso, ao ponto de abandonar as minhas idéias políticas e de deixar de defender a santa causa da real democracia, que com tanta firmeza tenho discutido, no intuito de pugnar pelo engrandecimento do Brasil.

⁷A Voz do Povo, 23/08/1855.

⁸IBID.

Eis o meu PROGRAMA: Suspensão dos impostos interprovinciais de 1% e 2%.
 Suspensão do dízimo do peixe.
 Diminuição de outros impostos com que o povo tem sido onerado além das suas forças.
 Construção da estrada Desterro-Lages."⁹

A candidatura não encontrou sustentação. Antes do pleito Coutinho desistiu de concorrer e justificou:

Sendo os meus distintos correligionários de opinião que devo desistir da minha candidatura à Assemblêia Provincial, pelo motivo de não ter ainda o partido republicano elementos que garantam a minha eleição sem auxílio de um dos partidos monárquicos, cujo favor não me convém aceitar, desde que me fosse dispensado por transação; e desejando dar provas de que a minha maior satisfação é anuir à decisão do que a maioria decide, - preceito este programa republicano, registro deste modo, com a mais expontanea vontade, a minha desistência. Se tiver a, talvez, estulta pretensão de aspirar um lugar na representação provincial, a que com certeza não tenho direito, atento as circunstâncias de me faltarem adptidões precisas para desempenhar com retidão a contento do povo difícil missão de um seu representante, não o fiz por interesses pecuniários e a prova é que, após a minha apresentação declarei ao digno e honrado Provedor do Hospital de Caridade, o que ele não negará, que em favor dessa casa de amparo aos desgraçados - desistia intotum do meu subsídio no caso de ser eleito.

O único móvel da minha aspiração era - o de pugnar segundo os fracos recursos de minha medíocre inteligência, tanto quanto me fosse possível pela causa de desenvolvimento, desta província.

Não tive nem tenho outro.

E como não posso fazer pela tribuna, - falo-ei pela imprensa.¹⁰

A 29 de novembro, após a publicação de 27 números, a "Voz do Povo" circulava pela última vez. A Associação mantenedora explicava ao público as suas razões:

⁹ IBID. 27/09/1885.

¹⁰ IBID. 18/10/1885.

Com este número de nossa modesta e desprezível folha, despida de quaisquer aspirações estultas, completamos hoje o primeiro semestre da sua existência, e, com ele damos por terminada a sua publicação.

O imperioso motivo que nos força a não continuar a dá-la à luz da publicidade é ter que retirar-se desta província o cidadão J.A. Coutinho nosso intransigente correligionário e seu principal redator, a quem se deve a sua existência que hoje expira. Ao público da Capital que nos deu a honra de assiná-la e a importância de lê-la, agradecemos de coração a benévola proteção que nos dispensou, talvez com o intuito único de auxiliar-nos; ao do interior e exterior da província, que nos protegeu e honrou também com pedidos de assinaturas, na condição de que não assinava um jornal vulgar, medíocre e sem importância mas sim um grande merecimento, lhe não podemos dar, não deixaremos de ser gratos e de propor a nossa eterna gratidão.

Também aos nossos ilustrados e conceituados colegas do interior e do exterior da província, que nos tiveram a bondade de nos dispensar a honra de permutar o seu pelo nosso insignificante jornal, muito principalmente ao de "A Federação", "Diário Popular", "A Província de São Paulo" por serem importantes e diários, e por isso prejudicarem-se na permuta, enviamos nossos sinceros agradecimentos pela pontualidade exponetanea que tiveram em visitar-nos, logo que tiveram conhecimento da nossa existência, e pelos louvores que nos dedicaram, quando receberam a visita dos primeiros números desta folha.

Declaramos que todos os bondosos assinantes da nossa filha pagaram pontualmente, as suas assinaturas, sem a menor objeção, o que demonstra claramente o seu cavalherismo e deferencia para conosco; é isso para nós motivo de orgulho e de reconhecimento ao mesmo tempo!

Declaramos, também, que nenhuma quantia devemos a pessoa alguma, o que muito nos satisfaz.

Se por qualquer circunstância imprevista tiver que ficar conosco o redator desta folha, que tanto se esforçou pela causa da democracia e da coletividade dos interesses da província e encontrarmos auxílio numa pleiade de cidadãos, que sejam verdadeiros patriotas, é muito possível, provável mesmo que no futuro, breve talvez, continuemos a advogar a causa a que nos propuzemos, movidos pelo único interesse de vermos aproximar-se a época em que a

pátria possa engrandecer-se com uma nova forma de governo, desde que com a atual o não pode conseguir.
Sō temos que agradecer e nada prometer, por enquanto. A Associação.¹¹

Os republicanos do Desterro não estavam entre os seus cidadãos mais abastados. Senão, teriam com que manter o jornal e encontrar meios para amparar o seu redator que encontrava dificuldades para a sobrevivência.

O próprio José de Araújo Coutinho confessou esta situação na sua mensagem de despedida:

Aos meus amigos e ao público - Motivos muito importantes, forçaram-me a deixar esta redação e a esta província, que tanto admiro e venero.

Vou partir destas plagas, onde aportei como judeu errante, há 14 anos, onde tive a felicidade de adquirir amigos sinceros e devotados e onde passei, ainda na mocidade, parte da minha existência, amargurada e cheia de encantos ao mesmo tempo junto da família que constitui e que compartilha das minhas alegrias ou das minhas mágoas, da minha resignação ou da minha cólera, da minha adversidade ou dos meus gozos.

Levo saudade da terra que do ameno Brasil mais adoro - Santa Catarina; mas deixo-lhe parte do coração, que se lhe prende em recompensa.

Sō mesmo um sério motivo de ter de ir procurar em outras regiões outra vida, é que me obriga a trocar a convivência de amigos dedicados pelas poucas relações de desconhecidos.

Sō mesmo o estéril abatimento em que acha esta desolada província, cujo ameno clima me tem avigorado a saúde e a vida, seria causa de eu ter que preterir-la por outra onde não sei que futuro me espera.

Mas que fazer?...

A vida aqui é tão difícil que sō pode convir aos funcionários e militares reformados, aos capitalistas e a quem não olhar para o seu futuro ou da família, casos em que não estou.

O comércio, a que tenho me dedicado, definha e morre, sem auxílio dos públicos poderes.

¹¹IBID, 29/11/1885.

As indústrias que já tenho iniciado, e em vidado esforços para que os particulares a iniciem, não oferecem vantagem porque de precia-se o produto nacional para dar-se excessivo valor ao estrangeiro ainda que seja pior.

As artes, de que não tenho noções, porque as não estudei, estão sem merecimento e não dão resultado. A lavoura, fonte de riqueza, não se pode abraçar como profissão, porque não há braços livres, por módicos fornaes, nem estradas que comuniquem com os centros de maneira a tornar-se fácil a condução dos produtos das terras, devido a esquecer-se o governo deste principal elemento da vida de uma Nação.

Desde que um de todos estes elementos não posso fazer aqui uma carreira vantajosa, e como do trabalho é que se originam a paz de espírito, a tranquilidade da consciência, a fortuna e o bem próprio e do da pátria, vou procurar um destes em outras regiões mais vicejantes de progresso.

Dei existencia a este pobre e obscuro jornal, que a chama violenta da minha falta de recursos reduziu às cinzas tão rapidamente como passa do sopro da viração ou o rebentar do relâmpago.

Não fora este motivo e o de pesar sobre a minha responsabilidade uma família enorme, e eu alcançaria, indubitavelmente, a glória de ter iniciado e engrandecido, nesta abençoada e florescente parte do Império o partido republicano - único que há de agir pela coletividade dos interesses da pátria, a exemplo de todas as Nações que, como os Estados Unidos, a França, a Suíça e outras, tem conseguido civilizar-se, engrandecer-se e distinguir-se de todas as outras que ainda toleram a instituição monárquica, o regime parlamentar.

Não almejei mais nada.

A do engrandecimento do partido caberá a outros que, como eu, compreendem que é uma urgencia patriótica a extinção da monarquia, a substituição do governo desta pelo do povo pelo povo.

Resta-me um prazer a par do desgosto de não poder levar avante o meu desideratum.

É que pela causa que defendi só eu me sacrificuei, escrevendo toscamente, é verdade, sem valor literário e sem critério, tal vez, os toscos manuscritos que concretizaram a matéria com que esta desprezenciosa folha sempre se repletou à exceção de algumas importantes transcrições, de uns dois pequenos artigos do meu correigionário desta capital, de uns três ou quatro do sr. Leopoldo Freitas, modesto, porém ilustrado

literato de Porto Alegre e de uma s̄eria de esplendidos e admiráveis escritos do inteligente acadêmico riograndense Herculano de Freitas que poucos dias infelizmente reside nesta capital.

E pelo desempenho da miss̄ão que encarei-me, s̄o eu fiz sacrific̄ios pecuniários sem que tivesse o menor auxílio do quem quer que seja, - e por ela eu somente me responsabilizarei com a precisa coragem. Se desempenhei-a na altura da dignidade do partido que pertenco não sou em por certo que o possa afirmar.

O que assevero, porẽm, ẽ que nunca tive por mim ofender as autoridades, ao contrário, respeitei-as sempre.

Não foi tambẽm meu intuito alcançar posições elevadas por meio da idẽia e da imprensa que estabeleci, o que muita gente não acreditou, mas s̄o do que dou provas exuberantes.

Nunca hostilizei os meus respeitáveis e ilustrados colegas da imprensa; se algumas críticas fiz ẽ a maneira porque se manifestaram em política, razões me sobram para isto e não ẽ razão para que se possam se considerar ofendidos.

O meu fim único, creiam todos, era trabalhar pela criaç̄ão e crescimento do partido que hã de indubitavelmente fazer a felicidade da pátria e do povo Brasileiro - o Republicano.

Fiz o que pude pela sua iniciaç̄ão; outros que façam, como bons e leais patriotas, o que - forem quando estiver ao seu alcance pela sua completa organizaç̄ão e a sua vida forte, seivosa e imirrável.

Nunca me assustaram ameaças de autoridades, porque embora censurasse alguns de seus atos ilegais, sempre respeitei a lei. Não temi a luta e o ódio dos partidos da monarquia, porque, respeitando as opiniões políticas de cada um, limitei-me sempre a irromper contra as instituições que estabeleceram o atual sistema de governo, que a maioria considera incapaz de poder agir pela causa do progresso e civilizaç̄ão.

Corajoso, afrontei todos os perigos; fraco por falta de auxílio suficiente, tive que naufragar ante o desfeito temporal que se antepos a esta projetada viagem, em que se concentravam todas as minhas patrióticas aspiraç̄ões.

O naufrágio conveio e satisfez a uns, desgraçou com certeza a outros e prejudicou incontestavelmente a todos.

Que outros, mais felizes que eu, intentem nova viagem e cheguem ao porto do destino com tempo bonançoso, ẽ o meu maior desejo, a minha grande satisfaç̄ão.

Se, entretanto, por qualquer razão poderosa, tiver de interromper a minha partida, que se deve efetuar por todo o mês que vai entrar, empenho desde já a minha palavra que a contar de 1º de janeiro p. futuro tornará a sair à luz da publicidade - A Voz do Povo, caso encontre patriotas que nesse empenho auxiliem.

*Desterro, 29 de novembro de 1885.
J. A. Coutinho.¹²*

Como se pode depreender, faltava sustentação ao movimento republicano na província de Santa Catarina. Mas, embora lentamente, a propaganda caminhou. A campanha abolicionista, que se intensificava, serviu, também, para disfarçar o ideal republicano.¹³

Aos poucos, também, o interior da província foi revelando adeptos da nova forma de governo.

Em Tijucas, foi o Padre Manoel Miranda da Cruz quem conduziu as ações. Influência ou não da "Questão Religiosa", o certo é que o clero teve ali o seu representante anti-monárquico.

Em maio de 1886, apareceu, em Tijucas, o jornal "O Independente". Era redigido por João Barthen Júnior. No seu número inicial dizia-se sem vínculo com qualquer partido.¹⁴

Posteriormente aparece como responsável pela redação do jornal o padre Cruz.¹⁵

No número 17, entretanto, faz profissão de fé republicana, afirmando em seu editorial: "Começa a raiar o sol na nossa terra. A idéia republicana vai se solidificando. Só uma Revolução profunda no nosso sistema de governo pode salvar-nos".¹⁶

¹²IBID.

¹³BELO, J. M. História da República. p. 17.

¹⁴O Independente, 9/05/1886.

¹⁵IBID, 27/07/1886.

¹⁶IBID, 17/10/1886.

O ano de 1887 será fértil na pregação republicana em Santa Catarina e marcará o surgimento dos clubes republicanos em Camboriú, Joinville, São Francisco, São Bento, Porto Belo, São João Batista, além da reorganização do partido na Capital.

Além de arregimentar correligionários, caberia a estes clubes indicar os representantes da Província ao Congresso Republicano a realizar-se no Rio de Janeiro a 30 de junho.

Em janeiro, Manoel Correa de Freitas fundou, em Joinville, o jornal abolicionista e republicano "A Folha Livre", do qual circularam 23 números, até o dia 26 de julho.¹⁷

Correa de Freitas foi um dos mais entusiasmados propagandistas. Com sua palavra e sua pena contagiou correligionários em outros pontos da Província, sendo a sua presença reclamada na Desterro, Camboriú, Porto Belo e Tijucas, para orientar na fundação de clubes republicanos locais.¹⁸

Através do seu jornal, Freitas mostrava-se impaciente quanto à morosidade do avanço da idéia republicana em Santa Catarina. É de 15 de maio este Manifesto Republicano:

A província de Santa Catarina, pela morosidade com que tem assimilado as idéias modernas que constituem já a aspiração suprema de tantas outras províncias, parece estar condenada a tornar-se eco derradeiro e timorato da revolução que está se operando decisivamente no nosso organismo político e social.

Aqui, acolá, mais longe refervia o entusiasmo e a propaganda estendia-se como as difusões da luz; mas em balde! a onda sonora que entumescia os ares de além, vinha aqui perder-se amortecida, como se entre nós se tivesse feito o vácuo absoluto de uma máquina pneumática.

A onda amarga da revolta se retraía ainda nos cérebros. A fórmula defeituosa do governo que nos rege, tem um fim e os homens alargando o círculo de suas aspirações, abraçavam irrevogavelmente as idéias da federação.

¹⁷Folha Livre, 26/07/1887.

¹⁸IBID, 29/05/1887.

Somente a ignorancia e a teimosia partida
ria ignoram esta transição natural do esp̄
rito brasileiro. A efervescencia republicã
na-federal é cada vez mais forte e não es
tã remota a era em que os seus prosēlitos
soltem o brado de revolta, do norte ao sul,
como uma vingança pōstuma de Tiradentes, Al
varenga e Gonzaga.

Os polīticos que acreditam na onipotencia
dos tronos e da sua perpetuidade, rir-se-ão
das nossa profecias; porem, os que obser
vam atentamente o estado de agitação do es
p̄rito, hão de confessar que hã um germē
de revolução. Hão de confessar que hã um
pender irresistivel para a República.

O mundo latino é todo, sem exceção, repu
blicano por natureza! A prova estã na Fran
ça e no Mēxico que florescem!

Na decadencia da Espanha!

Na nulidade de Portugal!

No atrazo do Brasil!¹⁹

Para suprir a lacuna, com o desaparecimento de "A
Folha Livre", a 11 de agosto aparece em Joinville "O Sul".
Era de João Evangelista Leal e o seu editorial de apresenta
ção foi redigido pelo mēdico, de São Francisco, Luīs Antônio
Ferreira Gualberto, anunciando: "Combatendo pelos puros prin
cípios republicanos, sem ódios, sem paixões, sem interesses
senão os que decorrem da integridade da Pátria, hoje ameaça
da pela centralização monárquica, enceta este semanário a
sua publicação".²⁰

Ainda, neste ano de 1887, na Capital, passa a circu
lar o "A Evolução", pertencente ao Clube Republicano. Teve
como diretores sucessivos, Lídio Martins Barbosa, João Fran
cisco Regis Junior, Emílio Blum, José Joaquim da Veiga e
Fausto Werner.²¹

No interior a propaganda continuava penetrando atin
gindo Camboriú e Porto Belo, do que dava notícia "O Indepen
dente", de 7 de março:

¹⁹ IBID, 15/05/1887.

²⁰ FICKER, C. História de Joinville (Subsídios para a
crônica da colônia D. Francisca) p. 330.

²¹ CALADO, Júnior, M. História da Imprensa em Santa Cata
rina, In: História de Santa Catarina, editada pela Grafipar, p.136.

*Os nobres e ínclitos cidadãos que nas paróquias de Camboriú e Porto Belo compunham o prestigioso grupo classista determinou-se a mudar de nome. Sendo hoje o que sempre foram verdadeiros democratas, entenderam agora de confirmar-se de uma vez, nas idéias republicanas tomando esta humilde folha para seu órgão oficial.*²²

O Clube Republicano de Camboriú foi fundado a 1º de maio. Ao ato esteve presente Manoel Correa de Freitas, republicano de Joinville, "campeão da causa republicana na província".²³

A mesma notícia acrescentava que novos clubes seriam fundados, em São José, onde aderira à causa o prestigioso conservador Joaquim A. Vaz e, em Biguaçu, a pedido de Francisco Cavalcante da Luz.

O Clube de Camboriú teve como diretores Manuel Anastácio Pereira, presidente, Antônio Manuel de Souza, 1º secretário e José Francisco Bernardes, 2º secretário. Compareceram à reunião os cidadãos: Marcelino José Bernardes, Anastácio José Bernardes, Cláudio de Souza Medeiros, Antônio Maria de Souza, Sivério Bento Garcia, José Ignácio Linhares, Manuel Luiz Pereira Airoso, Onofre Anastácio Pereira, Jeremias Francisco Bernardes, Manuel Coelho da Rocha e Francisco Maximino Pereira.²⁴

Nesta reunião foram indicados delegados à Convenção Republicana da Côrte, Manuel Correa de Freitas e Antônio Justiniano Esteves Júnior. Também, foram indicados para compor a Comissão Central do Partido Republicano, no Desterro, José Joaquim da Veiga, Severo Francisco Pereira, Ricardo Martins Barbosa e Raimundo Antônio de Faria.

Ainda em maio, são fundados os clubes republicanos de Joinville e São Francisco.

²²O Independente, 7/03/1887.

²³IBID., 9/05/1887.

²⁴O Independente, 27/05/1887.

O primeiro foi presidido por Vitorino Bacelar e teve como membros Alexandre Justino Regis, Alexandre Schoondermarck, Adolfo Gelbeck, Bernardo Bemba, Carlos Reu, Ernesto Canac, Henrique Jordan, Ignácio Bastos, José Pedro Torrens, Jean Bauer, Otto Bohem²⁵, João Evangelista Leal, Aristides Barros.²⁶

O clube francisquense teve como fundadores Eleutério Tavares e Luiz Antônio Ferreira Gualberto.

A 27 de junho reorganizou-se e instalou-se no Desterro, o clube republicano, tendo a presidi-lo o farmacêutico Raulino Júlio Horn.²⁷

Como vimos anteriormente, o primeiro Clube Republicano da Província datava de 1885, quando da tentativa frustrada de apresentar candidato à Assembléia Provincial.

No norte catarinense, com a presença do colonizador europeu recém chegado, a campanha democrática encontrou campo fértil, como dá exemplo a Colônia de São Bento, Ali, a 26 de junho, Francisco Antônio Maximiniano, negociante; Francisco de Paulo Pereira, lavrador; Francisco Gery Kamiensky, negociante; Henrique Hinke, artista; Ernesto Wolf, negociante; Thomaz Umbelino Teixeira, lavrador; João Ribeiro de Abreu, negociante; José Bruno de Souza e Otávio de Souza Lobo lançaram ao público o seguinte documento:

*Os abaixo assinados, cidadãos brasileiros, no gozo de seus direitos civis e políticos, reconhecendo que nenhum dos partidos monárquicos poderão trazer felicidade e progresso à nossa pátria, declaram-se, de hoje em diante, filiados ao partido republicano federativo de São Bento, único que poderá levantar o abatimento em que se acha o nosso país.*²⁸

²⁵ OLIVEIRA, P. O. de A Política de Joinville no Império, In: Album Histórico do Centenário de Joinville, editado pela SAJ, p. 42.

²⁶ FICKER, C. Op cit. p. 330.

²⁷ O Independente, 7/07/1887.

²⁸ FICKER, C. São Bento do Sul, subsídios para a sua História, 1ª parte. p. 273-274.

Em São Bento, também, faziam parte do partido Libero Guimarães, Mário de Souza Lobo, Pedro Pereira, Luiz Brockmann e o médico Felipe Maria Wolff.²⁹

O Clube Republicano de Porto Belo foi constituído a 27 de agosto.³⁰ Teve a presidi-lo João Batista de Souza, sendo secretário e tesoureiro, respectivamente, Bento Francisco Correa e Claudino Vieira Rebelo.

A 28, o Padre Miranda da Cruz preside, em sua residência, à instalação do Clube Republicano de Tijucas.³¹ Compunham a mesa diretora, além do Vigário, Antônio Luiz Pereira, vice-presidente; João Barthen Júnior, secretário e, Ângelo Coly, como 2º secretário e tesoureiro.

No dia 4 de setembro instalou-se o Clube Republicano de São João Batista.³² Foi presidido por Benigno Alves dos Santos e secretariado por José Faustino Nascimento.

Registramos, também a este tempo, o afloramento do republicanismo em Blumenau, embora não tenha surgido ali um Clube. Ferreira da Silva, atribue ao jornal "Blumenauer-Zeitung", redigido em língua alemã, o veículo de divulgação das idéias republicanas. O mesmo Autor aponta José Bonifácio Cunha, médico baiano ali chegado em 1885, e, o engenheiro pernambucano, Victorino de Paula Ramos, que em 1886 veio chefiar a Comissão de Terras, com sede na cidade, como propagandistas da República.³³

Na propaganda republicana, merece registro o papel do catarinense, residente no Rio de Janeiro, Antônio Justiniano Esteves Júnior. Radicado, desde jovem, na Côrte, dedicou-se ao comércio e ligou-se ao Partido Liberal, tornando-se, depois, intransigente democrata "conduzindo-se sob esta dire

²⁹FICKER, C. História de Joinville, subsídios para a História da Colonia. D. Francisco, p. 330.

³⁰O Independente, 10/09/1887.

³¹IBID.

³²IBID.

³³SILVA, J. F. da História de Blumenau. p. 154-155.

ção até que surgiu o Manifesto Republicano de 1870, de que foi um dos colaboradores, senão signatário".³⁴

Neste documento como já afirmamos, não consta esta assinatura. Embora, todos os jornais do Rio, ao noticiar o falecimento de Esteves Júnior a 9 de março de 1900, o indiquem como um dos signatários.³⁵

Esta omissão, não invalida a ação de Esteves Júnior ao lado de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Glicério e outros, na difusão do ideal republicano, ao longo dos anos desde 1870 até e após a Proclamação.

Ao publicar o seu necrológico o jornal "República", afirmou:

Na propaganda republicana, ora presidente, ora tesoureiro dos clubes constituiu-se uma das figuras mais salientes... Fez parte do Congresso Nacional Republicano e em 1888 e 1889, em sessões memoráveis realizadas na ex-Côrte, em São Paulo e Juiz de Fora, lançou os delineantes da estrutura de edifício sobre que hoje tremula o lâbaro constitucional de 24 de fevereiro..."³⁶

Como vice-presidente do Centro Catarinense do Rio de Janeiro, mantinha estreito contato com seus coestaduanos que viviam ou visitavam a Côrte, particularmente com os mais jovens. A estes procurou transmitir o credo republicano, para que o portassem até a província, como no caso de José Arthur Boiteux, que a este tempo era seu companheiro de diretoria no Centro, exercendo a 1^a secretaria.³⁷

³⁴CAMEU, F. e VARZEA, V. Traços Biográficos do Cidadão Antônio Justiniano Esteves Júnior. p. 10

³⁵O País, Jornal do Comércio, A Notícia, A Imprensa, Gazeta de Notícias e Jornal do Brasil, Rio, 10/03/1900.

³⁶República, 10/03/1900.

³⁷BLUM, H. A Campanha Abolicionista na Antiga Desterro. p. 28.

Cameu e Várzea afirmam que "a sua loja de papel e objetos de escritório, à rua Hospício, 83, pela maneira por que eram nelas recebidos os barriga-verdes teve logo a expressiva denominação de consulado catarinense".³⁸

No Congresso Republicano, reunido no Rio de Janeiro, em 1887, Esteves Júnior, juntamente com Correa de Freitas e Lídio Martins Barbosa, representaram os republicanos de Santa Catarina.

Em 1888, ano de eleições para a renovação da Câmara e Assembléia Provincial, os republicanos decidem disputar o pleito, embora sem possibilidades de vitória.

Correa de Freitas, em Joinville, lança Esteves Júnior candidato a deputado geral e, ele próprio com Vitorino Bacelar, concorrem à Assembléia.

O desastre eleitoral dos republicanos não será total, porque São Bento elegerá a primeira Câmara Municipal, totalmente republicana, fato até então inédito no Brasil.

São eleitos os vereadores José Guedes da Silva, Ernesto Wolff, Otávio de Souza Lobo, Alberto Malschitzky, João Ribeiro de Abreu, José Manoel Gomes de Souza e Pedro Gomes da Cruz.³⁹

Esta vitória animou a estes republicanos a ponto de, ao final do ano, o presidente do Clube Republicano sãobentense, João Filgueiras de Camargo, apresentar a seguinte indicação:

*Não sendo a Constituição Política do Império, promulgada pelo primeiro Imperador, suficiente às liberdades e interesses do povo Brasileiro, indico que seja levado por meio de petição à Assembléia Provincial a necessidade de uma nova Constituição, dirigindo aquela Assembléia uma petição ao Parlamento a fim de que os novos deputados a eleger-se tenham poderes para formarem uma Assembléia Constituinte; e também se consultado o povo sobre se convém ou não, depois da morte do atual Imperador, continuar a atual dinastia.*⁴⁰

³⁸CAMEU, F. e VARZEA, V. Op cit. p. 5.

³⁹FICKER, C. São Bento do Sul, subsídios para a sua História, 1ª parte. p. 279.

⁴⁰FICKER, C. Op cit. p. 279-280.

Daí em diante a ação dos republicanos catarinenses foi se conduzindo em crescendo, embora ainda timidamente, Nenhum documento ou nenhum registro conseguimos para identificar fato de importância dentro do movimento, a não ser aqueles decorrentes da Proclamação a 15 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro.

Capítulo III

AS CRISES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

1. Adesões ao novo regime e o motim de 18 de novembro.

A propaganda republicana em Santa Catarina, como apontamos em páginas anteriores, frutificava lentamente; amornada pelos que, em funções públicas, temiam expôr-se abertamente; mais afoita, por parte dos que recebiam orientação, desde o Rio de Janeiro, de Esteves Junior e que organizaram clubes, editaram jornais e mesmo peregrinaram pelo interior, como José de Araújo Coutinho e Raulino Júlio Adolfo Horn, no Desterro; o Padre Manoel Miranda da Cruz, em Tijucas; Manoel Correa de Freitas e João Evangelista Leal, em Joinville e São Bento.

Esteves Júnior seguia a linha prudente de Quintino Bocaiúva, pregando a implantação da República por vias pacíficas, o que também se refletia na ação de seus coestaduanos.

Assim, chegamos a 1889, sem qualquer indício de que, de um momento para outro, os republicanos catarinenses viessem reter em suas mãos o poder político.

A 7 de julho de 1889 assumiu funções na Corte, o Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto. A 17 assumiu a presidência da Província Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, o qual vinha desempenhando normalmente suas funções.

Nas eleições para deputados gerais realizadas a 31 de agosto, embora sem chances, apresentaram-se como candidatos os republicanos Esteves Júnior e Raulino Horn¹, obtendo menos de duas centenas de votos.

Oliveira narra que Esteves Júnior mantinha seu correio, Ignácio Bastos, em Joinville, informado sobre o desenrolar dos fatos no Rio, "em carta reservada, em que lhe dizia que alguma coisa se tramava para ser proclamada a Repú

¹ OLIVEIRA, P. O. de. Op. cit. p. 43.

pública do dia 11 de novembro em diante".

Na imprensa da época, no Desterro, não encontramos ne nhum indício da iminente mudança de regime.

Neste clima a Província e a sua Capital chegam a 15 de novembro, quando a rotina é quebrada por um telegrama en dereçado aos escritórios da firma Hoepcke. O despacho redigido em inglês, assinado pelo seu representante, de nome Scharf, era lacônico: "No government - no change"; "Sem go vêrno - sem câmbio".³

O encarregado de manter a sua representada a par da cotação monetária do dia acabou informando da queda da monarquia ao comunicar para Santa Catarina que a Corte estava sem governo e por isso mesmo não funcionou o mercado cambial.

Logo às primeiras horas da tarde este telegrama circulava na Assembléia Provincial, levantando dúvidas.⁴ Uma de las era a de se o Imperador havia morrido, ou se ocorrera a instalação do regime republicano. A sessão foi suspensa.

Mais tarde, o presidente Oliveira Belo, já com infor mações concretas sobre a queda do Trono e do Gabinete, convo cou os principais chefes liberais para analisar a situaçã o que se tornaria irreversível.

Ao anoitecer o Coronel João Batista do Rêgo Barros Ca valcante de Albuquerque, comandante do 25º B. I. do Desterro, recebia telegrama de Quintino Bocaiúva, recomendando prudên cia quanto aos atos que viesse cometer.

A cidade mantinha-se em calma. Apenas na sede do Clube Republicano havia certa movimentação, com seus principais membros na expectativa quanto à evolução dos acontecimentos, à segurança e à estabilidade do golpe desfechado contra o Trono.

Enquanto estes acontecimentos se sucediam, chegava ao porto do Desterro, vindo de Porto Alegre, o pacote "Rio Par

²IBID. p. 44.

³SCHUTEL, D. Notas manuscritas.

⁴IBID.

do', trazendo entre os passageiros o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Senador Gaspar Silveira Martins. O político gaúcho, fora solicitado a ir à Corte, para compor um novo Gabinete face à crise ministerial que estava em curso.

Ainda a bordo, Silveira Martins foi informado das ocorrências do Rio de Janeiro e desembarcou. No dia seguinte, por ordem do governo provisório, foi preso pelo Coronel Rêgo e recolhido ao quartel do 25º B.I.. Dias depois, recambiado para o Rio de Janeiro, foi-lhe concedido o exílio na Europa, de onde regressou depois, para comandar a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

No dia imediato, a situação ainda era de expectativa. O presidente da Província permaneceu em seu posto, mas as repartições públicas suspenderam o expediente. Por falta de quorum a Assembléia Provincial não realizou sessão.

Restava saber quem substituiria os liberais no poder. Organizou-se uma Junta, tendo como chefe o Comandante do 25º B.I., Coronel João Batista do Rego Barros e, como membros, o farmacêutico Raulino Júlio Adolfo Horn, presidente do Clube Republicano, além do médico militar Alexandre Marcelino Bayma, chefe do Partido Conservador. A composição da Junta seguia a linha instituída no plano federal com a chefia entregue a uma alta patente militar, como Deodoro, sem tradição republicana. Por outro lado a presença de um líder conservador no "Triunviratum" deu uma certa conotação de revanchismo, já que o Partido se achava afastado do poder, substituído pelos liberais. A participação do presidente do Clube Republicano foi o único componente a identificar o ideal do novo regime em Santa Catarina.

No dia 17, às 8 horas da manhã, a Junta acompanhada de um grupo de republicanos, compareceu a Palácio, tendo o Coronel Rego Barros intimado o Presidente Oliveira Belo a lhe entregar o poder e se empossou com os outros dois membros.

Em frente ao Palácio, concentraram-se oficiais, soldados, a banda do 25º B.I. e grande número de populares.

Do prédio, sede do governo, foi arriada a bandeira imperial e hasteada a do Clube Republicano. As armas do Império, fixadas no frontespício do Palácio, foram destruídas

com uma alavanca.

Da janela do Palácio o Coronel João Batista faz a seguinte proclamação:

Cidadãos - os acontecimentos que se deram na cidade do Rio de Janeiro necessariamente deveriam repercutir até as plagas catarinenses.

Preparada a evolução e o espírito público, nesta terra aceitou-se com satisfação e jubilo que devia despertar a voz altissonante da liberdade.

Bem haja o patriotismo da população do Rio de Janeiro!

Cidadãos

Por aclamação do Povo, Exército e Armada, desta cidade fomos empossados no Governo do Estado Livre de Santa Catarina com adesão e aplauso dos que presentes:

Viva o Povo Brasileiro!

Viva a República Federal!

Viva o Estado Federal de Santa Catarina!

Viva o Exército!

Viva a Armada!

*Membros de Governo, Barros, Bayma, Horn.*⁵

O manifesto pouco dizia. Era formal. Exaltava a ordem pública o que foi constante no país, a ponto de o republicano histórico e ministro do Interior do Governo Provisório Aristides Lobo fazer a clássica afirmativa: "o povo assistiu bestializado a Proclamação da República".

Ressalte-se no documento o ideal de Federação, que era aspiração republicana, e ficou explícito nas referências de "Estado Livre de Santa Catarina" e "Estado Federal de Santa Catarina".

A solenidade prosseguiu com discursos do membro do governo, Alexandre Bayma, do presidente da Câmara Municipal, Elizeu Guilherme da Silva e do Presidente da Assembléia, Deputado Abdon Batista, estes dois últimos membros do Partido Liberal.

Encerrados estes atos, que marcaram a posse do Governo Provisório, membros da Junta, políticos e populares, acompanharam em passeata o último presidente da Província, Oliveira Belo, até a sua residência na Praia de Fora. A instalação

⁵República, 19/11/89.

da República em Santa Catarina teve, assim, o caráter festivo de uma transmissão de cargo.

Tal gesto, aliado à presença de um conservador na Junta do Governo e à adesão dos liberais ao regime dá bem a noção do sentido pacifista com que os catarinenses receberam a Proclamação da República.

Desta forma, em Santa Catarina, o novo regime instalou-se praticamente sem oposição.

Neste mesmo dia, o Diretório do Partido Conservador, incorporado, apresentou-se em Palácio, oficializando sua adesão perante a Junta Governativa, que se instalava.

No dia 18, a Câmara Municipal do Desterro, formada por liberais e presidida por Elizeu Guilherme da Silva, realizou uma sessão extraordinária, aderindo ao novo regime.

A adesão oficial dos liberais veio no dia 21, através do seu Diretório Central, que "se dispunha a colaborar com a máxima lealdade e esforço na constituição da Pátria Livre e nomeadamente o Estado Federal de Santa Catarina".⁶ Embora num momento de transição, os partidos e seus políticos não exitaram em aderir a um regime com o qual não estavam identificados. Seria uma questão de sobrevivência? Com efeito, é a explicação racional que temos. Sem constrangimentos os antigos monarquistas deixaram claro não haver de sua parte qualquer incompatibilidade com a nova ordem instaurada.

Os republicanos formavam um grupo minoritário, que, aos olhos de conservadores e liberais, neste primeiro momento, não estaria em condições de assumir o comando político no Estado, sem a colaboração daqueles que tradicionalmente se revezavam no poder.

Os conservadores, longe do poder, com o 15 de novembro ficaram esperançados de uma volta. Os liberais, surpreendidos pelo golpe, apressaram-se a agir para manter as posições.

Também a 21 o Diretório Central do Partido Liberal Catarinense lançou um manifesto dizendo que:

⁶República, 22/11/1889.

*consultando a opinião de seus correligionários na Província resolve aderir a República Federal proclamada como a nova forma de organização política nacional e colaborar com a máxima lealdade e esforço na constituição da Pátria livre e nomeadamente do Estado Federal de Santa Catarina.*⁷

Na condução dos destinos da Província, a Junta tomou as primeiras medidas, visando a adaptação ao novo regime. A primeira resolução foi a de determinar a extinção do Poder Legislativo, tal como fizera o governo Provisório no Rio de Janeiro.

Seguiram-se a nomeação de José Pereira Dias para comandante da Força Policial; resolução determinou o funcionamento das repartições sem alteração e a substituição do Chefe da Polícia Dr. Edilberto Licínio da Costa Campelo pelo Capitão Firmino Lopes Rego.

A passividade com que os catarinenses assistiram e aceitaram o novo regime, foi quebrada na noite de 18 de novembro quando um grupo de praças do 25º Regimento promoveu um motim.

Nesta noite a Banda do Batalhão realizou retreta e animou as comemorações promovidas pelo Clube Republicano. Narra Duarte Schutel, que "ao regressar ao quartel, tendo a frente o seu comandante, o Major Santos Dias, encontrou amotinados, os soldados que haviam de prontidão".⁸

Estes militares estavam de posse das armas, mas sem munições, que por acaso não haviam sido distribuídas nesse dia.

Os praças, tendo à frente o Cabo Cândido Pedro Duarte, pretendiam sair em passeata, levando a bandeira imperial.

Em meio à balbúrdia e confusão, os rebeldes exigiram que não só a banda os acompanhasse, como também o próprio comandante, o Major Dias. Pressionado, concordou com a passeata, exigindo entretanto que ela se fizesse em ordem e em

⁷ IBID.

⁸ SCHUTEL, D. Notas manuscritas.

formatura. Formado o grupo de 40 praças após vivas ao Império e ao Imperador, saíram percorrendo as ruas do Vigário, Praça do Caes, Menino Deus e volta ao quartel.

Neste ínterim, os oficiais já haviam ocupado o Batalhão, onde se achava, inclusive, o Chefe da Polícia, Firmino Lopes Rego. Ao entrar os praças receberam voz de prisão, ao que resistiram; um deles chamou o comandante de traidor, partindo para agredí-lo. O Major mandou que a banda se afastasse e ordenou fogo. Pelo menos quatro foram baleados. Enquanto alguns conseguiram fugir, outros foram presos. Durante toda a madrugada e todo o dia a Capital viveu um clima de agitação. Ao anoitecer, já se sabia que, à exceção de 5 ou 6 soldados, que fugiram, todos os demais sediosos estavam presos.

Agindo como principal articulador desta ação repressiva, o Chefe da Polícia, Capitão Firmino, chegou a ser agraciado com uma espada de bainha de prata.⁹

Neste mesmo dia 19, saiu o primeiro número do jornal "República", órgão oficial, onde passaram a ser publicados os atos do governo. Era impresso nas oficinas do antigo "Conservador", órgão do partido do mesmo nome. Liga-se a influência manifestada pelos conservadores, no novo governo, representado por Alexandre Marcelino Bayma. Mais uma evidência do adesismo de última hora. Adesismo que não foi originalidade local, pois no momento "a bacanal de adesões de toda a parte surgiam ao novo regime".¹⁰

⁹PEREIRA, C. da C. A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina. p. 30-119.

¹⁰ABRANCHES, D. Atas e Atos do Governo Provisório. p. 30.

2. Os republicanos e a organização jurídico-política do Estado de Santa Catarina.

Para os republicanos o clima era de expectativa. No dia 18 por telegrama de Esteves Júnior, eram informados de que, no Rio se cogitava da indicação do Tenente de Engenharia Lauro Severiano Müller, para governador do Estado de Santa Catarina. A 24 o ato foi efetivado.

Para esta indicação, concorreu, decisivamente, Esteves Júnior, conforme assertiva de Cameu e Várzea.

Alheio às conveniências políticas e deixando-se levar, sobretudo pelas amizades pessoais, queria o benemérito Marechal Deodoro que fosse nomeado Governador de Santa Catarina o Dr. Olímpio Pitanga.

Esteves Júnior porém, que tudo teria fosse quem fosse governador, opôs-se a essa nomeação e ameaçou recolher-se à vida privada caso se não desse esta investidura ao talentoso catarinense Lauro Müller, que acabava de concluir, brilhantemente, na Legenda Escola Militar o curso de engenharia.¹¹

Lauro abraçou a causa republicana, ainda na Escola Militar, como tantos outros de sua geração, pela mão do seu professor Benjamin Constant.

Catarinense de Itajaí, contava na época com 26 anos de idade. Pouco conhecido no seu Estado Natal, aqui chegou a 1º de dezembro para iniciar uma carreira política, destacada e brilhante, por toda a República Velha. Consigo vieram seu secretário, Tenente Carlos Augusto Campos e o Oficial de Gabinete José Arthur Boiteux. No dia 2, após prestar juramento perante a Câmara Municipal, recebeu o governo da Junta Provisória.

A sua linha política teve início com serenidade nas ações. Manteve em seus cargos os antigos funcionários, o que o fez merecedor de elogios na Imprensa. Após inteirar-se das coisas do governo na Capital, em fins de dezembro, procurou

¹¹CAMEU, F. e VÁRZEA, V. Op cit. p. 10.

manter contato com o interior, cumprindo um roteiro que se iniciou por São Francisco e foi abranger Joinville, Itajaí, Blumenau, Gaspar, Brusque e Camboriú. Nestas visitas, sempre mereceu as homenagens únicas de "republicanos genuínos e de antigos conservadores, cujo partido se encontrava na planície quando fora proclamada a República".¹²

Os primeiros sintomas de oposição, que o governo Lauro Müller veio a conhecer, seria consequência dos atos que dissolveram as Câmaras Municipais dominadas pelos liberais, e até então mantidas. Atendendo a dispositivo federal, a 7 de janeiro de 1890, foram criados os Conselhos Municipais e nomeados os intendentes; nomes, tanto quanto possível, retirados dos integrantes dos clubes republicanos.

Os liberais, que haviam aderido ao novo regime e vereadores da Capital, perante os quais Lauro Müller prestará juramento ao assumir o governo, tidos como certos para manterem a posição consolidada, foram colocados à margem.

Duarte Schutel, em seu diário, na data de 7 de janeiro, desabafava:

*Era isso que se esperava? Seria isso que estaria planejado? Na verdade é preciso confessar que por mais esforço que se empenque, talento, boa fé e calma em compreender as relações da casualidade lógica e com noção racional no conjunto dos fatos que se tem sucedido de 16 de novembro até hoje nunca se poderá tirar outro resultado se não a convicção de mais completa desordem.*¹³

Exagerava o velho político, refletindo o descontentamento dos que viram as suas pretensões frustradas. Na verdade, em política, o governador cuidava de fortalecer os republicanos mas não descuidava da administração. Engenheiro militar, preocupava-se com as ligações viárias do Estado. Dado de 22 de janeiro é o seu Decreto nº 1, estabelecendo contrato para a construção de ferrovia, ligando Rio Negro ao porto de São Francisco, cujo início das obras datam de setembro

¹²PEREIRA, C. da C. Op. cit.

¹³SCHUTEL, D. Notas manuscritas.

desse mesmo ano, com a sua presença naquele porto do norte catarinense.

Em abril, inaugurou-se a rodovia Tijucas - Nova Trento. Procurou enfrentar o problema dos limites com o Paraná, inclusive incentivou os catarinenses radicados no Rio de Janeiro a que fizessem movimento visando chamar a atenção do governo federal para a questão.

O novo regime republicano ampliará o poder dos Estados, a ponto de cobrarem impostos de exportação e criarem barreiras fiscais interestaduais. No planalto catarinense e sul-paranaense, os limites não estavam definidos. A erva-mate, na época, alcançava excelentes índices de exportação através do Porto de São Francisco. O governo do estado visinho cuidava de estabelecer as suas barreiras fiscais, sem reconhecer os limites catarinenses. Tal fato gerou atritos e descontentamentos na população de São Bento e toda a área produtiva de mate. Em julho, Lauro Müller foi pessoalmente a São Bento, inteirar-se do problema.

Posteriormente, foi a Curitiba tentar um entendimento com o governador paranaense Tenente Coronel Inocêncio Serzedo Correa, embora não tivesse obtido sucesso para a causa catarinense.

A República, em todo o Brasil, promoveu politicamente mudanças nos Estados; o regime fortalecia a figura do governador. Em Santa Catarina, Lauro Müller procurava fixar sua liderança. O grupo que tradicionalmente fazia política, vinculado ao Partido Liberal ou ao Conservador, passou a sentir esta liderança, secundada por um grupo de novos nomes, muitos, republicanos autênticos, assumindo um papel que até então lhes coubera.

Apesar da adesão de liberais e conservadores ao novo regime, tornava-se difícil para estes aceitar os novos, que se vinham impondo.

A primeira crise ocorreu quando da indicação dos candidatos ao Congresso Nacional Constituinte de 1890.

As eleições foram marcadas para 15 de setembro. O regulamento do Decreto nº 511, de 23 de julho de 1890, fixava o

número de 4 deputados federais e 3 senadores, para Santa Catarina, como para os demais estados.

A 12 de julho, o Clube Republicano reuniu-se na Capital, com a finalidade de indicar os nomes, que concorreriam ao Senado e à Câmara. O desencontro surgiu no momento em que os ex-liberais e ex-conservadores foram preteridos de figurarem na chapa oficial. A proposta foi de que se organizasse uma chapa mista, onde pelo menos dois nomes respeitáveis, oriundos dos antigos partidos, agora adesistas, deveriam figurar. Pretendiam vagas, Elizeu Guilherme da Silva, ex-chefe liberal e o advogado, Manoel José de Oliveira, que fora destacado líder conservador. Parecia um pouco pretensiosa a proposta que visava dividir o poder político com os republicanos e diminuir a importância destes no momento em que a nação se preparava para institucionalizar o regime.

Lauro Müller comandou a rejeição desta proposta, e, daí em diante, passou a enfrentar as críticas da oposição, que se organizava. A 17 de julho, Elizeu Guilherme e Manoel José de Oliveira formalizaram o bloco oposicionista, criando o que denominaram "União Nacional". Da comissão diretora ainda participaram Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Duarte Paranhos Schutel, José Teodoro da Costa, João Vicente da Silva, Germano Wendhausen e João Batista Bernisson.¹⁴

Era porta-voz deste Partido o Jornal "Tribuna Popular"¹⁵, onde, não raro, os artigos editoriais deixavam transparecer idéias monárquicas, constatadas em transcrições deste jornal na secção livre do "Jornal do Comércio"¹⁶.

A 28 de agosto saiu oficialmente a chapa republicana, constituída de Antônio Justiniano Esteves Júnior, Raulino Adolfo Horn e Luiz Delfino dos Santos, o poeta, para o Sena

¹⁴PEREIRA, C. de C. Op. cit. p. 48.

¹⁵Segundo Carlos da Costa Pereira a coleção deste Jornal foi emprestada, por ordem do governador Hercílio Luz, ao escritor Virgílio Várzea e jamais voltou a sua origem.

¹⁶Jornal do Comércio, 20/07/90.

do e, Lauro Severiano Müller, Carlos Augusto Campos, José Cândido de Lacerda Coutinho e Felipe Schmidt, para a Câmara.

Nas eleições a vitória da chapa oficial foi fácil.

Pela oposição concorreram e foram derrotados: Manoel José de Oliveira, Diogo Duarte Silva e João Silveira de Souza para o senado, Elizeu Guilherme da Silva, Alexandre Bayma, Wigand Engelke, José Teodoro da Costa. Dezenas de outros nomes foram votados neste pleito.¹⁷

O pleito onde governo e oposição se degladiaram, através de panfletos, jornais e boatos, provocou profunda cisão e ressentimentos nos quadros da política "barriga-verde". Os republicanos "históricos", julgavam-se no legítimo direito de ocupar o poder. Os políticos do tempo da monarquia, aderindo ao novo regime, entendiam que, conservada a proclamação, nada os impedia de dividir com os primeiros este direito.

Eleito deputado, Lauro Müller viajou ao Rio, sendo substituído no governo pelo 1º vice-governador Raulino Júlio Adolfo Horn. Em novembro ambos assumem suas cadeiras na Assembléia Constituinte e o governo de Santa Catarina ficou entregue ao então Presidente do Conselho da Intendência Municipal da Capital e o 2º Vice-governador designado Gustavo Richard.

Em janeiro de 1891, Lauro pede exoneração do cargo de governador e Gustavo Richard é efetivado no posto. A este caberia presidir às eleições para o Congresso Constituinte do Estado, quando novamente os ânimos dos políticos iriam se tornar exaltados.

Através do Decreto 43, de 23 de janeiro de 1891, o governo Gustavo Richard promulgou uma Constituição do Estado "dependente da aprovação do Congresso Representativo, vigorando porém, desde já quanto à composição deste e suas funções constituintes".¹⁸ O documento visava fixar normas político-

¹⁷República, 15/10/1890.

¹⁸República, 28/01/1891.

administrativas e, notadamente, assentar as bases para as eleições e a constituição do legislativo estadual.

Na mesma data, o governador baixou a Resolução nº 33, fixando o dia 8 de março para as eleições do Congresso Representativo a instalar-se a 28 de abril, "com poderes especiais para resolverem sobre a Constituição promulgada por decreto desta data e votarem para governador e vice-governadores do Estado".¹⁹

O documento constava de 93 artigos e mais três nas disposições transitórias, o primeiro dos quais dava ao Congresso competência para deliberar sobre a Constituição, aprovando-a, com alterações ou sem elas, após o que elegeria o governador e os vice-governadores. Ressalva a maioria absoluta para a primeira votação e, se ninguém a obtivesse, maioria relativa para a segunda. Este dispositivo abria caminho para o controle do poder Executivo por quem controlasse o poder Legislativo. Embora alguns estados imitassem o plano federal na instituição do bicameralismo, Assembléia e Senado (Pará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, São Paulo, Minas Gerais), em Santa Catarina foi mantido o unicameralismo.

A Constituição de 28 de janeiro estabeleceu o exercício da soberania popular do Estado nos poderes Legislativo (Congresso Representativo), Executivo (Governo do Estado) e Judiciário (Superior Tribunal).

Em Santa Catarina o Congresso Legislativo foi composto de 22 membros, para uma legislatura de 3 anos, com sessão anual de dois meses.

O Executivo, exercido por um governador, que tinha para o substituir três vice-governadores, cuja substituição se fazia segundo a ordem de votação. No impedimento dos vices, a ordem de sucessão eram o Presidente do Congresso Representativo e o Presidente do Conselho Municipal da Capital. Eram condições de elegibilidade para governador e vice, ser brasileiro nato, ter mais de 25 anos, ter nascido no estado ou nele ser domiciliado durante 4 anos anteriores à eleição. Esta

¹⁹ IBID.

primeira eleição, como vimos, seria efetuada indiretamente pelo Congresso e as seguintes pelo voto direto. Não era permitida a reeleição.

O Judiciário deveria ser composto por 13 membros, tirados entre os juizes mais antigos do Estado, que, entre si, escolheriam um presidente para um mandato de dois anos, sendo reelegível.

Após a chamada "União Nacional", que disputou as eleições federais, a Oposição uniu-se sob a legenda do Partido União Federalista, preparando-se para as eleições estaduais de 8 de maio.

A 6 de fevereiro, após uma consulta aos principais centros urbanos do Estado, o Partido Republicano Catarinense, lançou os seus candidatos à primeira Assembléia Constituinte de Santa Catarina, acompanhado do nome de Lauro Severiano Müller, para governador, e de um programa a ser cumprido.²⁰

Este programa refletia a tendência democrática dos que o propuseram. Defendia para o Estado uma Constituição:

*modelada pelos princípios republicanos, tendo por base a liberdade em toda a sua plenitude legal, a igualdade de todos perante a lei, sem distinções de condições sociais, completa autonomia dos municípios garantia e segurança dos direitos de todos os cidadãos; sistematizar e desenvolver a instrução pública, gratuitas as classes proletárias; proteção ao comércio, a lavoura, as artes e industriais liberais.*²¹

A composição da chapa republicana à Constituinte, merece uma breve consideração para conhecermos os componentes do quadro sócio-político da terra "barriga-verde" na última década do século passado. Dentre os 22 nomes apresentados, vamos identificar 3 ligados à atividade comercial, 4 à atividade industrial, 2 militares, 3 médicos, 3 engenheiros, 1 professor público, 3 advogados, 2 fazendeiros e 1 funcionário público. Deve-se acrescentar que, dentre os 8 profissionais li

²⁰ República, 18/02/1891.

²¹ IBID.

berais, 2 militares e 2 funcionários, perfazendo um total de 12, pelo menos 9 deles eram funcionários da União ou do Estado. Vemos, ainda, que a maioria esmagadora de 20 candidatos eram oriundos do meio urbano e apenas dois oriundos da área rural.

Tendo a República Brasileira deixado o controle das eleições para os estados e estes, por sua vez, delegado-o aos Conselhos Municipais, o sistema sempre favorecia ao situacionismo. Assim, no pleito de 1891, os candidatos republicanos foram sufragados por ampla maioria nas diferentes regiões, permitindo a eleição unânime da nominata apresentação pelo Partido.

A 28 de abril, eram solenemente instalados os trabalhos do Congresso Representativo do Estado, com funções constituintes. Representavam as diferentes regiões: Antônio Pereira da Silva e Oliveira (Campos Novos e Curitiba); Antônio Pinto da Costa Carneiro (Laguna e Imaruí); Arthur Cavalcanti do Livramento (São Miguel); Arthur Ferreira de Mello (São José e Garopaba); Carlos Renaux (Brusque e Itajaí); Emílio Blum (Capital); Ernesto Canac (Joinville e São Bento); Francisco Tolentino Vieira de Souza (São José e Garopaba); Henrique Boitoux (Nova Trento e Tijucas); João Carlos de Melo (Tubarão e Araranguá); João José Theodoro da Costa (São Joaquim e Lages); Joaquim Antônio de S. Thiago (Parati e São Francisco); José Bonifácio da Cunha (Blumenau); José de Araújo Coutinho (Capital); José Martins Cabral (Araranguá e Tubarão); Luiz Antônio Ferreira Gualberto (São Francisco e Parati); Mário de Souza Lobo (São Bento); Paulo João Schmalz (Joinville e São Bento); Pedro Ferreira da Silva (Itajaí e Camboriú); Polydoro Olavo de S. Thiago (Curitiba e Campos Novos); Manoel Victorino de Paula Ramos (Blumenau); Vidal José de Oliveira Ramos (Lages e São Joaquim). Francisco Tolentino Vieira de Souza presidiu a Constituinte.

Dos 22 parlamentares eleitos, a 8 de março, três deixaram de participar dos trabalhos da Constituinte, por razões que não nos foi possível desvendar. Foram eles Antônio Pereira da Silva e Oliveira, João José Theodoro da Costa e Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.

A 11 de junho, o Congresso Constituinte reunido "em nome do povo catarinense, para organizar um regime livre e democrático", promulgou a 1ª Constituição de Santa Catarina, "estado autônomo e independente fazendo parte da República dos Estados Unidos do Brasil e reconhecendo, para o livre exercício de sua soberania, somente as restrições expressamente definidas na Constituição Federal".²²

As bases da organização jurídico-política do Estado de Santa Catarina alinhavam-se na Carta Magna Federal. Com alterações, na proposta inicial do governador Richard, a primeira Constituição do Estado continha 101 artigos e mais 5 das disposições transitórias. Basicamente resguardava a tripartição de órgãos da soberania do Estado em legislativo, executivo e judiciário. Mantinha um número mínimo de 22 deputados para o Congresso Representativo, com uma representação de um parlamentar para cada 15 mil habitantes, não superando esta representação o número de 45 deputados.

O Executivo era exercido por um governador, tendo como substituto um vice-governador, ambos com mandato de 4 anos, sem direito a reeleição para o quadriênio imediato. Eram elegíveis os maiores de 25 anos, nascidos no Estado ou nele residente há mais de 4 anos. Nas disposições transitórias, foram suspensas as inelegibilidades, para a eleição, do 1º governador e vice, que se deu por via indireta.

O Judiciário passou a ser exercido pelo Superior Tribunal de Justiça, composto por 5 desembargadores e, não por 13, conforme a proposta inicial.

A organização dos municípios resguardou a autonomia dos mesmos, "quanto à administração dos interesses que lhes eram peculiares".²³

Promulgada a Constituição, instalou-se o Congresso Representativo e seu primeiro ato, neste mesmo dia 11 de junho, foi eleger o governador e o vice-governador do Estado,

²²Arquivo Público do Estado, Constituição do Estado de Santa Catarina, 11/06/1891, manuscrita, art. 1º.

²³IBID., art. 67.

cumprindo disposição transitória da Carta. Pela unanimidade de votos, foram eleitos respectivamente, Lauro Müller e Gustavo Richard. Deixou de votar o deputado José Martins Cabral, por ter que se ausentar da cidade face o precário estado de saúde de seus familiares, vítimas de uma epidemia. Pela imprensa ele hipoteou solidariedade a Lauro e Richard.²⁴

Cabral afirma que antes mesmo da Constituição, em maio, a Assemblêia havia eleito Governador do Estado Lauro Müller e vices Raulino Horn e Gustavo Richard.²⁵ Esta informação carece de fundamento, pois todo o processo eleitoral, ocorreu mesmo a 11 de junho, após entrar em vigor a primeira Constituição do Estado de Santa Catarina.²⁶

Richard, que permaneceu no governo do Estado, neste primeiro semestre de 1891, a 13 de junho, entregava a chefia de Executivo a Lauro Müller e, com este governador, era, nesta data, empossado vice-governador do Estado. A 7 de outubro, Lauro Müller reassume sua cadeira de deputado federal, sendo substituído no governo pelo vice-governador.

²⁴República, 11/06/1891.

²⁵CABRAL, O. R. Op. cit. p. 251-257.

²⁶República, 12/06/1891.

3. Os Federalistas Dominando o Estado

Neste ano de 1891, o País vai conhecer uma sucessão de crises, abalando o governo do Marechal Deodoro da Fonseca, já a partir da sua eleição, pelo Congresso, em fevereiro. A convocação de um antigo monarquista - o Barão de Lucena - para o Ministério e a crise do "encilhamento" desiludiam os republicanos. De outra parte, a falta de sensibilidade política de Deodoro, a fácil irritação a que se deixava dominar ante os políticos e a crítica, contundente, é verdade, por parte da oposição, foram criando um clima propício a que os mais chegados induzissem o velho Marechal a um golpe de Estado e à dissolução do Congresso.²⁷

O fechamento do Congresso, a 3 de novembro, levou o País para os dias de sobressalto que acabaram culminando com a renúncia do Presidente a 23.

O golpe do dia 3 levou a Deodoro a solidariedade de quase a unanimidade dos governadores dos estados, incluindo-se o de Santa Catarina, que, naquele momento, era Gustavo Richard, o vice-governador em exercício, já que o titular, Lauro Müller, cumpria o mandato de deputado federal.

Como parlamentar, Lauro não poderia concordar com a supressão do Legislativo, embora o apoio do seu substituto em Santa Catarina viesse a caracterizá-lo como simpatizante do ato ditatorial, a ponto de incompatibilizá-lo perante o futuro governo de Floriano Peixoto. Na realidade o pensamento do vice-governador não coincidia com o do governador.²⁸

Fechada a Câmara, Lauro Müller reassumiu a chefia do Executivo do seu Estado. Sua posição diante dos acontecimentos na esfera federal está explícita em telegrama que endereçou ao Presidente Deodoro, na noite de 22 de novembro, negando-lhe apoio.²⁹ No dia seguinte, sobreveio a renúncia, agravando mais ainda a confusão reinante na Capital Federal e nos

²⁷ COSTA, C. Pequena História da República. p. 68.

²⁸ República, 09/01/1872

²⁹ POMBO, R. História do Brasil, vol. IV, p. 251.

Em Santa Catarina, enquanto o governador negava apoio a Deodoro, a oposição batia palmas a Floriano Peixoto, certamente na esperança que o novo governante alijasse do poder aqueles que haviam merecido a confiança do Presidente renunciante.

O clima de agitação na Capital agravou-se quando, ao entardecer de 25 de novembro, o governador Lauro Müller se viu ameaçado, em plena rua, por um grupo de praças do 25º B.I., só escapando ao abrigar-se na residência de seu cunhado.³⁰

Os soldados envolvidos foram presos e libertados um mês após, já com Lauro Müller fora do governo e sem que suas responsabilidades fossem apuradas.³¹

O Partido Federalista, liderado por Elizeu Guilherme da Silva, negou qualquer participação no atentado. Mas, a sua imprensa intensificava os ataques ao governador, insuflando o povo e os chefes das guarnições para que o pressionassem a renunciar.

Com a ascensão de Floriano, os governadores de quase todos os estados foram afastados. Em alguns foram necessárias articulações revolucionárias para provocar a saída, abrindo caminho para que o Vice-Presidente nomeasse para estes cargos pessoas de sua confiança.³²

Em Santa Catarina, Lauro Müller vinha sustentando-se no governo, graças à solidariedade que a bancada federal catarinense emprestava ao Marechal Floriano. A oposição, através de boatos e intrigas, que fazia circular, procurava dar a entender que o governo não merecia a confiança do Vice-Presidente. Do Rio, Felipe Schmidt, Alexandre Stockler³³ e Emílio Blum desmentiam estas insinuações, dando conta do resultado de um encontro entre o deputado Schmidt e Floriano,

³⁰ PEREIRA, C. da C. Op. cit. p. 61.

³¹ IBID, p. 126.

³² BELO, J. M. Op. cit. p. 88.

³³ Deputado da Bancada Mineira que apoiou a causa dos republicanos catarinenses, República, 16/01/1892.

quando o Marechal "declarou vos apoiar todo o terreno, responsabilizando força e oficiais intervirem atos de violência contra o nosso governo".³⁴

Ao findar dezembro, na Capital do Estado, avolumava-se a oposição a Lauro, com quem a maioria popular não simpatizava. Desde o dia 26 que os federalistas vinham promovendo concentrações populares, onde os oradores se revezavam, levantando razões pelas quais julgavam necessário o afastamento do governador. A 28 as manifestações recrudesceram, tendo os "revolucionários" ocupado dois navios de onde pretendiam resistir.³⁵

Sobre estes fatos narra Duarte Schutel:

*"Com efeito o povo se aglomerou na praça e ali crescia de hora em hora chegando grandes grupos de fora da cidade. Diversos oradores chegavam ao povo e eram aplaudidos com entusiasmo e o movimento redobrava constantemente multiplicando-se os manifestantes e exaltando-se já com violência os ânimos. A praça toda, até a frente do Palácio, as praias e ruas adjacentes estavam repletas de povo."*³⁶

O depoimento de um militante do ex-Partido Liberal, anti-florianista e anti-laurista, certamente traz algum exagero quanto ao número de populares, se levarmos em conta a pequena população da então Desterro.

Hostilizado na Capital, Lauro Müller tinha o apoio do interior do Estado, destacando-se Blumenau, onde Hercílio Luz e Bonifácio Cunha armaram 120 homens e iniciaram uma marcha sobre a Capital, com o intuito de defender o governo constitucionalmente estabelecido. Chegaram até Tijucas, onde um telegrama do governador dava conta de que para evitar sangue decidira renunciar.³⁷

O clima de intranquilidade que tomou conta da Capital obrigou o comércio a cerrar suas portas. O jornal situa

³⁴ República, 24/12/1891.

³⁵ Jornal do Comércio, 03/01/1892.

³⁶ SCHUTEL, D. Notas manuscritas.

³⁷ KONDER, M. Lauro Müller. p. 30.

cionista não circulou de 26 a 31 de dezembro. Um grupo de comerciantes chegou a formar uma comissão para se avistar com o governador e parlamentar sobre a situação reinante."³⁸

A Guarnição Federal, sediada no Desterro, não cumpria o que dias antes comunicaram ao Rio os correligionários de Lauro, quanto à defesa do governo legal e chegaram mesmo a aderir ao movimento pela deposição.³⁹

Em posição enfraquecida, sem uma palavra oficial do governo central, a 28 de dezembro, Lauro Müller decide deixar o cargo. Com este ato evitaria um conflito de proporções imprevisíveis. Não renuncia. Como seu substituto, o vice-governador Gustavo Richard, não se dispusesse a assumir em momento tão delicado, Lauro entregou o governo ao Comandante da Força Estadual, Major Firmino Lopes Rego, seu correligionário, afirmando em ofício:

entrego em vossas mãos como representante que sois da força pública, o Governo do Estado de Santa Catarina. Em documento que, em tempo publicarei, farei a exposição dos motivos que me conduzem bruscamente a esta revolução, a qual acrescento os protestos que aqui deixo consignado de não resignar o meu cargo que deposito em vossas mãos..⁴⁰

No dia imediato, assumia o governo uma Junta Governativa Provisória, integrada pelo Coronel Luiz dos Reis Falcão, comandante do 25º B.I., pelo Tenente da Marinha Artur Deoleciano de Oliveira, a mais alta patente da guarnição naval sediada no Desterro, e por Cristóvão Nunes Pires, representante do Partido Federalista.

O primeiro ato da Junta foi decretar a dissolução do Congresso Representativo do Estado, formado por republicanos.

Isto contraditava com a iniciativa de Floriano, que, ao assumir em 23 de novembro, tivera o cuidado de reabrir o Congresso Nacional, fechado por Deodoro. O fato consumado recebeu protesto dos deputados estaduais Antônio Pereira da

³⁸Jornal do Comércio, 03/01/1892.

³⁹PAULI, E. Hercílio Luz Governador Inconfundível.p. 62.

⁴⁰República, 01/01/1892.

Silva e Oliveira, Artur Livramento, Carlos Renaux, Francisco Tolentino e Paula Ramos, em documento que denunciava o comandante do 25º B.I.

*de presidir uma comissão suspeita à República, pois no momento em que o Coronel Falcão dava, em Palácio, vivas à República Federativa, o grupo que o havia aclamado governador, dias antes, em frente à praça do Mercado, fazia flutuar no topo de um dos mastros do vapor "Laguna" quartel das forças marítimas sediciosas a bandeira imperial com visível alegria do Sr. Cristóvão Pires.*⁴¹

Do Rio de Janeiro, onde encontravam-se, também, protestaram os deputados Emilio Blum e Henrique Boiteux, em telegrama ao presidente do Legislativo Estadual, Francisco Tolentino, autorizando-o a incluir seus nomes "em qualquer protesto que fizer o congresso".⁴²

Ato seguinte da Junta foi o decreto "privando para sempre do cargo de governador por tê-lo renunciado pelo abandono, o Dr. Lauro Severiano Müller".⁴³

De Blumenau, Hercílio Luz formalizou o seu não reconhecimento à Junta, devolvendo ao Palácio o ofício através o qual era informado sobre a instalação do novo governo. "... cumpre-me comunicar-vos que, não estando esta Junta legalmente constituída, e sendo esta Comissão uma repartição federal, como chefe da mesma não posso manter correspondência oficial senão com o governador eleito pelo Estado e reconhecido pelo Governo da União".⁴⁴

Em outro ofício ao Secretário do Governo do Estado ele devolveu títulos de propriedades definitivas de terras "tendo em vista não serem assinados por pessoa credenciada".⁴⁵

⁴¹República, 08/01/1892.

⁴²República, 09/01/1892.

⁴³Jornal do Comércio, 05/01/1892.

⁴⁴ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. Correspondência dos Engenheiros, 1892-1898. Blumenau, 11 de janeiro de 1892.

⁴⁵ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. IBID, Blumenau, 27 de janeiro de 1892.

Focos de reação laurista foram se agitando. Em Tijuca, o presidente da Intendencia, negou-se a entregar a chave do edifício sede, aos novos intendentes designados pela junta. De Tubarão, Patrício Magalhães, presidente da Intendencia Municipal, nomeado pela junta, telegrafou aos seus membros dizendo que com a chegada de um novo destacamento na Laguna os chefes lauristas assaltaram a cadeia e tomaram as armas.⁴⁶ O Conselho Municipal de São Bento, tomou a iniciativa de divulgar, pelo Estado, uma proclamação, impressa em português e alemão, contestando as ações da Junta, assinalando: "A anarquia não invadirá nosso próprio município; a constituição e a lei serão respeitadas." Era assinada pelos conselheiros Francisco Antonio, Libero Guimarães e Fellipe Maria Wollf, conforme Luiz Magalhães, presidente da Intendencia da Laguna deu ciência à Junta.⁴⁷

Federalistas de todo o Estado manifestaram seu apoio à Junta que se instalava, na ilegalidade, mas que não era de sautorizada pelo governo Central. A primeiro de janeiro, os Superintendentes e Conselheiros Municipais, republicanos, e leitos a 30 de agosto do ano anterior tomavam posse em seus cargos. Enquanto isto, Lauro Müller seguia para o Rio de Janeiro para reassumir sua cadeira na Câmara e buscar, junto às autoridades federais, restabelecer os seus direitos, o que não chegou a alcançar.

Não se houvesse omitido naquele momento, no caso catarinense, Floriano Peixoto teria poupado Santa Catarina dos dias sangrentos que se seguiram com as rebeliões herciclistas de 1892 e a Revolução de 1893-1894. Não permitisse ele a galgada ao poder pelos federalistas e a Armada revoltosa não teria encontrado no Desterro as facilidades que teve aqui para estabelecer as suas bases, nem os federalistas do sul teriam em Santa Catarina um corredor para subir até o Paraná.

Com a saída de Lauro, inaugurou-se no Estado um período de confusão e de tumulto, que só findou dois anos após, quando foi sufocada a Revolução, que abalou o sul do Brasil,

⁴⁶ IHGSC, Documentos de Cristovão Nunes Pires, telegrama à Junta Governativa, 14/01/1892.

⁴⁷ IBID, 24/02/1892.

Foi o ônus a que ficaram sujeitos os catarinenses nesta fase de crise, que marcou a implantação do regime republicano. Neste período, que vai do Governo Provisório ao primeiro quadriênio de Hercílio Luz, surgem uma série de conflitos envolvendo componentes distintos, tanto gerados das dissensões internas, como originários de causas externas.

No Rio, se não conseguiu o apoio federal para seu restabelecimento na governança, Lauro Müller, pelo menos, sensibilizou o governo para que enviasse um outro militar para assumir o Executivo. Em fins de fevereiro, para esta missão foi designado o Tenente Manoel Joaquim Machado.

Tratava-se de um mineiro de 30 anos, contemporânea de Lauro Müller na Escola Militar, que, ao que se supunha, aproximar-se-ia dos republicanos. Antes mesmo de seu desembarque na Capital veio a decepcioná-los, embora viajasse acompanhado do deputado Felipe Schmidt.

Sabedores da passagem do emissário de Floriano por Itajaí, um grupo de blumenauenses, tendo à frente Hercílio Luz e José Bonifácio Cunha, dirigiu-se àquele porto, para com ele se avistar, sendo, entretanto, impedido à força, pelos federalistas itajaienses com o auxílio da própria polícia, que os impediu de deixarem a embarcação que os transportava.⁴⁸

Deste episódio o comissário de polícia Emmanuel Liberato deu conhecimento ao Prefeito da Polícia da Capital Henrique Valgas.⁴⁹

Verdade é que assumindo o governo a 1º de março, o Delegado Federal passou a ter um comportamento que o identificava com as correntes que se opunham ao governo, do qual ele era representante.

No seu discurso de posse, ao frisar o seguinte: "a revolução de 29 de dezembro último, direta continuação do

⁴⁸ DEEKE, J. Blumenau e a Revolução de 1893, in: Blumenau em Cadernos. Tomo IX nºs 11/12 p. 209.

⁴⁹ Jornal do Comércio, 28/02/1892.

movimento patriótico de 23 de novembro que ocasionou a reivindicação dos direitos constitucionais em toda a Federação Brasileira"⁵⁰ cometia uma incoerência, levando-se em conta que a 29 de dezembro a Constituição do Estado, foi violada. Assim deixou antever a falta de conhecimento em relação à realidade do momento.

Em poucos dias o novo governador estava totalmente envolvido pelo grupo que havia pressionado Lauro a renunciar. A julgar pelo antecedente fato de que Floriano não dera qualquer cobertura a Lauro Müller, a ponto de levá-lo à renúncia, a atitude de Machado tinha lógica. Não iria aliar-se aos que não estavam nas boas graças do Marechal.

Assessorado pelos federalistas ordenou a deposição do intendente José Bonifácio Cunha, de Blumenau, na época o município de maior resistência aos federalistas.

Os atos do Tenente Machado jogavam os republicanos de Santa Catarina contra Floriano. Mas e ele? Estaria com o Marechal? Se estivera no primeiro momento, não se manteria nesta posição, deixando-se empolgar pelo poder no momento em que a Assembléia Legislativa, formada exclusivamente por federalistas, vai elegê-lo presidente do Estado.

Os republicanos, ao primeiro momento, nutriam esperança de que o enviado de Floriano viesse restabelecer o Congresso do Estado, arbitrariamente dissolvido pela Junta Governativa de 30 de dezembro, como o fizera o Marechal com relação ao Congresso Nacional, após o 23 de novembro. O envolvimento do Interventor Federal pelos federalistas levam-no a convocar eleições para um novo Congresso Estadual, com Poderes Constituintes.

As eleições foram realizadas a 24 de abril, com os federalistas preenchendo todas as cadeiras, já que os republicanos não participaram do pleito.

A 14 de junho instalou-se a Constituinte, tendo a presidida Elizeu Guilherme da Silva e a compô-la os deputados Alexandre Marcelino Bayma, Antônio de Castro Gandra, Carl

⁵⁰ República, 03/03/1892.

Walter Kleine, Elesbão Pinto da Luz, Emanuel Pereira Liberto, Fausto Augusto Werner, Francisco de Sales Brasil, Francisco Gonçalves da Silva Barreiros, Ismael Pinto de Ulyssêa, João Evangelista Leal, João Nepomuceno da Costa, Leopoldo Engelke, Luiz Nunes Pires, Pedro de Alcântara Tibério Capistrano, Ricardo Martins Barbosa e Virgílio dos Reis Várzea.

Já a 7 de julho era promulgada a 2^a Constituição de Santa Catarina.

A nova Carta, que "o povo de Santa Catarina por seus representantes reunidos em Assembléia Constituinte, decreta e promulga", embora calcada na Constituição Federal, trazia em seu conteúdo pretensões de máxima independência com relação à União. O artigo 1º se evidencia, ao configurar o Estado de Santa Catarina autônomo e soberano, só reconhecendo a intervenção da União nos casos expressamente definidos pela Constituição Federal.⁵¹

O Chefe do Poder Executivo passou a denominar-se Presidente, tendo para substituí-lo, nas eventualidades, dois vice-presidentes, cuja precedência estava implícita no número de sufrágios recebidos. O mandato era de 4 anos, sem reeleições. Eram condições de elegibilidade residir no Estado há mais de 4 anos, se não catarinense, e ter idade superior a 30 anos, modificando dispositivo da Constituição anterior que fixava a idade limite em 25 anos. Os poderes do Presidente autorizavam-no a "levantar forças em caso de invasão estrangeira".

O Congresso Representativo passou a denominar-se Assembléia Legislativa. Era eleito para uma legislatura de 3 anos, com períodos de reuniões de dois meses anuais, a partir de 21 de abril. O parágrafo único do artigo 9º estabelecia que a Assembléia "em caso algum será dissolvida". As condições de elegibilidade eram: residir no Estado há mais de um ano, se de outro estado, e mais de 3 anos, se naturalizado.

⁵¹Arquivo Público do Estado, Constituição de 7/07/1892, manuscrita.

O Poder Judiciário teve como a mais alta cõrte o Tri
bunal de Relação, em substituição ao Tribunal de Justiça.

No âmbito municipal, suprimiram-se as intendências e foram criadas as Câmaras Municipais integradas por vereado
res eleitos.

A Constituição de 1892 continha 88 artigos e mais 8 constantes das disposições transitórias. Estes visando ins
titucionalizar uma situação existente, qual seria de manter, à frente do Governo do Estado, o Tenente Manoel Joaquim Ma
chado. O artigo 1º previa as eleições de Presidente e Vices para logo após a promulgação da Carta, com mandatos até 31 de dezembro de 1894. O parágrafo único deste artigo, supri
mia a incompatibilidade prevista no artigo 43, já que o Te
nente Machado não era catarinense e aqui se achava apenas há menos de 4 meses. O artigo 4º visava diretamente os governos republicanos, anteriores, a partir da posse de Lauro Müller em 1889. A sua redação: "Todos os privilégios, garantias de juro, subvenção à empresas, concessão de terras, isenção de qualquer direito ou impostos, aposentadorias ou jubilações, concedidas de 2 de dezembro em diante ficam pendentes da aprovação da Assembléia Legislativa". Está evidente que, pe
la coação, buscava apoio daqueles que, de algum modo, haviam sido favorecidos pelos republicanos, quando no poder.

A posição dos republicanos, em Santa Catarina, torna-
va-se difícil.

Os novos detentores não davam tréguas aos adversários. Seguiam a máxima: "aos correligionários as benesses da lei, aos adversários os rigores".

O jornal "República", por duas vezes, neste ano de 1892, teve que suspender a sua publicação. A 1º de novembro, encontrando-se na Capital o Delegado da Inspeção de Terras e Colonização de Blumenau, Victorino de Paula Ramos, este foi preso, levado a bordo de um navio e deportado para o Rio de Janeiro, por ordem do Tenente Machado, sem maiores explica
ções.

Este gesto levou os republicanos ao inconformismo. Se-
ria incoerência conformar-se com a presença no poder de ad
versários que ainda alimentavam idéias monárquicas, expressa

em atos como o da Intendência de Blumenau que aprovou a recolocação do retrato de D. Pedro II no salão principal daquela municipalidade.⁵²

Outro ponto crítico era o fato de o Tenente Manoel Joaquim Machado, ser guindado constitucionalmente, à primeira magistratura do Estado, embora se encontrasse aqui há apenas alguns meses. Este era assunto ventilado quase que, diariamente, pelo jornal oposicionista.

Enquanto na Capital a reação republicana era frágil, face à força da máquina governamental, embora seu jornal continuasse circulando, no interior ela ganhava expressão, notadamente em Blumenau com Bonifácio Cunha e Hercílio Luz comandando as ações.

Em fevereiro de 1893 Gumercindo Saraiva, transpôs a fronteira uruguaia e invadiu o Rio Grande do Sul, dando início à Revolução Federalista. O Partido Federalista de Santa Catarina não se manifestou. O Presidente do Estado declarou se solitário com o Governo Central.

Na Capital da República, parlamentares como Esteves Júnior, Lauro Müller e Felipe Schmidt articulavam junto a Floriano, buscando apoio.

Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, Lauro Müller discutiu a prisão arbitrária de Paula Ramos⁵³, enquanto que o deputado Felipe Schmidt, denunciou o Presidente de Santa Catarina na Justiça Federal, com base na lei que especificava os crimes de responsabilidade do Presidente do Estado. Por este dispositivo, incorria em pena o Presidente que privasse ilegalmente alguma pessoa de sua liberdade individual ou obrigasse dolosamente alguém a fazer o que não estivesse implícito na lei.⁵⁴

⁵²República, 06/08/1892.<

⁵³República, 02/03/1893.<

⁵⁴Arquivo Público do Estado, Lei nº 41, de 17/08/1892 , in: Autógrafos das Leis v. 1, 1892, manuscrito.

Um incidente entre os republicanos e os federalistas em Blumenau, gerou agressão física, por parte de Hercílio Luz, ao juiz de Direito, tido como "machadista" o fato levou àquela cidade o Chefe de Polícia Caldas. Instaurado inquérito, o caso foi levado à justiça, sendo pronunciados e com prisão decretada, vários republicanos. O mandato de prisão, de 2 de março, relacionou: Hercílio Luz, Bonifácio Cunha, Santos Lostada, Francisco Margarida, Francisco da Cunha Silveira, Augusto Schulte, Hermann Baumgarten, Otto Maldenhauer, Fides Deeke, Ernesto Eckhardt, H.F. Schmidt, Gustavo Binger e Paulo Zimmermann.⁵⁵ Deeke, adianta que, destes, Cunha, Hercílio e Lostada foram presos e recambiados para a Capital.

A oposição ao governo do Estado passou a ser articulada logo após a renúncia de Lauro Müller, a 29 de dezembro, e tomou impulso no momento em que os oposicionistas sentiram que o movimento, forçando, o afastamento do governador, deixara uma lacuna.

Os novos detentores do poder no Estado não tinham representação na Câmara ou no Senado, sendo que justamente Lauro Müller continuou como deputado federal, em pleno exercício do mandato. Este fato deixava incompleto o golpe federalista de 29 de dezembro.

No Rio, Lauro Müller, militar que era, procurou reproximação com o governo de Floriano Peixoto. No Estado, os republicanos históricos, os funcionários federais, oficiais do Exército, engrossavam as fileiras da oposição.

O jornal oposicionista acusou o governador Machado de conluio com os federalistas do Rio Grande do Sul, através da ação do vice-governador, Elizeu Guilherme da Silva.⁵⁶

Pouco depois, o Tribunal de Justiça impronuncia os presos políticos de Blumenau. Este fato irritou o Presidente do Estado, a ponto de o levar a dissolver esta corte de justiça, fazendo instalar em seu lugar o Tribunal de Relação, criado pela Constituição de julho de 1892.

⁵⁵ DEEKE, J. Ob. cit. p.217.

⁵⁶ República, 07/04/1893.

A 24 de abril o governo de Santa Catarina rompeu oficialmente com Floriano Peixoto.⁵⁷

Em junho, o juiz federal de Santa Catarina julga a denúncia do deputado Felipe Schmidt, que acusava o Tenente Machado pela deportação arbitrária de Paula Ramos. Condenado, o Presidente de Santa Catarina é, por preceito legal, obrigado a afastar-se do cargo só não sendo preso por tratar-se de crime afiançável. A chefia do Executivo passou ao 1º Vice-presidente, Elizeu Guilherme da Silva.

Todos estes últimos acontecimentos animaram a oposição, que detinha sua força maior no interior do Estado, particularmente em Blumenau, sob a chefia de Hercílio Luz, Bonifácio Cunha e Paula Ramos.

A transferência de comando, no 5º Distrito Militar, do Coronel Luiz dos Reis Falcão, ligado aos federalistas, para o Coronel Julião Augusto Serra Martins, florianista, também serviu para alterar o componente de forças dentro do quadro político catarinense.

Em julho, um contingente do 25º Batalhão, chefiado pelo Tenente Carlos Camisão, foi enviado a Blumenau, sob o pretexto de organizar um Batalhão Voluntário para impedir o avanço dos federalistas do Rio Grande do Sul, sobre Santa Catarina.⁵⁸ Na realidade articulava-se a derrubada do governo catarinense, agora exercido por Elizeu Guilherme e francamente hostil a Floriano.

Com a convivência do Comando do 5º Distrito Militar, o comandante do contingente deslocado para Blumenau com o apoio dos republicanos locais, arregimentou e treinou 160 voluntários, conhecidos como "Guarda Cívica", com a finalidade de marchar sobre a Capital. Anteriormente, a 14 de julho, uma tentativa neste sentido, fora feita por Hercílio Luz, quando comandou um grupo armado e se apoderou da Câmara Municipal de Tijucas, daí retornando a Blumenau ante a reação do Governo do Estado.⁵⁹

⁵⁷BOITEUX, L. A. Notas para a História Catarinense. p. 404.

⁵⁸BOITEUX, L. A. Op. cit. p.

⁵⁹DEEKE, J. Ob. cit. 221.

A corajosa atitude de Hercílio Luz faz crescer o seu prestígio junto aos correligionários blumenauenses. A 22, a Câmara Municipal reuniu-se para proclamá-lo Governador e decretar a cidade, Capital Provisória do Estado.⁶⁰

O próximo passo seria ocupar a sede do governo na Capital, para onde se deslocou Hercílio, à frente da "Guarda Cívica". Aqui chegaram a 29 e ficaram aquartelados no 25º B.I.

No dia seguinte, o presidente Elizeu foi cientificado de parte do Quartel de que, a partir de uma hora da madrugada, o Palácio seria atacado.⁶¹ Não se deixando intimidar, permaneceu no seu posto, tendo a acompanhá-lo o Presidente licenciado, Tenente Machado e grande número de correligionários. Às duas horas, iniciou-se uma fuzilaria sobre a casa governamental e dali respondida por cerca de 20 minutos.⁶² Deeke, registrou um saldo de 4 mortos, sendo vítimas os civis, que estavam no interior do Palácio, Manuel Berlink da Silva e Rodolfo Maya; o policial José Gomes e o major médico do Exército Antônio da Cruz Cordeiro, atingido por uma bala perdida, em plena praça.⁶³

A 31 os "hercibilistas" ocupavam o Tesouro do Estado e a Câmara Municipal, enquanto que o Coronel Serra Martins, cientificava a Elizeu de que garantiria a ordem, o que fez, sem impedir a ação revoltosa. Nessa noite, o Presidente, sentindo-se sem garantias, deixou o Palácio, que foi logo ocupado por Hercílio Luz.

Elizeu Guilherme telegrafou ao Presidente da República, reclamando os seus direitos usurpados.

Quando se esperava que Floriano Peixoto respirasse aliviado por ver cair o governo Federalista do Estado limitrofe com o Rio Grande do Sul, veio a surpresa: Floriano não só

⁶⁰DEEKE, J. Op. cit. p. 219. ←

⁶¹SCHUTEL, D. Notas Manuscritas. ←

⁶²IBID.

⁶³DEEKE, J. Op. cit. p. 221.

deixou de reconhecer o ato revolucionário, como ainda desti
tuiu Hercílio Luz do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão
de Terras de Blumenau.

4. Ascensão e Declínio da Revolução

No Rio Grande do Sul, ia acesa a rebelião dos federalistas quando, no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1893 eclodiu a Revolta Armada.

Originariamente sem ligações, estes dois movimentos acabaram unindo-se, tendo por base a então Desterro. O porto da ilha de Santa Catarina, na época ainda ponto estratégico para as ligações do sul, foi escolhido pelo Almirante Custódio José de Melo, para aqui instalar o governo rebelde. Esta missão foi atribuída ao Capitão de Mar e Guerra, Frederico Guilherme de Lorena, e foi apoiada pelo Capitão dos Portos, João Carlos Mourão dos Santos e pelo próprio Vice-Presidente do Estado, em exercício, Cristóvão Nunes Pires, o primeiro francamente favorável à rebelião da Armada e o segundo, federalista.

Até o último momento Nunes Pires e Mourão dos Santos, não jogaram às claras, deixando transparecer sua fidelidade ao Governo Central. Em 12 de setembro o Vice-Presidente do Estado, telegrafou ao Marechal Floriano, nestes termos: "Lamentando acontecimentos ocorridos porto dessa Capital e que nos dignastes comunicar-me em telegrama desta noite e agradecendo-nos termos honrosos para este governo de constantes faço ainda uma vez votos pelo triunfo da lei e restabelecimento da ordem!"⁶⁴ Vários outros despachos, sucederam-se, à medida que o governo catarinense respondia as comunicações da Presidência da República ou do Ministério da Guerra, sobre os acontecimentos no Rio.

Comandava o 5º Distrito Militar, aqui sediado o Coronel Julião Augusto Serra Martins, que se manteve fiel a Floriano. Alertado por este para repelir os vários rebeldes que para cá se dirigiram, Serra Martins tomou as providências cabíveis. Reuniu-se com o Presidente do Estado e o Capitão dos Portos para preparar a resistência, não ouvindo deles, qualquer manifestação de que estariam ao lado dos rebeldes.

⁶⁴ IHGSC, Documentos de Cristóvão Nunes Pires, cópia de telegrama ao Mal. Floriano, Desterro, 12 de setembro de 1893.

Estas autoridades, entretanto, agiam de má fé. Quando Serra Martins propôs fosse solicitado o auxílio de voluntários que seriam recrutados em Blumenau, através do chefe político local, Bonifácio Cunha, para defender o porto de Itajaí, encontrou oposição. O argumento usado foi de que se tratava de partidários de Lauro Müller, os mesmos que meses antes haviam atacado o Palácio e ali instalado Hercílio Luz, no Governo.⁶⁵

A uma solicitação de Floriano Peixoto, neste sentido, Nunes Pires respondeu que o governo do Estado estava pronto para defendê-lo com elementos da força de que dispunha e até de populares, caso necessário.⁶⁶ Dois dias após, o Vice-Presidente do Estado tranquilizava o Vice-Presidente da República, da impraticabilidade dos navios "República" e "Pallas", entrarem em Itajaí, face às condições precárias da barra de acesso àquele porto.⁶⁷ Nesta altura Joinville e São Francisco já haviam caído nas mãos dos revoltosos.

Outro gesto de má fé, de Mourão dos Santos, foi a informação falsa, prestada ao Comandante do Distrito, sobre a impraticabilidade da entrada do cruzador República nesse porto, que adiantou possuir um calado de 17 pés, enquanto que o da barra era de 14 pés.⁶⁸

Assim envolvido e sem o apoio da Marinha e do Governo do Estado, Serra Martins, preparou a resistência com os homens e o material de que dispunha. Seu primeiro intento foi interceptar Lorena na barra norte, deslocando a sua tropa para Canasvieiras. Sua força de fogo foi impotente para alcançar as embarcações revoltosas, que, dali, contornaram a ilha e, neste mesmo dia, 25 de setembro, entram no porto do Desterro, enquanto a tropa do Coronel Martins ainda regressa

⁶⁵MURICY, J. C. da S. A Revolução de 1893 em Santa Catarina e no Paraná (Memórias) p. 19.

⁶⁶IHGSC, Documentos de Cristovão Nunes Pires, cópia de telegrama ao Mal. Floriano, Desterro, 20 de setembro de 1893.

⁶⁷IBID, Desterro, 22/09/1893.

⁶⁸MURICY, J. C. Op. cit. p. 20.

va do norte da ilha.

A capitulação da Guarnição Militar foi proposta pelo Comandante Lorena e coordenada pelo Marechal reformado, Gama D'Eça, Barão de Batovi. Foi dada liberdade aos oficiais de escolherem entre a neutralidade ou adesão à Revolução. Serra Martins e uns poucos companheiros optaram pela primeira proposta e a eles e a seus familiares foi oferecido transporte marítimo para o Rio de Janeiro.

A imprensa federalista exultou com o acontecimento.⁶⁹ A 4 de outubro, a Assembléia solidariza-se com os revoltosos, declarando Santa Catarina "Estado separado da União, enquanto Floriano Peixoto permanecesse na Presidência da República".⁷⁰ Neste mesma sessão os deputados convidaram o Tenente Manoel Joaquim Machado a reassumir a presidência do Estado, afastado que estava por decisão judicial. A posse deu-se neste mesmo dia.⁷¹

Com isso não se conformou o Vice-Presidente, em exercício, Cristóvão Nunes Pires. Argumentou ele que uma revolução, que reivindicava o restabelecimento dos direitos constitucionais, não poderia anular atos legais anteriores, como a decisão judicial que havia determinado o impedimento do Tenente Machado.⁷²

Expressando o seu inconformismo, fez entrega do Governo ao seu substituto legal, o presidente do Congresso Estadual, deputado Salles Brazil, que o transmitiu a Manoel Joaquim Machado. A 11, o Tenente Machado novamente volta a deixar o cargo. A Assembléia volta a convocar o Vice Nunes Pires, que reassume, ante a votação de uma moção do legislativo concedendo-lhe plenos poderes para agir em favor da causa revolucionária.⁷³

⁶⁹ Estado, 12/10/1893.

⁷⁰ PEREIRA, C. da C. Op. cit. p. 95.

⁷¹ Estado, 05/10/1893.

⁷² IHGSC - Manifesto de Cristóvão Nunes Pires ao povo catarinense por ocasião da sua retirada do governo. Manuscrito, março 1894.

⁷³ IBID.

A 14 oficializou-se o Governo Provisório, presidido pelo Comandante Lorena. Tinha por escopo justificar perante as nações estrangeiras o estado de guerra interna. Era um apelo à neutralidade destas nações, o que serviria, inclusive, para evitar o fornecimento de material bélico ao governo legal.

Enquanto estes acontecimentos seguiram na Desterro, pelo interior iam penetrando as forças federalistas até alcançar o Paraná.

A Capital provisória tornou-se centro de movimentação de líderes revolucionários, vindos do Rio Grande, Paraná e Norte do país.

Com as conquistas dos federalistas, as ambições iam criando ambiente de intriga e desentendimento na hostes revolucionárias.

Lorena ao compor-se com os federalistas do Rio Grande não manteve entendimento com o verdadeiro chefe do movimento, Gaspar Silveira Martins e sim com Demétrio Ribeiro, o que afastou o primeiro.⁷⁴ Gumerindo Saraiva, comandante da tropa que ocupava Santa Catarina, não acatava as ordens de Lorena. Ao próprio Custódio de Melo não agradava o caráter militarista do governo instituído no Desterro.⁷⁵

Assim o fortalecimento do movimento, que já alcançava o Paraná, era apenas aparente. A heterogeneidade de ideais causava dissensões. A adesão do Almirante Saldanha da Gama, nitidamente monarquista, chegou a provocar afastamento da luta de vários companheiros de Custódio.⁷⁶

O desentendimento entre os chefes revolucionários só favoreceu a Floriano, que passou a apresentar-se como salvador da República e da Unidade da Pátria.

Numa tentativa de superar a crise, Lorena foi destituído da chefia do governo. Organizou-se uma Junta Civil, on

⁷⁴CABRAL, O. R. Op. cit. p. 270.

⁷⁵PEREIRA, C. de C. Op. cit. 98.

⁷⁶COSTA, C. Op. cit. 81.

de os três estados deveriam estar representados, mas na qual o representante do Rio Grande do Sul, a ser indicado por Gaspar Silveira Martins, não chegou a figurar. Este Governo Provisório foi exercido pelos desembargadores José Ferreira de Melo, por Santa Catarina e Emílio Westphalen, pelo Paraná.

Em âmbito local, esta situação refletia-se na luta em torno do Governo do Estado que voltou a ser reclamado pelo grupo "machadista".

O Tenente Manoel Machado fora nomeado, pelo Governo Revolucionário, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de S. José. A 26 de fevereiro de 1894 ele manifestou disposição de reassumir o Governo do Estado. Em ofício, ao presidente em exercício, Nunes Pires, pediu que este marcasse dia e hora para a transmissão do cargo. Sem resposta, a 27, Machado comunicou ao seu substituto legal que tomaria posse nesta data, ao meio dia. Cristóvão Nunes Pires tentou contemporizar, enviando um emissário até Machado pedindo que este aguardasse a oficialização do ato, no que não foi atendido. Tal atitude provocou incidente, relatado, depois por Nunes Pires em manifesto que redigiu, embora não publicado e no qual desabafa:

Tinha o direito de ser atendido e confiei nesse direito.

Assim não aconteceu.

O Coronel Machado com surpresa minha, deixou de aguardar a minha resposta e pouco depois do meio dia apresentou-se com alguns funcionários públicos e militares para tomar posse no governo.

Havia eu em homenagem à chegada dos ministros, esperados nesse dia do Paraná, concedido férias aos empregados e mandado fechar a Secretaria do Governo.

S. Excia. acompanhado do seu séquito subiu as escadas do Palácio e encontrando o Gabinete fechado mandou ou consentiu que se arrombasse a porta do mesmo!

Além da ilegalidade e violência contra um colega e correligionário revestido da administração.

Podia ter resistido a esse ataque desleal a minha autonomia não o fiz, porém, para evitar complicações.

Preferindo deixar a S. Excia. a responsabilidade desse ato ilegal cujas consequências funestas não são difíceis de prever-se.

*Fui deposto por um correligionário meu sem competência legal.*⁷⁷

No momento em que o governo de Floriano passa à ofensiva, os republicanos catarinenses militares e civis engajaram-se nas tropas legais. Lauro Müller, Felipe Schmidt, Lebon Régis, Carlos Augusto de Campos, Hercílio Luz, Emílio Blum, Napoleão Poeta integraram a tropa sob o comando do General Francisco de Paula Argolo, que, em novembro de 1893, fracassou na tentativa de deter os federalistas em São Bento e no seu avanço sobre o Paraná.⁷⁸ Posteriormente acompanharam o General Gomes Carneiro na famosa e inútil resistência da Lapa.⁷⁹

A 17 de abril de 1894, a Esquadra legal, sob o comando do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, desalojava os últimos federalistas da capital catarinense.

O governo estadual foi entregue, pelo comandante vitorioso, provisoriamente, ao alferes Aristides Vilas Boas.

A 19 chegava o Delegado do Governo Federal, Antônio Moreira César, tendo assumido a 22, com os seguintes auxiliares: alferes João Lopes de Oliveira e Souza e Malaquias Cavalcante Lima, secretários; Tenente Manoel Bellerophonte de Lima, Chefe de Polícia e Tenente Hermínio Américo Coelho dos Santos, comandante da Polícia Militar.

Floriano redimira-se da omissão da primeira hora e, através da bancada federal, reaproximara-se dos republicanos catarinenses.

No governo catarinense Moreira César vai promover o que Cabral chamou de "ajuste de contas".⁸⁰ Prisões e fuzilamentos sumários atingem os federalistas. Era a represália pela prática cruel dos degolamentos a que os federalistas do sul submeteram seus adversários.

⁷⁷ IHGSC - Manifesto de Cristóvão Nunes Pires, março, 1894.

⁷⁸ CARONE, E. A República Velha. p. 132.

⁷⁹ BOITEUX, H. Santa Catarina no Exército, V.2. p. 231-266-286-287.

⁸⁰ CABRAL, O. R. Op. cit. 275.

O número exato de fuzilados, não pode ser levantado. Cabral afirma terem sido conduzidos a Anhatomirim 185 prisioneiros que de lá não regressaram.⁸¹

Junto às notas, manuscritas de Schutel, sobre o episódio, encontramos duas listas com relação de possíveis fuzilados, degolados ou atirados ao mar. A primeira relaciona os nomes: Botoni, Alfredo, Luís Caldeira, Caldas, Castelo, Miguel Cascaes, Lorena, Sobrinhos (2), Caetano Demoro, Engenheiros (2)⁸², Romualdo, Recker, filhos Trajano (2), Elesbão, Alferes Olímpio, Dr. Barata, Dr. Paulo Freitas, Júlio Lima, Capitão Leal.

A segunda, além dos supra-citados acrescenta: Félix, Cogoy, Paranhos, Fausto Werner, Alfredo Bovoti, Veiga Júnior, Antônio Pires, Conceição, Luis Ignácio, Coelho, Dr. Lobo, Camisão, Oscar.

Para complementar as informações, que colhemos em Duarte Schutel, reproduzimos uma apurada por Boiteux,⁸³ como segue: Marechal Manuel de Almeida Gama Lobo D'Eça, barão de Batovi; Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena; Coronéis Luiz Gomes Caldeira de Andrada, Israel de Sá e Fernandes Goulart; Tenente-Coronel Sérgio Tertuliano Castelo Branco; Majores Dr. Alfredo de Paula Freitas e Elesbão Pinto da Luz; Primeiros-Tenentes da Armada, Álvaro Augusto de Carvalho, Arthur A. de Carvalho, Delphino de Lorena, Carlos Augusto de Melo Camisão e Dr. José Amado Coutinho Barata; Capitães, Tobias Becker, Júlio César da Silva Lima, Romualdo Carvalho de Barros, Antônio Manoel da Silva Coelho Júnior, João Evangelista Leal, José Bittencourt, Luis Ignácio Domingues; Tenentes, Braziliano Alves do Nascimento e Manuel Constâncio; Alferes, João Machado Lemos, Emygdio Teixeira Teles de Azevedo, José Gomes da Silva Fraga, Olímpio Saturnino Alves;

⁸¹IBID. p. 274.

⁸²Tratavam-se dos engenheiros-navais franceses Edmond Buette, Charles Muller e Ettienne, que aqui se achavam a serviço dos revoltosos, dando assistência às embarcações avariadas.

⁸³BOITEUX, L. A. Op. cit. p. 422.

Aspirantes, Pedro de Lorena e Álvaro da Mota; Cadetes, Aquiles Constantino, Domingos Vieira de Souza, Hygino Schutel, José Becker, Manuel Teles e Raul José de Souza; Drs. Alfredo A. da Gama d'Eça, Joaquim Lopes de Oliveira, Carlos Guimarães Passos e Francisco Vieira Caldas, e Civis, Caetano Nicolau de Moura, Miguel Cascaes, Edmond Buette, Charles Müller e Ma. Etienne.

A violência sõ não atingiu aqueles chefes que conseguiram sair a tempo, como o presidente do Estado Manoel Joaquim Machado e o líder federalista de Joinville, Abdon Batista, que buscaram refúgio em navios estrangeiros e depois seguiram para a Argentina. Mesma sorte não teve o Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme Lorena, que foi uma das vítimas na Fortaleza.

Os corpos das vítimas ficaram na ilha Anhatomirim - até maio de 1913, quando se promoveu a sua transladação para o cemitério de Florianópolis. Em 1934, por requisição do Ministro da Marinha, o então Capitão dos Portos de Santa Catarina, Comandante Lucas Alexandre Boiteux, foi incumbido de transladar estes despojos para o Mausoléu que se construiu no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.⁸⁴

Schutel, que viveu aqueles dias de violência, dá a sua versão:

Encheu-se de presos tudo o que podia ser vir de prisão.

Os calabouços e solitárias da cadeia comum, as salas da Câmara, o Quartel da Polícia, o de Linha e até o Teatro, tudo foi pouco, e foi preciso remeter para os navios de guerra os presos a medida que se enchia uma prisão, para dar lugar aos que chegavam.

Esses que embarcam levam destino de Santa Cruz; deles bem poucos voltaram... o maior número, os outros, nunca mais regressaram dessa viagem porque uns não chegaram e muitos ali fazem para sempre.

Este mesmo observador assinala que a capital catarinense viveu dias de temor, com a população temendo sair às ruas. "O silêncio, o recolhimento, o andar soturno dos habil

⁸⁴Anexo, nº 12.

tantes horrorizados, faziam contraste lúgubre com a algazarra e o desmando, com as petulantes maneiras e sinistras ameaças dos selvagens soldados, que enchiam as ruas e praças".⁸⁵

A responsabilidade por estes atos arbitrários, atribuída a Floriano Peixoto,⁸⁶ foi largamente debatida através os anos. Encontramos em Costa Pereira argumentos eximindo o Vice-Presidente de ordenar estes atos. Baseado em Bormann⁸⁷ e nos Anexos do Senado Federal o Autor revela depoimentos e documentos convincentes.⁸⁸

O Comandante da força militar que ocupou Desterro e Governador foi personagem central deste bárbaro episódio. É de se acreditar que teve a inspiração de alguns republicanos locais, pois, há menos de uma semana na cidade, não poderia identificar facilmente tantos federalistas. Como executores, contou com seus auxiliares imediatos, a principiar pelo Chefe de Polícia Tenente Manoel Bellerophonte de Lima. Schutel relata um caso.

Se César foi assistir ou mandar voz de fogo em algum fuzilamento o fez em tanto segredo que ainda não transpirou. O Tenente porém, não o escondeu; há dias às 4 para 5 horas da tarde foi ao Cemitério Público, para onde mandou em carro ao lado de praças armados, um mísero grumete e junto da cova que lhe foi cavada o fez passar pelas armas.

E acrescentou mais adiante:

*Tal era o braço direito de César. Este não aparecia, vivia encerrado em Palácio, em quanto o Chefe (de Polícia) fazia-se relacionado com uma ou outra família da cidade.*⁸⁹

⁸⁵SCHUTEL, D. Notas Manuscritas.

⁸⁶CABRAL, O. R. Op. cit. p. 277.

⁸⁷BORMANN, J. B. Dias Fratricidas - Memórias da Revolução Federalista no Est.do Paraná - Liv.Economica. Curitiba, 1901.

⁸⁸PEREIRA, C. de C. Op. cit. p. 101-109.

⁸⁹SCHUTEL, D. Notas Manuscritas.

A violência não se justifica. Foi, entretanto, fruto de ação correspondente dos federalistas, que passaram por Santa Catarina. A violência se faz contra a população civil apolítica como com relação aos adversários. Vivendo de requisições, não eram raros os saques praticados pela soldadesca. Notícias de estupro também ocorreram. Quanto ao tratamento aos adversários, o expediente comum era a degola, usada para eliminar o prisioneiro inimigo.⁹⁰

⁹⁰PAULI, E. Op. cit. p. 182-183.

CAPÍTULO IV

A REPÚBLICA CONSOLIDADA

1. As eleições de 1894

Após três anos conturbados, abalando a vida política e a estrutura econômica do Estado, serenaram-se os ânimos, sem, contudo, chegar-se a uma reconciliação entre republicanos e federalistas. Controlada a situação, através do pro consul florianista, Moreira César, Santa Catarina voltou à normalidade constitucional.

A 1º de março de 1894, realizaram-se as eleições pre sidenciais diretas, no Brasil, sendo eleito Prudente de Mo rais. Os catarinenses não participaram deste pleito face o estado de sítio decretado para os estados do sul, ainda, en volvidos na revolta.

Através do Decreto nº 187, de 16 de maio de 1894, Mo reira César restaurou a Constituição Estadual de 11 de julho de 1891.¹

O Decreto nº 198, de 29 de julho, marcou eleições pa ra governador e vice-governador do Estado, a se realizarem em 8 de setembro.² A resolução 1224, desta mesma data, fi xou as eleições legislativas, para o dia 9 de setembro, ren vando mandatos de senadores, deputados federais e deputados estaduais.

Reorganizou-se o Partido Republicano Catarinense, agrupando republicanos históricos, representantes da classe mē dia urbana em que se incluíam militares graduados, funcioná rios públicos, comerciantes, profissionais liberais e repre sentantes rurais.

Essa enumeração é feita com base em uma análise das atividades profissionais a que se dedicavam os elementos que, na época, exerceram cargos eletivos no Executivo e Legislati

¹República, 17/05/1894.

²IBID. 30/08/1894.

vo. Não é problemática proposta, neste trabalho, o levantamento sócio-econômico visando a origem dos políticos catarienses, do período em abrangência. Apenas, dentro do material disponível, procuramos enriquecer o texto com exemplos ilustrativos.

Estabelecidos os instrumentos legais, encaminham-se as candidaturas. Na esfera do Executivo o nome de Hercílio Luz vinha se impondo desde 1891, pela afoitesa de gestos, coragem e luta aberta que empreendeu desde Blumenau, onde já fora aclamado governador em 1893, de onde partiu para tentar desalojar Elizeu Guilherme do Palácio, na Capital.

A candidatura de Hercílio Luz foi formalizada pelo Partido a 2 de agosto, tendo como candidato a vice-governador Polydoro Olavo São Thiago.³ Sem oposição foram eleitos, na data prevista, e empossados a 28 do mesmo mês.

Para o legislativo foram eleitos: Gustavo Richard, Senador; Emílio Blum, Francisco Tolentino Vieira, Lauro Severiano Muller e Manoel Vitorino de Paula Ramos, deputados federais. A Assembléia Estadual, com poderes constituintes, ficou assim formada: Joaquim Eloy Medeiros, presidente; Antônio Pinto da Costa Carneiro, vice; José Arthur Boiteux, 1º secretário; Vidal José de Oliveira Ramos, 2º Secretário; Afonso Cavalcanti Livramento, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Apolinário José Pereira, Luiz Abry, José Araújo Coutinho, João Cabral de Melo, Manoel Pinto de Lemos, Ovídio José da Rosa, Pedro Ferreira da Silva e Pedro Luiz Colaço.

³IBID. 3/08/94.

2. A Controvertida Homenagem a Floriano Peixoto

A vitória contra os federalistas e o prestigiamento que o chefe da Nação dedicou aos republicanos de Santa Catarina galvanizaram para ele as simpatias destes, aliadas às manifestações que, no centro do país o grupo florianista encetava em torno do "Marechal de Ferro", a ponto de defender o seu continuismo na Presidência, mesmo após a eleição do seu substituto legal. Neste clima, os catarinenses apressaram-se em homenagear a figura do "Consolidador da República"; de uma maneira um tanto condenável, qual a de fazê-la com o homenageado, ainda em vida e em pleno exercício de alta função pública, prática que, apesar de legislação reguladora, até hoje é vigente. Posicionando este ponto de vista, redimido pelo julgamento futuro da figura de Floriano Peixoto, entendemos que coube aos "barriga-verdes" do seu tempo perpetuar o seu nome de modo mais expressivo tomando-o como topônimo para a Capital do Estado.

Denominação discutida até hoje, a de Florianópolis, tem levantado contras, alguns ainda embasados no tradicionalismo familiar das correntes que se degladiaram ao tempo da Revolução Federalista⁴, outros, por falta de conhecimento histórico e, ainda, daqueles que o fazem alegando ser nome anti-estético.

Ponto controvertido, de que poucos autores se ocuparam sem trazer maiores luzes de como se processou a mudança de Desterro para Florianópolis, julgamos oportuno inserir, no contexto deste trabalho, com base em documentação, o processo da transmutação, buscando justificar os republicanos pela sua iniciativa.

O nome de Cidade de Nossa Senhora do Desterro que o tempo simplificou para Desterro, não agradava aos seus filhos.

⁴CABRAL, O. R. Introdução, in: PEREIRA, C. da C., A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina. p. 22 - 23.

Já em 1888, na Assembléia Provincial, foi apresentada a sugestão para que a Capital passasse a denominar-se Ondina, sem alcançar o apoio da maioria.⁵

Na legislatura de 1892, Virgílio Várzea apresentou projeto idêntico, que não foi votado. Finda a Revolução, resurge a idéia da mudança, desta feita para "Florianópolis". A proposta foi do Desembargador Genuino Firmino Vidal Capistrano, que o fez, em reunião pública, realizada a 17 de maio, no então Teatro Santa Isabel, hoje Álvaro de Carvalho, merecendo apoio dos presentes, entre os quais altas expressões da comunidade. Além disso, foram consultados os Conselhos Municipais do interior que, através de cartas e telegramas se manifestaram favoravelmente, bem como a imprensa.

O assunto levado à consideração do governador interino Antônio Moreira César, este entendeu que a competência para a mudança do nome da Capital, devesse caber ao Congresso Legislativo "pois sendo Delegado do Governo da União tive escrúpulos por isto, de decretar o que tanto se almejava, para não passar o menor vislumbre de dúvida sobre a manifestação espontânea do povo".⁶

Encaminhada a proposta a 10 de setembro, ela foi votada pelo Legislativo e efetivada através da Lei nº 111, de 1º de outubro de 1894,⁷ sancionada já pelo novo governador, e leito constitucionalmente, Hercílio Pedro da Luz.

⁵PEREIRA, C. da C. Ob cit. p. 114.

⁶Arquivo Público - Correspondência com o Congresso, anos de 1894-1896.

⁷IBID. Leis de 1894.

3. Política e Administração no último lustro do século XIX.

A 26 de janeiro de 1895 foi promulgada a terceira Constituição, restabelecendo praticamente a Carta Magna de 1891.

Passados cinco anos de existência como unidade federativa, Santa Catarina era um Estado empobrecido com a administração mal estruturada, face à turbulência em que se viu envolvido pelas sucessivas crises de origem interna e externa.

A Hercílio Luz caberia recuperar as finanças e estabelecer meios propícios ao desenvolvimento da terra "barriga verde". A revolução afetara profundamente as reservas do tesouro estadual. A assumir o Governo, recebeu um saldo positivo de 175:632\$691, e que atribuiu "aos esforços do meu antecessor".⁸ Deste total 50:000\$, representavam auxílio do Governo Federal ao Estado exaurido em consequência da revolta.

Ao comparecer ao Congresso Representativo para apresentar o relatório do seu primeiro exercício, apelou aos parlamentares para que "proporcionem meios de promover um equilíbrio orçamentário através de uma legislação fiscal dos problemas condizentes, revelando nítida visão da economia estadual". Pediu a ampliação e o imposto sobre patente comercial, incidência sobre a fortuna territorial e predial; capital empregado nas múltiplas indústrias lucrativas exploradas no Estado; títulos de dívida pública; ações de bancos e companhias.

Não aceitou que a fonte de renda principal fosse sobre as exportações de produtos agrícolas, o que, na época, representava 50% da receita.

Neste ponto é incisivo ao afirmar: "Não preciso entrar em transcendentales considerações de ordem econômica, para recomendar a vossa atenção, medidas que, libertando o

⁸LUZ, H. Mensagem ao Congresso Representativo, 27/07/1895.

trabalho, tributem o capital produtivo".⁹

O aumento da população rural, decorrência da colonização e imigração, exigiu o melhoramento e a abertura de vias de comunicação, o que sensibilizou Hercílio Luz, já no seu primeiro ano de governo, sendo explícito ao afirmar "As estradas são as artérias de um povo; é por elas que o movimento e a vida se transmitem; a influência que exercem para o seu bem estar, prosperidade e defesa é sem contestação; constituem mesmo a mais poderosa alavanca para o reerguimento moral e material de uma nação".¹⁰

Para a execução de um plano viário, com a colaboração de Lauro Müller, no parlamento, conseguiu um empréstimo federal.

Preocupou-se com a remodelação da acanhada Capital. Promoveu a reforma do prédio, sede do Governo, contratando para isto, profissionais estrangeiros, responsáveis pelo estilo daquela casa, tal como se conhece hoje. A obra foi dirigida "com maior fiscalização, economia e desinteresse pelo cidadão José Maria dos Santos Carneiro, cuja competência e gosto artístico são geralmente conhecidos".¹¹

Já no seu primeiro ano de Governo promoveu a desobstrução, do canal norte do porto de Florianópolis. Determinou a confecção de um mapa do Estado, já que o último existente datava de 1872. Reformou os diversos setores da administração pública e criou uma repartição de estatística.

Buscou solução para o problema dos limites com o Paraná, contratando Manoel da Silva Mafra para defender a causa catarinense. Oficializou as Armas e a Bandeira do Estado.

Hercílio Luz encarnava na época um tipo político lúcido e austero. Atento à realidade daquele momento, em que a família política catarinense se fragmentara, já em 1895 aceitou com a bandeira da pacificação ao declarar que "como go

⁹ IBID.

¹⁰ IBID.

¹¹ IBID.

verno estou no leal propósito de apaziguar as paixões que a luta originou, para que os vencidos e vencedores possam calmamente cooperar para o bem do Estado". De outra parte foi sincero ao advertir: "Mas, com a mesma lealdade declaro também que se a República perigar, estarei no meu posto, se ja quais forem os sacrifícios a bem dela necessários..."¹² A pacificação não foi feita nesta primeira hora. Anistiados em 1895, pelo Governo Federal, líderes federalistas, como Elizeu Guilherme, Abdon Batista e Alexandre Bayma, voltaram à atividade política. Mas não perdoavam os arroubos que Hercílio praticara desde os idos de 1891, quando em Blumenau, aliado ao movimento que assumiu em julho de 1893. A pacificação da família política catarinense só será feita a partir de 1902 com a fusão dos partidos republicano e federalista.

A dificuldade para uma aproximação entre os dois partidos em 1895, tem sua origem no plano nacional quando o problema da anistia aos revoltosos de 93 foi levado ao Congresso. No Legislativo formaram-se duas correntes, lideradas por paulistas. Campos Sales, agrupou em torno de si os defensores da anistia. Francisco Glicério, florianista, liderou a facção contrária, da qual fez parte Lauro Müller.¹³

Esta cisão, que atinge o Partido Republicano, alcança a sucessão presidencial em 1898, quando o grupo glicerista se levantou contra a candidatura Campos Salles. Os republicanos de Santa Catarina, liderados por Lauro Müller, acompanharam esta posição endossada pelo próprio Governador Hercílio Luz.

Foi uma atitude um tanto arriscada, a de jogar um Estado pequeno contra o futuro Presidente da República, já que Salles aparecia como candidato único. Vale o registro para revelar que, até aqui, o relacionamento entre Lauro Müller e Hercílio Luz se mantinha estável. "Não se arvorou em "profiteur" de um erro. Antes, Hercílio Luz, como sempre leal e

¹²IBID.

¹³SILVEIRA, R. M. G. Republicanism e Federalismo 1889-1902, p. 123-124.

e desassombadamente, assumiu as consequências da posição tomada pelo insigne estadista, nosso conterrâneo".¹⁴

Sem candidato, a campanha defendida pela Oposição, em Santa Catarina, como de resto no País, foi pela abstenção.

A Comissão Diretora do Partido Republicano, integrada por Hercílio Luz, Gustavo Richard, Libero Guimarães, João Cabral de Melo e José Boiteux, lançou manifesto pela abstenção no pleito de 1º de março, argumentando com a vigência do estado de sítio imposto por Prudente de Moraes.¹⁵ Não surtiu efeito, pois um número razoável de catarinenses compareceu às urnas, a 1º de março de 1898, votando para a Presidência da República pela primeira vez.

A campanha pró-Campos Sales, no Estado, foi feita pelos federalistas, tendo à frente Elizeu e Bayma.¹⁶ O bom relacionamento com a Presidência da República, acenava-se aos federalistas como uma oportunidade para liderar a política catarinense. O que foi frustrado quando o Presidente inaugurou a "política dos governadores", que consistiu no bom relacionamento com os chefes de executivos estaduais em troca do apoio da bancada no Congresso. Com isso verificou-se a reaproximação, com o novo Presidente, de Lauro Müller, agora senador e Hercílio Luz, que foi Deputado e Senador neste quadriênio presidencial.

Para suceder Hercílio Luz no quadriênio 1898-1902 foi escolhido o engenheiro militar, então Major Felipe Schmidt, natural de Lages, primo e contemporâneo de Lauro Müller na Escola Militar e Deputado Federal. Seu vice foi o Coronel Firmino Lopes Rego.

Na administração de Felipe Schmidt, são feitas tentativas para ampliar o sistema viário do Estado.

¹⁴COSTA, G. Campos Salles (discurso) p. 19-20.

¹⁵República, 26/02/1898.

¹⁶COSTA, G. Op cit. p. 19-20.

No setor ferroviário, os projetos de ligação do porto de São Francisco a Blumenau e daí ao Rio Negro e Campos No vos fracassam. As firmas concessonárias não conseguiram reunir capitais capazes de realizarem estas obras. Ao findar do século, a rede ferroviária catarinense estava restrita aos 116 Km do trecho Minas, no município de Tubarão aos portos de Laguna e Imbituba.

No setor rodoviário, apesar da fraqueza dos recursos estaduais, foram locados e abertos vários trechos nas estradas Estreito-Lages; Blumenau-Curitiba; na estrada de rio do Rastro que ligava as Minas de Tubarão a São Joaquim, cujo contrato datou de 1898. Neste governo foi projetada uma rodovia ligando Blumenau-Jaraguá-São Bento.

Ao transpor do século, o governo Felipe Schmidt vai sofrer as consequências de crise econômico-financeira que afetou o país. Este fato preocupou o governador quando chegou a declarar "Bem pouco avisados andamos em não atentarmos em tempo para as sequências dos males que afligiam os Estados do norte, e o resultado desse imprevidência foi sermos empolgados por essa mesma crise, antes que houvessemos tomado providências, que, se não a evitassem de todo, ao menos atenuariam os males que ora nos atingem e começam a embaraçar seriamente as finanças do Estado".¹⁷

Com isto ele justificava a queda, na arrecadação estadual, em 1899, de 164:036\$941, com relação ao ano anterior.

Em 1899 foram realizadas eleições sendo eleito para senador Lauro Müller e para deputados Hercílio Luz, Paula Ramos, Tolentino Vieira e José Boiteux. No ano seguinte, com a morte do Senador Esteves Júnior, Hercílio Luz foi eleito para esta vaga.

O mandato de Felipe Schmidt coincide com a presidência de Campos Salles, cuja ação característica foi a "política dos governadores" ou "política dos Estados", como o próprio presidente a denominou, responsável pelo fortalecimento das oligarquias estaduais.

¹⁷SCHMIDT, Felipe. Mensagem ao Congresso Representativo, Fpolis, 11/08/1900.

Este fenômeno, mais evidente nos grandes estados como Minas Gerais e São Paulo, não deixou de ocorrer em Santa Catarina, demográfica e economicamente menos importante.

Note-se que, ao Norte, as muitas das oligarquias dominantes tiveram suas origens em homens vindos dos partidos monárquicos.¹⁸ Em Santa Catarina, a Revolução de 1893/94 não lhes permitiu este domínio ou participação imediata. Só foi ocorrer com a conciliação entre republicanos e federalistas, que seria promovida por Lauro Müller, em 1902, junto da sua própria aproximação de Campos Salles.

A partir de 1895, a quase exclusividade de participação política em Santa Catarina será de homens advindos do movimento republicano.

Cabe, também, salientar que a representatividade política ficou entregue a uma participação popular, que era diminuta.

Fatores diversos influíram neste processo, como situação demográfica, poucas concentrações urbanas, dificuldades na comunicação, colégio eleitoral limitado. Um levantamento completo deste quadro, trazendo maiores luzes para elucidar este ponto deverá ser objeto de análise meticulosa, assunto que, só por si, poderia ser objeto de novos estudos a enquadrar em um novo trabalho.

Os elementos disponíveis, até aqui, levam a uma evidência: o surgimento de duas lideranças jovens em Santa Catarina-Lauro Müller e Hercílio Luz - a partir das quais irão emergir, no futuro, as oligarquias dominantes.

Ao findar o século, estas duas lideranças estarão solidificadas, dividindo campos diversos. Lauro Müller despontou no plano federal sem esquecer as suas bases; Hercílio Luz preferiu permanecer no plano estadual para cumprir a obra que, conhecemos e admiramos.

¹⁸BELO, J. M. Op cit. p. 167.

CONCLUSÃO

Em novembro de 1889, uma ação militar no Rio de Janeiro pôs fim oficialmente ao regime monárquico brasileiro. Embora o despertar das idéias republicanas em Santa Catarina datasse de 1839 com o estabelecimento da efêmera República Catarinense, e ainda que pudessem ser identificados adeptos desde o tradicional marco, que fora o Manifesto Republicano de 1870, a Proclamação de 15 de novembro surpreendeu, contudo, a classe política catarinense.

A despeito de que, desde 1885, os clubes republicanos na Província viessem crescendo e estivesse, inclusive, a Câmara Municipal de São Bento formada totalmente por republicanos, o partido não possuía representação na Câmara Geral ou na Assembléia Provincial.

A implantação da República de modo inusitado provocou uma mudança, também inusitada, no quadro estadual, fazendo com que posições de destaque, antes detidas por uma elite, fossem então galgadas por novos políticos, os quais na sua quase totalidade eram jovens, pois foi nesta faixa que a propaganda pela mudança de regime ganhou maior número de adeptos. Esta transposição gerou descontentamentos entre os políticos tradicionais, antigos monarquistas; estes, porém, uma vez consolidada a República, não tiveram escrúpulos em apressar a sua adesão. Apesar disto, a marginalização dentro do novo quadro foi imposta, tornando-se causa das crises que se sucederam na vida barriga-verde, durante a primeira década republicana.

Estas crises tiveram origem na renúncia do Presidente Deodoro, em 1891, oportunidade em que a Oposição se articulou e tomou conta do Governo do Estado. Fatos externos, subsequentes, vieram desaguar aqui, tumultuando a situação política. A Revolta da Armada, no Rio, e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, encontrando na cidade do Desterro um ponto de junção, foram os movimentos que mais contribuíram para o agravamento da crise.

Abafada a Revolução pelas forças federais, o controle do Estado voltou aos republicanos "históricos", agora já mais desenvolvidos nos trâmites da política, justamente pela

experiência vivida. Estes, até o final da última década do século, manter-se-iam no Poder, assegurando a estabilidade política da terra catarinense, sem abrir oportunidade de reconciliação com os adversários.

Queremos afirmar, assim, que esta conclusão pretende, antes de tudo, fazer uma recolocação do tema, desenvolvido em quatro capítulos, ao final dos quais, parcialmente, já salientamos breve enfoque conclusivo.

Acreditamos que a análise dos fatos, dados históricos, depoimentos e a revisão documental e bibliográfica contribuíram para corroborar a hipótese de que a implantação da República promoveu a ascensão de uma nova geração, que conduziria os destinos político-administrativos de Santa Catarina.

CRONOLOGIA

1835

Novembro 04 - Pronunciamento do presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, quanto aos interesses dos republicanos do Rio Grande do Sul sobre Santa Catarina, notadamente Laguna.

1838

Março 09 - Ocupação da vila de Lages pelo batalhão "farroupilha" de José Mariano de Matos e a instituição, ali, do regime republicano.

Abril 07 - Lei Provincial nº 78, proibindo o comércio de qualquer ponto do território catarinense com a vila de Lages.

- A tropa de Mariano de Matos abandona Lages, sendo a vila reintegrada a Santa Catarina.

1839

Março 10 - Os capitães Antônio Ignácio de Oliveira e Serafim Muniz de Moura sublevam Lages proclamando, ali, pela segunda vez, a República.

Julho 22 - Davi Canabarro e José Garibaldi tomam Laguna.

29 - Proclamação da República Catarinense na Laguna.

Agosto 07 - Eleições para Presidente e Vice da República Catarinense, sendo eleitos, respectivamente, o Coronel Joaquim Xavier Neves e o Padre Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro.

18 - O Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa assume o Comando das Armas e a Presidência da Província de Santa Catarina.

Novembro 15 - Capitulação da Laguna e o fim da República Catarinense.

1870

Dezembro 03 - Circula no Rio de Janeiro o primeiro número do jornal "A República" publicando o Manifesto Republicano.

1885

Maio 31 - Circula na cidade de Desterro o primeiro número do jornal republicano "A Voz do Povo".

Agosto 13 - Instala-se na Capital Catarinense o primeiro Clube Republicano da Província.

Novembro 29 - Circula pela última vez o órgão republicano "A Voz do Povo".

1886

Maio 09 - Circula, em Tijucas, o primeiro número do jornal republicano "O Independente".

1887

Janeiro 26 - Circula, em Joinville, o primeiro número do jornal republicano "A Folha Livre".

Maio 01 - Instala-se o Clube Republicano de Camboriú.

10 - Instala-se o Clube Republicano de Joinville.

Julho 27 - Instala-se o Clube Republicano "Esteves Júnior" de Desterro.

Julho 05 - Lançamento do Manifesto Republicano no Rio de Janeiro, com a assinatura de Esteves Júnior como representante de Santa Catarina.

Agosto 11 - Circula em Joinville o primeiro número do jornal republicano "O Sul".

1888

Agosto 12 - Em São Bento é eleita a primeira Câmara Municipal do Brasil, integrada totalmente por republicanos.

1889

Julho 17 - Assume a presidência da Província de Santa Catarina Luiz Alves Leite de Oliveira Belo.

Novembro 15 - Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.

Novembro 17 - Adesão de Santa Catarina ao regime republicano e posse da Junta Governativa.

19 - Circula na capital catarinense o primeiro número do órgão oficial "República".

24 - O Tenente Lauro Severiano Müller é nomeado governador do Estado de Santa Catarina.

Dezembro 02 - Lauro Müller toma posse no Governo de Santa Catarina.

1890

Julho 12 - Convenção Republicana na cidade de Desterro para a indicação dos candidatos à Assembléia Nacional Constituinte, sendo vetados nomes de ex-liberais e ex-conservadores na composição da chapa oficial.

17 - Organiza-se a Oposição em Santa Catarina sob a legenda da "União Nacional".

Setembro 15 - Eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Novembro 07 - Assume o Governo do Estado de Santa Catarina o 2º vice Governador Gustavo Richard.

1891

Fevereiro 19 - Instala-se na cidade de Desterro o partido de oposição denominado "União Federalista".

Março 08 - Eleições para o Congresso Estadual Constituinte.

Abril 28 - Instalação solene do Congresso Constituinte de Santa Catarina.

Julho 11 - Promulgação da 1ª Constituição do Estado de Santa Catarina.

- Eleição de Lauro Müller para Governador do Estado e Gustavo Richard para Vice-Governador.

Novembro 03 - Golpe do Marechal Deodoro da Fonseca fechando o Congresso Nacional.

23 - Renúncia do Marechal Deodoro e posse de Floriano Peixoto na Presidência da República.

Novembro 25 - Atentado contra o Governo Lauro Müller, na Ca
pital do Estado.

Dezembro 29 - Pressionado pela Oposição Lauro Müller afasta
se do Governo do Estado, sendo substituído por uma Junta
Governativa.

1892

Março 01 - O Tenente Manoel Joaquim Machado assume o Governo
de Santa Catarina.

Abril 24 - Eleições para o Congresso Estadual Constituinte.

Junho 24 - Instalação do Congresso Estadual Constituinte.

Julho 07 - Promulgação da 2^a Constituição do Estado de Santa
Catarina.

- Eleição do Tenente Manoel Joaquim Machado para o
governo catarinense.

1893

Fevereiro 02 - Eclode a Revolução Federalista no Rio Grande
do Sul.

Abril 24 - Manifesto do Tenente Machado rompendo com o Gover
no de Floriano Peixoto.

Julho 22 - Hercílio Pedro da Luz é aclamado Governdor do
Estado pela Câmara Municipal de Blumenau.

31 - O grupo "hercilista" ataca o Palácio do Governo
desalojando dali o vice-governador em exercício, Eliseu
Guilherme da Silva.

Agosto 01 - O Marechal Floriano Peixoto não reconhece o Go
verno de Hercílio Luz.

Setembro 06 - Eclode no Rio de Janeiro a Revolta da Armada.

29 - A cidade de Desterro capitula ante a força re
belde sob o Comando do Capitão de Mar e Guerra, Guilherme
de Lorena.

Outubro 14 - Instala-se no Desterro o Governo rebelde sob a
chefia do Capitão de Mar e Guerra Guilherme de Lorena.

1894

Abril 17 - A Esquadra Legal sob o comando do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, desaloja os últimos federalistas da capital catarinense.

22 - O Coronel Antônio Moreira Cesar assume o governo de Santa Catarina.

Setembro 08 - Eleição de Hercílio Luz, no primeiro pleito direto, para o Governo do Estado de Santa Catarina.

28 - Posse de Hercílio Luz no Governo do Estado.

Outubro 01 - Lei nº 111, dando a denominação de Florianópolis à Capital do Estado.

1895

Janeiro 26 - Promulgação da 3ª Constituição do Estado de Santa Catarina.

Agosto 15 - Lei nº 126, estabelecendo as Armas e a Bandeira do Estado de Santa Catarina.

1898

Setembro 28 - Posse de Felipe Schmidt no Governo do Estado de Santa Catarina.

Anexo nº 1

Cópia das Instruções para o Concerto da
Estrada do Morro dos Cavalos

providências e cumprimento de obra = Juazil
Juazil em São João 15 de Dezembro de 1859.
Francisco José de Sousa Sena de Sousa =

Confirmação

Francisco José de Sousa Sena de Sousa =

Anexo nº 2

Primeira página do número 1 do Jornal

"A Voz do Povo"

A VOZ DO POVO

ORGÃO DE IDÉAS REPUBLICANAS

REDAÇÃO DE DIVERSOS

Propriedade de uma associação

ANNO I

SANTA CATHARINA...DESTERRO - DOMINGO, 31^o de MAIO DE 1885

NUMERO I

EXPEDIENTE

Por enquanto publica-se este jornal aos domingos.

ASSIGNATURAS:

CAPITAL

Semestre.....4\$000

PELO CORREIO

Semestre.....5\$000

NUMERO AVULSO 100 cts

Indicação de redacção

Os autographos que não forem enviados não serão devolvidos, embora deixem de ser publicados.

Publicam-se annuncios por preços razoaveis.

Qualquer publicação, não sendo contraria ás idéas des-

te jornal, serão feitas por preços muito favoreis.

—o—
E' impresso este jornal no Gabinete Typographico à rua do Príncipe n. 63, onde se darão quaesquer informações.

A VOZ DO POVO

Desterro, 31 de Maio de 1885.

Já era tempo de vir á luz da publicidade, na capital da provincia de Santa Catharina, um organo que fizesse a voz do povo. O projecto que propõe, taes como são, as idéas dos principios mais modernos; que discuta com base e fundamento as questões dos negocios publicos e officiaes, tendo sempre, como norma de conducta a verdade de suas asserções; que

vele pela causa da instrucção publica, que educa e civilisa e conduz os povos á felicidade; que se occupe com afan dos interesses do commercio, da lavoura e das artes,—fontes de riqueza em nosso paiz; que não se polua, nem se abastardeie, nem se venda aos corruptos e corruptores da politica monarchica, viciada e interesseira, que, dirigida com erro e es-

Eis o nosso programma, que, —depois de esboçado pelos homens, nos campos politicos que espalham com os nossos interesses e o progresso da patria, a respeito de corrompendo, e a respeito de mentiroso e estorpidos: Que nos importa a isso? temos a nossa tarefa e a definição dos homens ariocratas...

Forma de governo

...a forma de governo... manifestam suas idéas em opposição ás monarchias. Não é certamente com a intenção de destruir... romper e revolução... exclusivamente pugnaz pela organização d'um governo que respeite o direito e auto-

FOLHETIM

ALFREDO DE SARMENTO

A' SÊSTA

(CONTOS)

AS MÃS LINGUAS

—Ea não lhe dizia, ara. Perpetua, quando eu cedo tudo ao navio de desceitir...
—Ai, sr. mestre Ignacio, não é porque eu me reparte com as vidas alheias, ha metter essa no dedo pelos olhos á 2...
—Não reparou como ella ha feito sobre as, assentado no tronco, no lado da esquerda...
—Olhe mestre, ha muita que eu disse com os meus labios, que alli havia o que

quer que fizesse. Póla nunca a filha de um triste operario andar sempre com tantoluxo e tanta seuhara? O paé ganha apenas o pão de cada dia, e o que lhe póla regeira ella o seu trabalho de agulha, e um mavel vestido de cinta?
—Vestido de chita, ora essa! Pois a vizinha não a vio hoje com o cordão d'ouro e relógio?
—Vi, pois não vi. A que tempo chegou, Santo Deus! Olhe lá não o ganhavellella com as suas costuras. Pela bocca me roa o peixe; poé que fallava tanto em honra, e não lhe o raio em casa, e lá vae a filha pelo cambio de muitas outras que elle abocanhava.
—Eo que disse a isso o Jeronymo?
—Quem, o moço da jequeira? Ora o que ha de dizer, de modo se á franchezza, que elle não o para; e que, e que procura no mar por outros moços.
—Pois, se eu não vejo o casamento a braca para lavoura.
—Disse-me a Therzaz, capelista, que uma vez me contou que elle chegou a um moço, que elle deu um re á filha de um tal Sr. Jeronymo, que é o santo do tempo do moço.
—Ora veja a ara. Perpetua a que um pobre homem anda exposto a gastar o seu dinheiro em por causa, sabe Deus com que sacrificios, e acontece-lhe uma desgraça!
—A culpa tevea elle; que amigos não fallava por alli, vórias e recatadas, que não se envergonhava da classe a que pertencem. Paé que escolheu semelhante de cambida. Eu, Deus me perdoe, amaldi sempre o caso; e não me engatei ella.
—E d'ahi, soberba como uma fidalga, mas que fazia favor em dar os bons dias á gente.
—Por isso mais de uma vez lhe fei de porta as caras; não me dá de conta aquelle encheimento, por que finalmente chegou a cidade que tanto, sem no quem ter nada que me dizes.
—Isso não eu, sr. Perpetua; mas eu que acanhava aquella tola?
—Pois não viu a quem lhe não viu o fiscal, Olhe, mestre, eu fallava que fizesse, mas que, vou-me a está ali a se bota, avise no que a elle vae em de tambem; que se vier a se apresentar a se bota.
—A se bota, sr. Perpetua, que é o que se bota em não se bota.

Os interlocutores d'este innocente e moralissimo dialogo, eram a sr. Perpetua Rosa, mulher do cincuenta annos, creatura muito temente a Deus e não menos amiga do proximo, que depois de ter figurado por espaço de trinta annos em atezagado logar na praça da Figueira, juntara um soffivel penhoel, e estabelecera-se em casa de pebedores; e mestre Ignacio, habido conhecido e afamado no bairro, pela sua vasta erudição no que dizia respeito ás vidas alheias.
Ora, entre a sr. Perpetua e o mestre escaudador, havia mais de um ponto de contacto.
Ella, como verdadeira filha de Eva que era, possuia em subido grado esse instincto natural que levava a acompanhara de Adão a ser expulsa do paraizo; elle, por mais de uma vez a mollita pela da curabilidade, tivera a passar um quarto de hora amargurado.
Eis que respeito á má lingua, eram ambos de uma desenvoltura maravellosa. De h'averera excellentes em araldagem e pouco receptivos. Havia, porém, algum tempo, que estas duas almas, tão firmes e tão fortes e acuminadas se desviam a pérfida e maliciosa de papagaio nos seus labios, em linguagem de scallheira com quem se assina á tola curativa que os sustentava.

Anexo nº 3

Primeira página do número 18 do Jornal

"A Voz do Povo"

A VOZ DO POVO

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO

REDACTOR—J. A. COUTINHO

PRINCIPAL NECESSIDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO

ANNO I.

SANTA CATARINA—DESTERRO—DOMINGO 27 DE SETEMBRO DE 1885

NUMERO 18

CANDIDATURA

Com idéas republicanas, movido pelos sentimentos do mais puro patriotismo, e como um dos mais incompetentes advogados da causa do progresso do paiz e do desenvolvimento social, apresento-me, pelo 1.º distrito, CANDIDATO DO POVO PELO POVO á proxima eleição provincial, na convicção de que, desinteressadamente poderei prestar alguns serviços á esta provincia, que tanto adoro, onde tenho recebido de seus bons filhos as mais exuberantes provas de estima e consideração, que não mereço.

Se fôr eleito, farei tanto quanto puder, segundo os meus fracos recursos, para não desmentir o meu programma, que se segue, nem dar motivos de desgosto e arrependimento áquelles que, com o seu voto, me dêrem a honra de contribuir para o ganho da minha eleição; se derrotado, não desanimarei, por isso, ao ponto de abandonar as minhas idéas politicas e de deixar de defender a santa causa da real democracia, que com tanta firmeza tenho discutido, no intuito de pugnar pelo engrandecimento do Brazil.

Eis o meu

PROGRAMMA

Suppessão dos impostos interprovinciaes de 1 e 2 %.

Suppessão do disimo do paiz.
Diminuição de outros impostos com que o povo tem sido onerado além das suas forças.

Autorisar a camara municipal a cobrar o imposto das decimas urbanas, cobrado outrora pela repartição provincial.

Crear impostos sobre os escravos existentes na provincia, relativos aos seus valores.

Autorisar os concertos e conservação das estradas de rodagem já construidas e a construcção de algumas outras, que muito precisamos, entre as quaes a que deve partir deste porto a Lages, afim de communicar o centro com o litoral da provincia.

Fazer com que a Assembléa provincial, por meio de representações energicas, porém comedidas, influa para que o governo geral, pelos meios que esta redacção tem indicado, que são os mais facteis e economicos, faça desobstruir o taboleiro do nosso porto.

Fazer tambem reduzir o superfluo functionalismo da provincia.

Fazer ainda e finalmente algumas reformas na nossa legislação provincial, em utilidade publica.

Desterro, 20 de Setembro de 1885.

J. A. COUTINHO.

A VOZ DO POVO

Federação brasileira

Um organismo onde cada cellula tenha vida independente e ache-se em completa relação com as outras para produzir a vida do todo, é o exemplo que offerecem os corpos mais aperfeiçoados na escala dos seres, é a perfectibilidade sonhada pela sociologia para organização dos povos modernos.

Estabelecendo esta opinião *Lasnessan* conclue, — que autonomia e solidariedade devem ser as bases scientificas sobre que se organisem os estados.

Para tal cousa conseguir-se, é necessario, porém, que se estabeleça a mais ampla des-centralisação; é preciso um systema que dê

ao individuo a maior somma possível de liberdades, de autonomia.

Sem isso não se pôde obter regimen scientifico de governo, não existirá mais que a morte do individuo em proveito da entidade abstracta — collectividade.

E para que se siga um systema que não prejudique ao real pelo theorico, é preciso que se note que, assim como o individuo é o conjunto relacionado das cellulas que compõe-o, o estado é a somma dos individuos que constituem-no; — que o estado, a não ser considerado como a expressão do relacionamento entre os individuos de um povo, é uma entidade sem significação pratica, sem corresponder a nada de exacto.

Por essa razão, o regimen á seguir-se deve ser aquelle que mais desenvolva o individualismo, que mais poderosamente contribua para que o cidadão gose de inteira autonomia, ampla liberdade.

E a isso que corresponde a federação. Dando completa independência aos estados em tudo, que disser-lhes respeito, — collocando os municipios em posições completamente autonomicas em tudo que pertencer-lhes, ella faz com que o individuo seja chamado ao interesse publico, porque este é o de seu municipio que é o seu, ou o de seu estado, que é o seu certo.

Com uma organização assim analisada não pôde haver de votamento ao interesse publico, satisfazendo a natureza humana não pôde ser modificada por codigo algum.

Emquanto disser-se ao individuo que trabalhe pelo interesse da patria, que é um paiz de uma extensão extraordinaria; que assim fazendo elle não faz mais que o seu dever, nada conseguir-se-á de util. E' preciso que se lhe diga: — trabalha pela localidade em que moras, porque do melhoramento de suas edificações, de suas condições hygienicas, de sua justiça, de sua policia, emfim de tudo que ella consta, terás inumeros resultados, trará uma porção de utilidades para ti e os teus.

Dessa forma o individuo envolver-se-á no trabalho em prol do interesse publico, por que percebe facilmente que assim trabalha para si.

Mas exigir-se de quem não é um philosofo, de quem não conhece o systema de leis que dirige o universo em todas as suas partes, que pense em primeiro lugar na patria, — uma cousa que elle sempre vio tendo conveniencias oppostas ás suas, — é antes que tudo uma prova de inqualificavel cegueira.

Palrar-se ao cidadão que não comprehende o mechanismo social em interesse da nação, quando elle não conhece mais que uma parte insignificantisima della; quando elle vê que o lugar de sua moradia precisa do determinadas instituições que uma outra localidade que vio repelle; quando elle pôde observar que o interesse do lugar de seu nascimento é contrario ao interesse de muitas outras partes do mesmo paiz, é pregar-se ao vento, é atirar ao abandono sementes que cuidadas intelligentemente poderiam germinar com utilidade.

Só o individuo de intelligencia desenvolvida, o individuo de profundos estudos sociaes pôde comprehender que, trabalhando para um paiz grande, trabalha tambem para si.

O povo, maxime o nosso, que não tem educação civica e philosophica alguma; não

pôde entender assim, não tem conhecimentos para tal.

E tanto é verdade, que vê-se até entre pessoas de provada honestidade particular a característica phrase — *roubar da nação não é roubar*.

Para que consiga-se que o individuo cuide dos interesses da patria, é necessario ligar-os a uma pequena circumscripção, que se ache tambem unida aos interesses individuaes que pertencem-lhe.

Sem isto fazer será baldado todo o esforço, não se conseguirá que elle trabalhe pelo paiz, annullar-se-á os meios de trabalhar para si.

E' o que tem feito a nossa estúpida centralisação.

Tem afastado o homem dos negocios nacionaes, e prohibido que elle tenha iniciativa, que elle procure os meios de desenvolver sua industria.

Como resultado desse systema uma causa ostenta-se cheia de força — o centro.

E' delle que parte tudo: organizações partidarias, manifestos politicos, creações de companhias, formações de emprezas. — Tudo delle vem.

As provincias não pensam, as provincias não agem, — só executam o que os seus mandadins, que se acham instalados na corte, determinam.

Nestas condições é necessario, urgentemente necessario, que empregando-se energicos esforços para chegarmos a um regimen de liberdade, para conseguir-se a federação do Brazil.

Traduz, pois, uma inadiavel necessidade o projecto do Sr. Joaquim Nabuco.

Mas como lastima declararmol-o, — ou esse projecto revela uma especulacão, o que não queremos crer, attendendo á seriedade de quem apresentou-o, ou então representa mais uma utopia de homons que deveriam de muito achar-se desenganados com a nossa forma de governo.

Pois então em quasi oito annos de poder não conseguistes fazer insignificantes reformas, como a do casamento civil e a da demoralisação do voto, e pensais, logo que delle saistes, que conseguireis uma reforma capital como a da federação do Brazil?

E' muita utopia, inacreditavel illusão!

Prepareis o federalismo, com todo o enthusiasmo, com todo o esforço; mas chegareis á governança e não o conseguireis executar assim como não executastes as reformas que formaram vosso programma do deconio de « ostracismo ». E não o executareis por uma razão muito simples — porque elle é incompativel com o systema monarchico.

Deixai-vos, pois, de palliativos. Se sois sinceros, se falais seriamente quando accusais a monarchia, não procureis illudir-vos e enganar por mais tempo o povo, — convencei-vos que a vossa aspiração não terá possível realidade com a forma que nos rego e que será mais uma esperança que vereis tombar quando de novo conseguirdes o poder.

Agora, se não passa de « patacoada eleitoral » o vosso projecto, commetteis mais um crime, que o patriotismo ha de accusar com energia e que a historia condemnará com severidade.

De qualquer forma, porém, nada mais conseguireis que retardar o advento da unica verdade politica entre nós, — a Republica Federativa.

Anexo nº 4

Primeira página do número 21 do Jornal

"A Voz do Povo"

A VOZ DO POVO

ORGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO

REDACTOR—J. A. GOURINHO

—————

ANNO I—

SANTA CATHARINA—DESEMBRO—DOMINGO 18 DE OUTUBRO DE 1887

NUMERO 21

CANDIDATURA

Sendo os meus distinctos co-religionarios de opinião que devo desistir da minha candidatura á assembleia provincial, pelo motivo do não ter ainda o partido republicano elementos que garantam a minha eleição sem auxilio de um dos partidos monarchicos, cujo favor me não convém aceitar, desde que me fosse dispensado por transacção; e desejando eu dar provas de que a minha maior satisfação é annuir á decisão de que a maioria decide, — preciso este do programma republicano, registro deste modo, com a mais espontanea vontade, a minha desistência.

So tive a, talvez, stulta pretensão de aspirar um lugar na representação provincial, a que com certeza não tenho direito, attento as circumstancias de me faltarem as aptidões precisas para desempenhar com profito a contento do povo a difficil missão de um seu representante, não o fiz movido por interesses pecuniarios; e a prova é que, apoz a minha apresentação, declarei ao digno e honrado Sr. Provedor do Hospital da Caridade, o que elle não negará, que em favor dessa casa de — amparo dos desgrahados — desistia, *in totum*, do meu subsidio, no caso de ser eleito.

O unico móvel da minha aspiração era — o de pugnar, segundo os poucos recursos de minha mediocre intelligencia, tanto quanto me fosse possível pela causa do desenvolvimento desta provincia.

Não tive, nem tenho outro.

E como o não posso fazer pela tribuna, — fal-o-hei pela imprensa.

J. A. GOURINHO.

A VOZ DO POVO

Governo da Provincia

Entendo muita gente que nós, pelo facto de combatermos o actual systema de governo, do qual *hereditario e absoluto* chamo o Sr. D. Pedro II, não devemos so que respeitar as pessoas dos que o constituem e os seus delegados, embora alguns das seus actos sejam hecubos e hecubos, no respeito á sociedade e á sua propria existencia?

E' uma inevitabilidade... para lhe não chamarmos outra coisa.

Os que assim pensam tambem ser um erro fazer de assim proceder, e forçam-se, por isso, a merecedores d'ella, nossa comprehensão, simplesmente.

Dizem alguns, outros poucos, que a não se deviam ainda fazer a provincia com o actual administrador, o Sr. D. Bader, em comenra á uma ou outra demissão, a esta ou aquella renuncia, e a um ou outro acto, mais

ou menos irregular, cujo procedimento da nossa parte deixa ver claramente que estamos na tanto chegados aos conservadores.

E' uma injustiça que nos fazem.

Assim como até ao presente não tivemos occasião opportuna, nem motivo plausivel para censurarmos os actos do actual Sr. presidente da provincia, tambem parece razoavel que, por isso, não mereçamos que nos taxem de — *chegados* aos conservadores.

Em identicas circumstancias, dada a hypothese de que no futuro S. Ex. prevyrique, exortado a lei e desrespeite os direitos do povo, e que por esse motivo tenhamos que fazer graves censuras aos seus actos, não será isto tambem motivo para que os conservadores se persuadam que estamos *chegados* aos liberaes.

A nossa politica é a — é differente da dos dois partidos que adoptam a monarchia, de cujo systema nasce a corrupção dos que nos julgam transigentes com os nossos principios. Enganam-se, felizmente.

Mas qual o motivo justificavel que se offerece para tomarmos a nem de hoje nos actos do actual administrador?

Não conhecemos nenhuma, apesar das nossas pesquisas.

O das *derrubadas*?

Mas quizes são ellas?

Uma ou outra das de menor importancia!

As principaes ainda não tiveram lugar.

Não de ter a sua vez, mas momentaneamente — calculadamente.

Dada, porém, a hypothese de que o machado presidencial já tivesse dado o corte geral no arvoredo do funcionalismo, não seria isso razão bastante para nos aticarmos com andres e dentes a arrastar o cortador, com o intuito de fari-lo e de vingarmos as suas victimas, que, com o mesmo instrumento, já foram algozes.

E' a pena de Talfião.

Não acham os partidarios da monarchia que o seu systema politico é o melhor, o mais conveniente?

Pois então não têm que se queixar d'elle e de uma má consequencia.

Gratim e lamentam-se, por que estão de haxo, sem se lembrarem que já tiram allegres como os que está de cima, que nesse ponto tambem gritam e lamentam-se.

E' o resultado da comedia dessa comedia hecubica, de que o exato consarador o nota de D. Pedro II e elles se queixam, os seus passados actos.

Confessem portanto, que a comedia não puzo que e por isso que a fazamos.

A não ser o acto do exarador e cabulista o administrador, pelo qual presenciam o combate do publico e do privado, da se refere a uma ou outra demissão, a esta ou aquella renuncia, e a um ou outro acto, mais

venos outro que nos sirva de motivo para investirmos contra S. Ex.

E' este mesmo, segundo a celeberrima clausula, com que embarcamos solennemente, que elle e contractante de publicar no organ official todo e qualquer actigo e obra os actos das pessoas do governo, teve razão de ser, tanto mais que o pefficio do partido do S. Ex. está fazendo as publicações do expediente por 807990 mensaes, com o que já a provincia economisa 20000 por mez, sabido como é que ao anterior publicista pagava-se 100000 rs.

Ainda não temos consequentemente motivos plausiveis para romper em opposição ao traquejado administrador.

Quando os tivermos, isto é, quando o illustre Sr. presidente negar justiça ao povo e chegar a administrar a provincia de maneira que lhe tolha o desenvolvimento que ella possa adquirir para engrandecer-se, saberemos cumprir o nosso dever como advogado da causa nobre que defendemos.

Mas estamos persuadidos que S. Ex. não nos dar occasião desagradavel e lamentavel de mostrar um acto seu em prejuizo da provincia que dignamente administra.

Haja, portanto, sinceridade.

Nos a teremos — sempre.

Uma opinião sensata

A legitimidade dos nossos principios, a superioridade da nossa escola politica, dão-nos coragem para a lucta, que continuará a ser intransigente e sincera no terreno da sciencia e dos factos.

A aarcha, a corrupção, o parasitismo, que debilitam e corrombem o organismo nacional, poderão arrastar a nós uma lugaregem severa e ardente; nunca, porém, nos levarão ao insulto que exaspera o não conveniente, recurso daquelles que, annulados pelo procedimento que tem tido a coroa, alugam pagos empregos e elevadas posições, haes como um pasto de mulattos, ou um consolo de nos Estados Unidos.

Coactos de que os homens que alternativamente representam a imperial opera buffa são n.vidos, mediantemente, assitimos com regularidade o círculo vicioso das mutações sociais gradias.

Assim nos, pois, que as successivas decepções de que tem sido alvo liberaes sinceros e talos republicanos não sejam sufficientes para convencer, apelles, de impossibilidade da união entre os dois partidos, que, amarrados a democracia, a estes, de que o theatro politico do futuro tem por empregado um homem, que pela sua stude com agra muito vicio, de villos nobres, para combater a redacção de reformas *diagnosticadas*, que segundo o seu tratado o está documentado a Republica.

A não ser o acto do exarador e cabulista o administrador, pelo qual presenciam o combate do publico e do privado, da se refere a uma ou outra demissão, a esta ou aquella renuncia, e a um ou outro acto, mais

Anexo nº 5

Primeira página do número 27, último a
circular, do Jornal "A Voz do Povo"

A VOZ DO POVO

ORIGEM DO PARTIDO REPUBLICANO

REDACTOR—J. A. COUTINHO

REPUBLICANA DO BRASIL

ANNO I.

SANTA CATHARINA—DESTERRO—DOMINGO 29 DE NOVEMBRO DE 1885

NUMERO 27

A VOZ DO POVO

AO PUBLICO

Com este numero de nossa modesta e desprezível folha, despida de quaisquer aspirações stultas, completam-se hoje o primeiro semestre da sua existencia, e, com elle, damos por terminada a sua publicação.

O imperioso motivo que nos força a não continuar a dala a luz da publicidade é ter que retirar-se desta provincia o cidadão J. A. Coutinho, nosso intransigente co-religionario e seu principal redactor, a quem se deve a sua existencia que hoje espira.

Ao publico desta capital, que nos deu a honra de assignar-lhe e a importancia de lê-la, agradecemos da coração a benévola protecção que nos dispensou, talvez no intuito unico de auxiliar-nos ao do interior e exterior da provincia, que nos protegiu e honrou tambem com pallidos de assignaturas, na concepção de que não assignava um jornal de tão baixa qualidade e sem importancia. Mas, como a vida não dá tempo para a gratidão, não podemos não dar, não deixamos de agradecer, e agradeceremos sempre a essa mesma obra gratidão.

Para obter as nossas illustrações e conhecimentos do interior e exterior da provincia, que nos tiveram a bondade de nos dispensar a honra de permittir o seu pelo nosso insignificante jornal, muito principalmente ao d'la *Federação*, do *Diário Popular* e d'la *Provincia de S. Paulo*, por serem importantes e diários, e por isso prejudicarem-se na primeira, enviamos nossos sinceros agradecimentos pela pontualidade e exatidão que tiveram em visitar-nos, logo que tiveram conhecimento da nossa existencia, e pelos labores que nos dedicaram, quando receberam a visita dos primeiros numeros desta folha.

Declaramos que todos os bondados assignantes de nossa folha pagaram pontualmente as suas assignaturas, sem a menor objecção, o que demonstra claramente o seu cavalheirismo e deferencia para commosco; é isso para nós motivo de orgulho e de reconhecimento ao mesmo tempo!

Declaramos tambem que nenhuma gratidão devemos a pessoa alguma, o que muito nos satisfaz.

Se por qualquer circumstancia imprevista tiver que faltar entre nós o redactor desta folha, que tanto se esforçou pela causa da democracia e da directividade dos interesses da provincia, e encontrarmos ainda alguma pleiade de entulhos, que sejam vendidos e pedrados, e muito possível, provável mesmo, que no futuro, breve talvez, continue a alvejar a causa a que nos propuzmos, movidos pelo mais ardente desejo de termos apossar-nos-se a época em que a patria possa engrandecer-se com uma nova

forma de governo, desde que isso a actual não pôde conseguir.

Só temos que agradecer e nada a prometter, por enquanto.

A ASSOCIAÇÃO.

AOS MEUS AMIGOS E AO PUBLICO

Motivos muito importantes forçam-me a deixar esta redacção e esta provincia, que tanto admiro e venero.

Vou partir destas plagas, onde aportei comy o julgo errante, ha 14 annos, onde tive a felicidade de adquirir amigos sinceros e devotos e onde passei, ainda na mocidade, grande parte da minha existencia, amargurada e cheia de encantos ao mesmo tempo, junto da familia que me sustitui e que compartilha das minhas alegrias ou das minhas angustias, da minha resignação ou da minha colera, da minha adversidade ou dos meus gozos.

Levo saudades da terra que do antigo Brazil mais adoro — Santa Catharina; mas deixo-lhe parte do coração, que se lhe prende, em recompensa.

Só mesmo o mais forte motivo de ter que ir procurar em outras regiões outra vida, é que me obriga a trocar a convivência de amigos dedicados pelas poucas relações de desconhecidos.

Só mesmo o esteril abatimento em que se acha esta desolada provincia, cujo ameno clima me tem avigorado a saude e a vida, seria causa de ter que preferir-la por outra, onde não sei que futuro me espera.

Mas que fazer!...

A vida aqui é tão difficil, que só pôde convir aos funcionarios e militares reformados, aos capitalistas e a quem não olhar para o seu futuro ou da sua familia, e casos em que não estão.

O commercio, a que me tenho dedicado, deflora e morre, sem auxilio das publicas poderes.

As industrias, que já tenho iniciado e envidado esforços para que os particulares as iniciem, não aderecem vantagem, porque depreciase o producto nacional para dar-se excessivo valor ao estrangeiro, ainda que seja pódo.

As artes, de que não tenho noções, porque as não estudei, pelas mesmas razões, estão sem movimento e não dão resultado.

A lavoura, fonte de riqueza, não se pode abrigar quanto pertence, porque não ha forças livres, por não haver parcos, nem estradas que equiparquem e em os contras, de minucios a fornecer-se a lavoura dos productos das terras, devido a espremer-se o governo de de principal elemento de vida de uma Nação.

Desle que em um de todos estes elementos não possa fazer aqui uma carreira a um

talvez, e como do trabalho é que se origina a paz do espirito, a tranquillidade da consciencia, a fortuna e o bem proprio e o da patria, vou procurar, em delles, em outras regiões mais visadas ao progresso.

Dei a existencia a este pobre e obscuro jornal, que a chamma violenta ha minha falta de recursos reduzi a cinzas, tão rapidamente como passa o tempo da viração ou o rebandar do relampago.

Não fora esse motivo e o de pozar sobre a minha responsabilidade uma familia encurta, e eu alcançaria, indubitavelmente, a gloria de ter iniciado e engrandecido nesta abençoada e florescente parte do Imperio o partido republicano, — um o que ha de agir pela collectividade dos interesses da patria, a exemplo de todas as Nações que, como os Estados-Unidos, a Suiza, a França e outras, têm conseguido civilisar-se, engrandecer-se e distinguir-se de todas as outras que ainda toleram a instituição monarchica, o regimen parlamentar.

Não alcançei mais gloria.

Basta só me cabe, infelizmente, a gloria da primeira intenção.

A do engrandecimento do partido caberá a outras mãos, como eu comprehendiam que é uma argüencia patriótica e a extirpação da monarchia, a substituição do governo desta pelo — do povo pelo povo.

Resta-me um prazer a par do desgosto de não poder levar avante o meu *desideratum*:

É que pela causa que defendi só em me sacrificiei, escrevendo tristemente, é verdade, sem valor litterario e sem criterio, talvez, os toscos manuscritos que commettiram a mancha com que esta desprezível e folha sempre se reptou. A excepção de algumas importantes transcripções, de uns dos poucos artigos de um meu co-religionario desta capital, de uns tres ou quatro do sr. Leopoldo Freitas, modesto, porém illustrado litterato de Porto-Alegre, e de uma serie de esplendidos e admiráveis escriptos do intelligente e do amigo rio-grandense Herivelto de Freitas, que poucos dias, felizmente, recebeu nesta capital.

É pelo desempenho da tarefa que encarreguei-me só em fazer sacrificios pecuniarios, sem que tivesse o menor intuito de quem quer que seja, — e por elle eu sou ante me respeito, do meu, em a pressa e a coragem.

Só a compendiosa e digna da dignidade do publico que pertence a, em em por isto não o posso culpar.

Um dia escripto, por acaso, que nunca tive por ha offensas a critica de si, ao e outros, e os entulhos de se que.

Não ha tambem em me abençoar paginas elevadas por me a lida e da minha que se estabre, e a minha gratidão, e a lida, mas do que a lida e da minha gratidão.

Anexo nº 6

Ato do Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca nomeando Gustavo Richard para o cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

O Generalissimo Manoel Deodoro da
Fonseca, Chefe do Governo Provisorio, resolve
nomear Juizão Richard para o cargo de
Governador do Estado de Santa Catharina.

Sala das sessões do Governo Provisorio
dos Estados Unidos do Brasil, em dezesseis
de janeiro de mil novecentos e noventa e um,
terceiro da Republica.

Manoel Deodoro da Fonseca

José Maria de Faria Moura

Anexo .nº 7

Ato do Congresso Representativo do Estado de
Santa Catarina comunicando a Gustavo Richard
a sua eleição para Vice-Governador do Estado.



O Congresso Representativo do Estado Federal de Santa Catharina

em 11 de Junho de 1891.

A Mesa do Congresso Constituinte,
tem a honra de communicar-vos que, em
Sessão solenne de hoje, fostes eleito Vice-governan-
dor deste Estado - por unanimidade dos Me-
mbros presentes a mesma Sessão, e deliberou con-
vidar-vos a prestar a affirmação Constitucio-
nal no dia 13 do corrente a 1 hora da tarde.

Saude e fraternidade.

Al. M. U. Sr. Cidadão Coronel Gustavo Richard.

O Presidente - Francisco Estanislau P. de Souza
O 1.º Secretario - Jacobo de Paula Ramos
O 2.º Secretario - Henrique P. de Souza

Anexo nº 8

Primeira página do Jornal República, de 29 de abril de 1891 contendo a Mensagem do Governador Gustavo Richard ao Congresso Constituinte.

REPÚBLICA

ANNO II

ASSIGNATURA
Trimestre. 3\$000
Semestre (pelo correio) 7\$000
Numero do dia 40 réis

ESTADO DE SANTA CATARINA

DESTERRO-QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1891

TYPOGRAPHIA
Rua João Pinto n. 24 A

Gerente—Gerálido Braga

N. 41

MENSAGEM

DO CORONEL GUSTAVO RICHARD, GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ABERTURA DO CONGRESSO CONSTITUENTE, A 28 DE ABRIL DE 1891.

Srs. membros do Congresso Constituinte do Estado de Santa Catharina.

Tenho a mais viva satisfação em solicitar-vos pelo honroso papel que fostes chamados a desempenhar, qual o da fundação constitucional do nosso Estado no seio da Republica Federativa Brasileira,—papel sem igual por mais extensa que possa tornar-se a sario das gerações, que hão de succeder-nos e, consequentemente, por mais longo que possa ser a nossa existência politica.

É que não lançaremos duas vezes a esto solo a semente das ideias republicanas; é que, unificada a America na forma de governo dos seus Estados, jamais consentirá em ataques á sua integralisação democratica.

Recebida por ella com as explosões do mais justo entusiasmo a noticia do grande acontecimento de 15 de Novembro de 1889, sem precedentes no mundo, vimos como procurou relevar a nossa obra de civilisação e de progresso politico, emprestando-nos força, que não foi improductiva na campanha contra a insidia dos que mal podiam comprehender, e menos aceitar, a realidade da gigantesca revolução, que assombrou as nações cultas.

Muito pouco conhecidos a, por isso mesmo, pessimamente apreciados, não passavamos á esquecida da, para os Estados fora do nosso continente, de um povo atrozado, sem artes, sem indústrias, sem cousa nenhuma.

Nossa historia, que nada tem que nos desdoire, mas cujas paginas soflam motivo de orgulho para um povo de sentimentos elevados, nunca fora objecto do estudo entre elles; nossa lingua não a conheciam: como comprehender em taes condições o movimento libertador em uma nação, em que a extincção da escravatura acabava de ser levada á conta unica do espirito adiantado do soberano, estimulando por associações philanthropicas da Europa?

Comprehendiam-nos, porém, a Amoe que, ao nosso lado, sentia as pulsões dos nossos corações de patriotas; que regosijava-se com as nossas alegrias intimas, como a 13 de Maio de 1888, e enchia-se de pesar quando nos feria a desgraça, como em 1789, 1790 e 1817.

Seja, pois, a minha primeira manifestação—do reconhecimento para com ella, cujos brados entusiasticos, cujos hymnos de louvor serviram para

fazer ver aos povos de além-mar, aturdidos com o glorioso acontecimento, que o que não podiam comprehender e attribuiram á rebeldia de facil correctivo, lá a historia inscrever sob a data de 15 de Novembro de 1889 com a positividade de um facto consummado.

Sabeis, senhores, como fechámos o parenthesis do cem annos á nossa historia politica, ligando 1789 a 1789.

As perseguições do que estavam sendo victimas, ultimamente com mais frequencia, militares de terra o mar, levaram as respectivas classes, animadas pelo effeito da propaganda republicana e auxiliadas por honis patriotas, a intentarem uma acção decisiva: o resultado foi definitivo; a monarchia, muito desprestigiada e sem alicerces solidos, tombou de vez e o Brasil, de norte a sul, proclamou solemnemente a sua redempção politica.

Entre nós desde o dia 15 de novembro a republica existiu de facto; foi, porém, somente a 17 que o governo republicano se instituiu sob a forma de um triumvirato.

Accepta a republica em todo o paiz, convinha aos interesses e credito della estabelecer, durante o periodo revolucionario, completa unidade de vistas o do acção; o que se apressou em fazer o Governo Provisorio, collocando os Estados sob a direcção de homens que, identificados com as suas ideias, concentrassem ao mesmo tempo em si todos os poderes até então disseminados pelos antigos orgãos da proscripta forma de governo.

O que fizeram esses delegados, dos quaes sou o terceiro o ultimo, ideoz dizel-o, comissionados como fostes para, de par com o lançamento do nosso edificio politico, entrardes no exame do seus actos.

Em relatorios que, em occasido oportuna, ser-vos-hão apresentados, tel-os-heis convenientemente grupados e expostos com clareza e verdade.

Assim, não tratarei d'elles aqui, mas nem por isso deixarei do fazer-vos ligeiramente o esboço de nos-as condições actuaes, por se me affigurar necessario.

Por modo assaz restricto acabavamos de detalhados no passado regimen varios ramos do serviço publico: a força policial, por exemplo, ninguém a diria sufficiente para as necessidades do Estado; por outro lado, do muitos pontos d'este a população erguia-se a pedir para seus filhos, os futuros cidadãos, o pão do espirito, como denominou Quintiliano á instrucção, de que carecem para, mais tarde, desentolverem-se no cumprimento do seus deveres, do modo digno para si o honroso para a patria.

Augmentou-se, pois, a primeira ainda que modestamente e, quanto á

segunda, não me parecendo conveniente o empreendimento do reformas, na vossa ausencia e, principalmente, quando os Poderes Federaes não se tinham ainda manifestado sobre o assumpto, traçando as raias dentro das quaes podiam e deviam os Estados mover-se; fui, attendendo ao principio da soberania que reside no povo, exigindo que indicasse este o pessoal que lhe merecia confiança para a delicada missão da educação e instrucção de seus filhos; o que feito, ia creando as cadeiras e promovendo-as como os recursos do Thezouro o permitiam.

Tenho prazer em declarar-vos que, no periodo decorrido de 15 de Novembro de 1889 até hoje, nossa divida fundada não augmentou sendo do pequenas quantias indispensaveis á satisficção de compromissos contrahidos no regimen anterior; mas isto de modo nenhum affecta as novas condições financeiras, como povas as propostas feitas para emprestimos, que o Governo do Estado julgou prudente não aceitar.

Entretanto, a viação publica recebeu o poderoso incremento de duas verbas muito regulares, uma oriunda da Lei Geral n. 3396 de 21 do Fevereiro de 1888 outra, a mais importante, previndo directamente do Governo Provisorio, a quem julgo dever a segunda prova publica do meu reconhecimento e gratidão.

Efectivamente fora necessario tor o espirito assaz obsecado pela paixão, para não reconhecer os muitos actos do justiça que comnosco praticou o Governo Provisorio, o qual, conhecedor dos enormes recursos naturaes de que disponas, comprehendeu e comprehendeu bem que, sem o impulso da sua iniciativa ou da particular, proficua e effezadamente animada por elle, ficariam por muito tempo ainda desaproveitados com prejuizo para a União, que não representa outra cousa senão a collectividade de interesses de todos os Estados; e, como não ignorais, temos entre nós oito commissões especiaes a revolverem o mar, os lagos, os rios, as florestas e o proprio solo, com o fim de utilisar-lhes os elementos, de que dispõem, a bem do desenvolvimento rapido de nossa rica rogado.

Necessidades reconhecidas ha muito, aspirações de todos os tempos, a cujo atendimento prendiam os nossos maiores, como *conditio sine qua*, a grandeza do nossa terra, projectos cuja utilidade ora sempre o sempre preciso demonstrar até os ultimos dias do regimen extinto, como si so tratasse do colonia longinquamente distanciado da metropole, receberiam, com o feliz advento da Republica, a sua sagrada e todas ellas, todas, ca-minham hoje para uma realisacão proxima.

Tambem a população não descolheceu o beneficio, mostrando-se atrozada ou revelando-se aquiescentes grandes commettimentos que marcaram no Estado uma nova era, e todos vós vistes o entusiasmo com que celebrou a promulgacão da Constituição Federal e a eleição dos seus primeiros magistrados, mantendo-se á altura de povo civilisado e digno, ao mesmo tempo que observava a mais rigorosa solidariedade com o seu procedimento do 15 de setembro do anno passado; o que tudo affirmou uma vez ainda a 8 de março ultimo, elegendo vos ao Congresso Representativo, ora em funções constituintes, nos comicios os mais livres a que o Estado tenha jamais assistido.

Alfás, outra cousa não era de esperar de umapopulação sensata, á vista da tolerancia e da cordura usadas sempre no governo republicano, bastando dizer que jamais tiveram execucao entre nós as leis de excepção, que a prudencia soube inspirar á sabedoria e previsão do Governo Provisorio.

Resta-me tratar do assumpto, que nos reuniu hoje todos.

Acabais de installar o Congresso Constituinte do Estado.

Cumpre-me declarar-vos que, no intuito de auxiliar-vos, servindo ao mesmo tempo ao pensamento do Governo, que desejava entrassem quanto antes os Estados na posse de si mesmos, promulguei em 23 de Janeiro ultimo a constituição para o Estado, depois do mais amplo debate sobre o projecto que, por possos illustrada e competente, fizora confeccionar um dos meus antecessores e de ouvidos dos Conselhos de Intendencias Municipaes.

Não dovo presumir que o trabalho que vos será presente com outros identicos, publicados por varios dadãos, seja isempto de sessões; mas tenho a certeza de que o vosso patriotismo é illustração saberão supprir-lhe as lacunas e evitar-lhe as demasias, fectos os olhos nas publicas liberdades, para qua, firmada a Republica em solidas bases, possamos todos metter hombros á obra grandiosa do futuro do nossa Patria, a Patria de nossos filhos.

Saúdo-vos.

Gustavo Richard
Governador.

Mandou-se pagar ao cidadão Antonio Venancio da Costa 400\$, de objectos fornecidos para o expediente da secretaria do governo do Estado.

Foi deferido o requerimento em que o guarda policial Mauricio Antonio Ferreira do Mello pediu baixa do serviço.

O CONGRESSO

Realisou-se hontem a sessão de installação dos trabalhos do Congresso Representativo do Estado, ora em funções constituintes.

Compareceram todos os representantes actualment capital.

O sr. governador coronel egard leu uma mensagem tanto na forma como no que se revela um trabalho de mercimento, em que se synthetisados todos os melhamentos, toda a vida do P. de 17 de novembro de 1889 hoje.

Uma guarda de honra do commandada pelo sr. coronel Francisco de Borja Conceição postou-se á frente de edificação para as devidas continências primeira autoridade do Estado.

Avultado foi o numero de dadãos que compareceram, tendo-se representantes do exercito e da armada, magistrados, commerciantes, artistas e funcionarios publicos.

Cadeiras para os convites a logares nas galerias, tudo completo.

Levantada a sessão, serij na sala das commissões, taça de champagne aos representantes e convidados sentes.

O sr. governador commettelegraphicamente aos melhamentos a installação do Congresso, recebendo felicitações esse grato motivo.

Estiveram embandeirados dos os edificios, illuminand a musica do 25 tocou no dim da praça a 15 de novembro das 5 1/2 ás 7 1/2 da tarde.

S. JOÃO BAPTISTA

Foram nomeados para esta freguezia:

- Subdelegado, o cidadão Jeronymo de Souza e Silva
1.º supplente, o cidadão Patricio Teixeira Braga
2.º supplente, o cidadão Christim José Martin
3.º supplente, o cidadão João Pedro Steil.

Anexo nº 9

Página inicial original da 1^a Constituição
do Estado de Santa Catarina seguindo-se os
autógrafos dos Constituintes de 1891

Nós, em Nome do Povo Catarinense
aqui reunidos em Congresso Constituinte para orga-
nizar um regimen livre e democratico, estabele-
cemos e promulgamos a seguinte

Constituição

Do

Estado de Santa Catharina

Titulo I

Da Organisação do Estado

Disposições preliminares

Art. 1º — A antiga provincia de Santa Catharina
constitue-se em Estado autonno e independente, fazendo par-
te integrante da Republica dos Estados Unidos do Brazil
e reconhecendo, para o livre exercicio de sua soberania, somente
as restricções expressamente definidas na Constituição Federal

Art. 2º — O Estado adopta para o seu governo
a forma republicana federativa, democratica e representati-
va, de conformidade com as disposições da presente cons-
tituição.

Art. 3º — A soberania reside no povo e é exerci-
da nos limites fixados por esta Constituição.

em onze de Junho de mil oitocentos, na
verta e um, Terceiro da Republica.

O Presidente do Congresso
Francisco Julião P. de Souza
Vice-presidente do Congresso
Antonio Vinte de Santa Fancina
O 1.º Secretario: Feliciano de Paula Ramos
O 2.º Secretario Henrique Pereira
Da Junta Beneficente da Curitiba
Arthur Ferreira de Mello
Mário Eduardo Sobro
João Paulo Schinabel
Carlos Mendes
Arthur Carnevali do Livramento
Joaquim Antonio de S. Thiago
João Cabral de Mello
João Martins Cabral
Ernesto Lamas
Polydoro Flavio de Thiago
Dr. Pedro Ferreira e Silva
Ezequiel Oliveira
Dr. Luiz Antonio Ferreira Juellento
Jose de Araujo Coutinho

Anexo nº 10

Autógrafos dos constituintes estaduais de 1892 constantes do original manuscrito da Constituição de 7 de julho de 1892.

decredo pela Assembléa Legislativa.

Mandamos, portanto, a todos
as autoridades, a quem o conhecimento e execução das
ditas Constituições pertencer, que a execução e cumprimento
e observação seja e interinamente como nella se contém.
Publicasse-se e cumpra-se por todo o território do Estado.
Palácio do Congresso Constitue-
nte do Estado de Santa Catharina, na cidade de
Florianópolis, em 7 de junho de 1892, 4.º da Republica.

Thomé de Souza, Presidente
Luiz Gomes Pinheiro, Secretário
Francisco Augusto Wimmer, 2.º Sec.
Dr. Manoel de Barros, 3.º Sec.
Dr. Manoel Pinheiro de Albuquerque
Paulo de Sant'Anna, Advogado Constituinte
Francisco de Souza Libanio
Virgilio dos Reis Varzea.
Militante João Baptista de Souza
Leandro de Souza, Advogado Brasil
João de Souza
Mozes de Souza
Rafael de Souza
Leopoldo Engelke
Carl W. de Souza
João de Souza
Antonio de Souza

Anexo nº 11

Primeira página do número 247 do Jornal do Partido Republicano Federalista, do Desterro, "O Estado".

O ESTADO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO FEDERALISTA

ANNO I

ASSIGNATURA
Capital: — Trimestre 35000
Pelo correio: — Semestre 70000
Pagamento adiantado

ESTADO DE SANTA CATHARINA
DEFERRO, 7 DE OUTUBRO DE 1891

REDACÇÃO E TIPOGRAPHIA
RUA TRAJANO N. 5
(Sub-áreo)
Número antigo 474

NUM. 247

A moção-convide

Representante directo da soberania popular, a Assembléa Legislativa approvou a moção-convide do 1.º do corrente mez, em virtude da qual assumio o governo o illustre tenente Manoel Joaquim Machado, presidente legal do Estado.

S. Ex. estava suspenso do exercicio das suas funcções administrativas, pela pronuncia, inepta e inconstitucional, decretada pelo juizo seccional, cujo recurso para o Supremo Tribunal Federal, a quatro mezos dorme nas poceiras da secretaria do mesmo Tribunal, pela influencia talvez do sr. marechal Floriano, a quem não convinha a energia e civismo do brasileiro que primeiro, advinhando-lhe os intuitos, apontou-o a Nação com traidor aos principios que o elevarão ao poder.

Não reconhecendo a legalidade da pronuncia, mas comprehendendo qual o seu fim — promover a revolução e com ella a queda da situação que governa o Estado — acatou o distincto tenente Machado a decisão judiciaria, embora arbitraria, passando o governo ao nosso benemerito chefe, o 1.º vice-presidente Ely-sou Guilherme.

Na covarde emboscada de 31 de Julho, esteve s. ex. ao lado dos patriotas que se batiam no palacio do governo, pela autonomia do Estado catharinense.

Depois da firmada a Constituição, recebeu-se o sr. tenente Machado aos seus lares, para d'ahi sair a convite do povo, para assumir o seu posto de sacrificado, de que foi despojado pela illegalidade e pela omnipotencia do sr. marechal Floriano Peixoto.

A derrota a seguir é chieira do escolhos, mas, conhecedor da arte militar, moço, pratico na governação publica, o digno presidente do Estado, é a esperança de todos nós, que temos a certeza, de mais uma vez, salvar elle a nossa dignidade e autonomia.

Ninguem tem o direito de recusar o seu concurso, para a queda da tyrannia, pela deificação da lei.

Precisamos de força para sustentar os nossos ideaes, — o reconhecimento da liberdade pela garantia constitucional no Paiz — afin de não estarmos a ser apontados como incapazes de possuirmos um governo democratico, precisando de quem vultia, pela vontade divina, nos guiar para o brilhante futuro a que estamos fadados, sendo preciso para isto, que unamos-nos, sendo do partido, qualquer recosentimento, afin de marcharmos em legions para defesa da nossa liberdade nos nossos lares, o que a nós propria vida, pelos assumptos que naturalmente serão realidados, para saciar ao estomago fahno do Haurat.

Confiança no integerrimo patriotismo do presidente do Estado, do bravo tenente Manoel Joaquim Machado, e certos, que a barba combator pela salvação da sua sub-

rania, o povo catharinense, tendo o baptismo rubro, conhecendo como morrerão os Borlinesks e os Loreas, vira corcar e reunir-se á aquillo que, sem ser catharinense, tendo contudo um ramo da sua alma, uma parte do seu Eu — uma filha catharinense, tem se appro mostrado quanto ama e quanto quer a esta terra e a sua Patria, tudo sacrificando pela sua honra.

S. EX. O SR. 2.º VICE-PRESIDENTE

Depois de um mez e alguns dias do exercicio na administração do Estado, que assumio em virtude da viagem, do nosso chefe o 1.º vice-presidente, cidadão Ely-sou Guilherme, ao Rio de Janeiro, passou ante-hontem o venerando cidadão Christovão Nunes Pires, o governo ao seu substituto legal, tenente Salles Brasil, Presidente da Assembléa, que em execução a vontade da mesma corporação, contridou, o digno Presidente do Estado o Sr. tenente Machado, a assumir a administração. Do facto assumio s. ex., tendo sido distribuido uma proclamação ao povo, na qual explicava o distincto Presidente do Estado, os motivos pelos quaes acceptara o governo, deitando o logo que fosse veneravel a revolução, para sujeitar-se a decisão do seu recurso de pronuncia, paralisado pela politica corruptora do governo da União.

O Estado é testemunha dos relevantissimos serviços que prestou-lhe o distincto cidadão Christovão Pires, na quadra difficilissima por que atravessou o seu governo, sempre patenteando o maior criterio e civismo.

Injo porém, que vai s. ex. repousar dos grandes esforços que empregou para o bom exito dos nossos desejos, tendo uma experiencia, bastante longa, dos homens e das coisas, pelo seu largo tirocinio politico, esperamos que continue, com os seus bons conselhos, a nos ajudar para a victoria da legalidade contra o dispotismo, do civismo contra o banditismo.

A Assembléa Legislativa bom comprehendendo a vontade geral do Estado, agradeceu o louvavel serviço prestado por s. ex. a causa publica, o que por nossa lado apoiamos com toda sinceridade, pela justiça com que portou-se a Assembléa.

Complata hoje a revolução primaveral a interressante filia da nossa amiga dr. Augusto Fausto do Souza Junior, cujo engrandecimento e arreigado do 6.º districto maritimo com se'n nesta capital.

Por acto de auto honram, do commandante das forças Expedicionarias, foi deitadido o cidadão Pedro de Freitas Cardoso, do lugar de Fiscal do governo, por uma complicita em homicidio involuntario.

Por hontem 61 annos o prestimoso cidadão nosso particular amigo o sr. Major Polycarpo Vieira da Costa Brazill, nos se commemorou.

DEPUT. DE S. AVE

Seguindo da gramoa conselho de Berlin, de, visto se que felle em o dupes Equado de São Lourenço.

ASSEMBLEA LEGISLATIVA

Acta da 21.ª sessão ordinaria da Assembléa Legislativa do Estado de Santa Catharina.

Presidencia do sr. LEAL (VICE-PRESIDENTE)

As 12 horas da manhã do dia 20 de Setembro de 1891, presentes na sala das sessões da Assembléa, os srs. deputados Leal, Nopomaceno Costa, Ricardo Barbosa, F. Becker, Gama d'Ága, D. Engelcke, Arthur de Mello, C. Gandra, E. Liberato, E. Luz, P. Capistrano, e Lydio Barbosa, findo com cauza participadaos srs. Ely-sou Guilherme, Christovão Pires, dr. Hyma, Cordova Passos, e Salles Brasil, e som e-la os demais srs. deputados.

Abrio-se a sessão.
Lida e approvada a acta da sessão anterior.

Foi lido o expediente que constou de officios etc. etc.

Na 1.ª parte da ordem do dia foram lidos pareceres e projectos, que tiveram o destino conveniente.

O sr. Arthur de Mello, com a palavra, e como relator da commissão de fazenda o orçamento, apresentou e justificou o projecto de orçamento para 1892.

O sr. Ricardo Barbosa com a palavra, pela ordem, pediu dispensa da leitura do mesmo projecto, visto que o tem de ser impresso e distribuido pela casa, o que foi attendido.

Passou-se a 2.ª parte da ordem do dia.
Em 2.ª discussão e a votos o projecto n. 15, foi approvado.

Em 2.ª discussão o projecto n. 35, a foi mandado a mera duas sessões, as quaes depois de apoiadas, foram postas em discussão.

Encerrada a discussão, foi approvado o projecto, bem como as seguintes.

Em 2.ª discussão o projecto n. 31 O sr. Gandra, com a palavra, declarou não poder concordar com o projecto porque se não der uma medida geral e não aproveite a todos os municipios o auxilio as escolas de que trata o projecto.

Com a palavra o sr. Lydio Barbosa, declarou que não se oppõe as objecções do seu collega, mas que tambem uma vez que não se tratou de uma medida geral não se considera inhíbido de pedir auxilios para escolas de alguns municipios que não podem suportar essas despesas e que o seu collega que combatu este projecto, devia apresentar um outro que melhor satisfizesse as oppozições, entretanto, que a discussão se terminou por uma medida geral neste sentido.

O sr. Arthur de Mello, com a palavra, declarou que, no orçamento apresentado a casa e tava incluída uma verba para esse fim, e que assim a discussão que por em os seus illustres collegas, por isso não teria um reperimento a mesa pedindo o additamento do projecto.

Em discussão, e a votos, o requerimento foi approvado.

Em 2.ª discussão o projecto n. 35 O sr. Gandra, com a palavra, declarou que, embora a seu pezar votaria contra o projecto, porque o estabelecimento pode empregar verbas com compra de pedras para os seus municipios.

O sr. Becker, com a palavra, declarou que como signatario do projecto, não podia com error se não votava contra, e que a favor do autor do projecto, que se peza de não ter a favor do projecto.

O sr. Arthur de Mello, com a palavra, fez o resumo da discussão do projecto.
Encerrada a discussão, e a votos foi approvado.

Em 2.ª discussão o projecto n. 36. O sr. Gandra, manifestou-se contra o projecto.

O sr. Arthur de Mello, declarou que esperava que o autor do projecto apresentasse uma tabella para ser manifestada.

Encerrada a discussão e a votos o projecto, foi approvado.

Foram approvados, cada um de per si, depois de submettidos a 2.ª discussão os projectos ns. 44, 42, 41 e 41.

Em 2.ª discussão o de n. 22, o sr. Arthur de Mello requereu que fosse a commissão de constituição, o que foi approvado. Submettido a 3.ª discussão o projecto n. 24 e não havendo quem sobre o mesmo fallasse, posto a votos, foi approvado.

Esgotada a materia da ordem do dia, o sr. presidente designou para a do dia seguinte:

1.ª parte — apresentação dos projectos, requerimentos, etc. etc.

2.ª parte — 1.ª discussão dos projectos ns. 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 e 55. — 2.ª discussão dos de ns. 38 A, 45, 41, 42, 43, 44, 39, 35 e 36. Levantou-se a sessão as 3 horas da tarde.

O vice-presidente, João Evangelista Leal — O 1.º secretario, João Spontimero da Costa. — O 2.º secretario, Ricardo Martins Barbosa.

TELEGRAMMAS

Da imprensa de Buenos Ayres, transcrevemos as seguintes telegrammas:

«Londres, Setembro 26. — Os nihilistas d'aqui, publicarão um manifesto — convocação, dirigido aos anarchistas e socialistas francezes, afin de tomarem parte nas festas fraticas russas que se temão de celebrar pela visita da esquadra russa a Toulon. Os publicistas russos dizem, que este manifesto deve-se considerar, como a declaração de tornar o Caiz cumplice no massacre do povo.»

Roma, Setembro 26. — O papa adiou o indedimento a Enciclica que preparava, tratando das questões sociaes.

Berlin, Setembro 26. — Bismarck volta para Berlim, na quinta-feira. Ao partir por Berlim, o Imperator recebeu-o-ha com a mesma cordialidade dos outros tempos.

Madrid, Setembro 26. — 1.ª parte de todas as medidas adoptadas pelas autoridades, os republicanos continuam trabalhando uma grande agitacão na Hespanha.

No toronste principalemte, notto-se grande trabalhos e isto sentido. Os chefes deste partido viajam por ali, e nas manifestações republicanas que provocam, promettendo violentos e seguros contra as autoridades, acionando a população a cooperar para o triumpho do partido, votando nas proximas eleições municipales nos seus candidatos. Os chefes republicanos correm para a agitação atacando o trabalho Sagasta a quem attribuem a culpa principal da actual situação precaria do paiz.

Manchester, Setembro 26. — Proseguem os trabalhos, os trabalhos do canal de navigation. A sua inauguração terá lugar em meados de Dezembro de 1891, contanto anno.

Amster, Setembro 26. — O governo russo não quer uma representação para representar o paiz em uma associação que se realizaria em Amster. Telegrammas de Amster, de Moscovo, e de St. Petersburg, e de Moscou, annunciam que rema a grande entusiasmo

Anexo nº 12

Última folha do manifesto de Cristovão
Nunes Pires, manuscrito e não publicado.

14
devia passar o governo
no do Estado de São
Paulo em homenagem
a respeito a Constituição
Estadual e S. Ex. a Colar
verão.

Não podia tornar-me
complice de um atentado
à Lei marcando a
S. Ex. dia e hora para
assumir o governo.

Mal da república
e do mundo civiliza-
ção grande a lei e a
justiça por o injusto
de um político.

S. Ex. comprometendo
com acto violento e
ilegal subis de ser
do.

Deposto por S. Ex. e
nada o feli pelo povo
constitucional e sempre
progresso e benéficas
constituições coerentes
com o que passou
a desenvolver meus
ideias.

Christovão S. Aires
2º Vice-presidente do Estado
Distrito de São Paulo, 1874

Anexo nº 13

Notas manuscritas de Duarte Schutel incluin
do uma relação de possíveis fuzilados na
Fortaleza de Santa Cruz.

94 - Ab - 17

Grãda Notas

Montem

Asa aviação heur de 15 foi ab
cada a base por maris de
Ferreira.

Constou serem repellidos
indo um navio com aviação

esta aviação de 16 non
e recubida combates -

Desarte do Aquidaban.

Viagem do Chapuzmerin à S. Cruz.

A noite abandono da Fortaleza e do

recontacado -

abandono do Chapuzmerin

Retirada das authorid. Civis e militares.

Viage pelo marinha estrada nas posições

especies dos adversarios: occupação militar

Dia 18

Pela manha entrada de parte dos navios.

Chegada do Almirante Goncalves

Retornar de Villas-Bras

Volta à ultima - forona

A. de Proletary de 17 a 22. Ab -

Desgram^{to} dos alunos nos ruz

Chega a 21 alta noite vapor em
ruja do Rio; desembarque soldados
ela manha.

Antes, a noite, alunos nos effectuar
visitas - invadem campos de -

at 22 Cesar annuncia tomar

Felix - x

Langoy - x

Coel. Damon

D. Freitas

Batori

Eletão

Homualdo

Paranhos

D. Barata

Saulo Werner

Alfod. Batori

Veiga Jr

Ant. Pires

Julio Lima

Conceição x

Luiz Ignacio

Castro

D. Lobo

Camisão x

D. Carr. x

Heister x

Villas-Bras

Anexo nº 14

Cópia original da Lei nº 111, de 1º de outubro de 1894 que deu a capital catarinense a denominação de Florianópolis.

Lei n.º 111 de 1.º de Outubro de 1894

O Encarregado Civil Honrabilo Pedro da Luz Governador do Estado de Santa Catharina

Faço saber a todos os habitantes d'este Estado que o Congresso Representativo deves-
tou a eu sancionou a seguinte Lei:

Artigo 1.º A actual Capital do Esta-
do fica desde já denominada "Florianopolis".

Artigo 2.º Revogam-se as disposições
em contrario.

Mando portanto a todas as auctori-
dades a quem o conhecimento e execução
deste Decreto pertencer que o cumpram
e façam cumprir-o fielmente.

O Secretario do Governo do Estado o man-
de imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado de Santa
Catharina em Florianopolis 1.º de Outubro de
1894 6.º da Republica.

Herilighondy
Jose Arthur Brito

Publicado a presento Decreto nesta Secretaria
do Estado, ao 1.º dia do mes de Out-
ubro de 1894

Jose Arthur Brito

Anexo nº 15

Cópia da Portaria nº 66, de 25 de setembro de 1934, em que o Prefeito de Florianópolis autoriza a retirada dos restos mortais das vítimas da Fortaleza de Anhatomirim para o Rio de Janeiro.



Prefeitura do Município de Florianópolis

PORTARIA Nº 68

(CÓPIA)

Sr. Administrador do Cemiterio
Publico de Itacorobi.

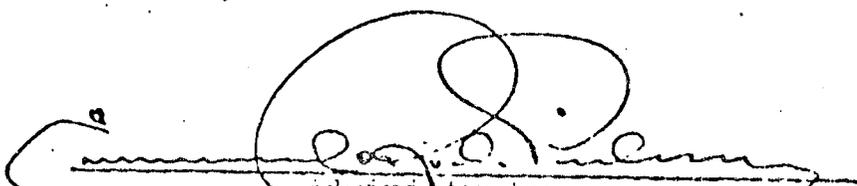
Entregai ao sr. Capitão dos Portos deste Estado Comandante
Lucas Alexandre Boiteux os caixões contendo os restos mortaes dos
cidadãos assassinados, de 23 de abril de 1894 em diante, na Fortaleza
de Anhatomirim, após a jugulação da revolução de 6 de setembro de
1893, ossada requisitada pelo sr. Almirante Ministro da Marinha e a
ser remetida para a Capital Federal.

Prefeitura do Município de Florianópolis, 25 de setembro de 1934.

(ass.) DORVAL MELCHIADES DE SOUSA.

Prefeito.

Administração Geral dos Cemiterios Publicos, em Itacorobi, 20 de
Outubro de 1953.


Administrador.

BIOGRAFIAS

LAURO MULLER

Lauro Severiano Müller nasceu em Itajaí, no dia 8 de março de 1864. Seus pais, Pedro Müller e Ana Michels, foram dos primeiros imigrantes que, ainda jovens, chegaram à Colônia São Pedro de Alcântara, onde casaram.

Filho de comerciante, Lauro, após frequentar as escolas de primeiras letras na sua cidade natal, foi continuar seus estudos no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que trabalhava como caixeiro na casa comercial de um parente. Matriculou-se então no ginásio de Niterói, onde fez curso de humanidades, ingressando em seguida na Escola Militar. Ali realizou o curso superior das três armas, graduando-se como engenheiro militar.

Fazendo parte da geração de alunos de Benjamim Constant, tornou-se republicano. No posto de 2º tenente, ao ocorrer a Proclamação da República, foi nomeado Governador de Santa Catarina. Contava com 26 anos, na ocasião, sendo o governador mais moço dos estados brasileiros. Posteriormente foi deputado à Assembléia Nacional Constituinte e a 11 de junho de 1891 foi eleito constitucionalmente Governador do Estado. Face a injunções políticas daquele momento, permaneceu poucos meses no exercício do Executivo, afastando-se a 29 de dezembro para continuar cumprindo o seu mandato parlamentar, renovado sucessivamente. Em 1899 foi conduzido ao Senado Federal.

Em 1902 foi escolhido novamente para governador de Santa Catarina, mas permaneceu apenas 48 dias no exercício porque foi chamado pelo Presidente Rodrigues Alves para exercer o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, quando participou do plano de urbanização do Rio de Janeiro, com Pereira Ramos, e do saneamento, com Osvaldo Cruz.

Como Ministro da Viação, projetou a ligação ferroviária do porto de São Francisco do Sul à Foz de Iguaçu; impulsionou a exploração do carvão catarinense e da extensão da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Com a morte do Barão do Rio Branco, em 1912, Lauro Müller foi suscedê-lo no Ministério de Relações Exteriores,

durante o Governo de Hermes da Fonseca, continuando na presidência Wenceslau Braz. Embora jornais tivesse demonstrado qualquer simpatia pela causa da terra dos seus antepassados, durante a 1^a Grande Guerra, em 1917, viu-se compelido a renunciar à Chancelaria face a críticas dos seus opositores.

Em 1913 voltou a ser eleito Governador de Santa Catarina, renunciando, mais uma vez, a seu mandato para continuar representando o Estado no Senado Federal, até o final de sua vida.

Lauro Müller faleceu no Rio de Janeiro a 30 de julho de 1926. Era casado com Luiza Müller e deixou três filhos.

No seu Estado natal, continua sendo lembrado. Seu nome a um município, na zona carbonifera do sul catarinense; em sua memória esqueram-se monumentos em Itajaí e Florianópolis. Em 1964, o Governo do Estado e a Prefeitura de Itajaí promoveram as comemorações do I Centenário de nascimento deste digno brasileiro.

HERCÍLIO LUZ

Político catarinense, governou o Estado de Santa Catarina, em três períodos, na República Velha. Hercílio Pedro da Luz, foi o sexto filho do casal Jacinto José da Luz e Joaquina Ananias Neves da Luz. Nasceu na cidade de Desterro, a 29 de maio de 1860. Aos oito anos ficou órfão de pai. Na terra natal frequentou aulas no Ateneu Provincial. Depois, completou os estudos de Humanidades, no Rio de Janeiro e foi cursar engenharia civil na Bélgica. Lá cursou a Faculdade de Ciências Agrônômicas de Gemblaux, onde esteve matriculado nos anos de 1881 e 1882, diplomando-se aos 22 anos.¹ Terminado o curso, voltou ao Brasil, para exercer a profissão na sua Província, sendo nomeado engenheiro da Comissão de Terras. Em 1885 casou-se com Etelvina Cezarina Ferreira.

Com o advento da República Hercílio Luz começa a aparecer, com destaque, na política catarinense. De Blumenau, onde exercia o cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão de Terras, liderou um movimento de oposição ao governador Manoel Joaquim Machado, eleito pelo Partido Federalista. Foi no ano de 1893, quando a situação se apresentava conturbada em vários Estados, em virtude da reação contra o vice-presidente Floriano Peixoto, então na Presidência da República. A participação de Hercílio Luz, neste episódio, leva-o à prisão juntamente com Santos Lostada, Bonifácio Cunha e outros republicanos. No dia de 3 de março os presos políticos chegam à cidade de Desterro. O Tribunal de Justiça nega-se a pronunciá-los. Semanas depois, o governador tenente Machado rompe com Floriano. De volta a Blumenau, Hercílio arregimenta forças disposto a marchar sobre a Capital. A 14 de julho, com um grupo armado, toma Tijucas e depõe a Câmara Municipal. Em seguida é aclamado Governador do Estado. No dia 29 os revolucionários chegam ao Desterro e alojam-se no 25º Batalhão de Infantaria. Na chefia do governo estava o vice governador Elizeu Guilherme da Silva. Os "hercilistas" tentam a sua deposição e chegam a tomar o Palácio. Da Capital da República, entretanto, Floriano Peixoto desautoriza a ação de Hercílio Luz, em ato de 2 de agosto de 93, exonerando-o, inclusive, do cargo federal que exercia. Com a falta de apoio do governo central os republicanos abandonam a Capital. A atitude do

Presidente, entretanto, não passou de uma simples manobra para confundir os adversários. Logo em seguida nomeia Hercílio Luz chefe do Distrito Telegráfico, com jurisdição na área compreendida entre a cidade paranaense, de Morretes e Torres, no Rio Grande do Sul. No Paraná, foi incorporado às forças regulares do General Francisco de Paula Argolo. Como engenheiro-técnico esteve ao lado de dois jovens militares catarinenses, Lauro Müller e Filipe Schmidt na luta pela consolidação da República. A situação nacional agravara-se com a Revolta da Armada e a instalação de um governo rebelde, em Santa Catarina, sob a chefia do Almirante Frederico Guilherme Lorena. Somente em abril de 1894 é que os "florianistas" controlavam o Poder. Por delegação federal o Cel. Antônio Moreira Cesar assumiu o governo do Estado a 19 de abril. A ele coube garantir o resultado do pleito que elegeu Hercílio Luz e lhe entregar o Executivo Estadual, a 28 de setembro de 1894. Seu companheiro de chapa, como vice-governador, foi Polidoro Olavo S. Thiago.

O primeiro mandato de Hercílio Luz caracterizou-se pela reconstrução do Estado, saído dos anos agitados que marcaram o início da era republicana. Com 35 anos o governante já revelaria toda sua capacidade político-administrativa. No início desta gestão, a Capital perdeu o nome de Desterro e ganhou o de Florianópolis. A lei neste sentido, votada pelo Congresso Representativo, recebeu o número 111 e foi sancionada no dia 1º de outubro de 1894. Entre as principais obras do quadriênio centam-se a reforma do Palácio do Governo, dando-lhe o aspecto atual; abertura da rodovia litorânea até a fronteira com o Paraná; instalação dos municípios de Imaruã, Jaraguaruna, Palhoça, Nova Trento e Campo Alegre e das comarcas de Araranguá, São Bento do Sul, Brusque e São Joaquim. Encarou com decisão a questão dos limites com o Paraná, entregando a defesa da causa ao Conselheiro Manoel da Silva Mafra. Estabeleceu os símbolos do Estado, Oficializando as Armas, a Bandeira e o Hino de Santa Catarina. Em 26 de janeiro de 1895 o Congresso promulgou a 3ª Carta Constitucional, que fez cumprir, restabelecendo a organização dos Poderes.

Terminado o mandato, em 28 de setembro de 1898, passou a chefia do Executivo ao seu sucessor eleito o Major Fe

lipe Schmidt. Em 1900 foi eleito deputado federal, cargo a que renunciou, em seguida, para concorrer a uma vaga aberta no Senado Federal, com a morte do Senador Antônio Justiano Esteves Júnior. Foi sucessivamente reconduzido à Câmara Alta, em 1906 e 1915. No ano de 1915, então viúvo, contraiu segundas núpcias com Corália dos Reis Ferreira, irmã de sua primeira esposa. Do primeiro matrimônio, com D. Etelvina, haviam nascido onze filhos: Cora, Esperança, Alfredo, Felipe, Amadeu, Abelardo, Wenceslau, Antônio, Arnaldo, Aldo, Carmem, que foi casada com Joe Colaço, Miriam, Célia e Climene. Do segundo casamento teria mais quatro filhos: Alda, Aldo, Hercília e Hercílio Pedro.

Nos anos de militância no Parlamento Nacional, fez crescer no Estado o prestígio popular conquistado. Assim, em 1918, Hercílio Luz apareceu como forte candidato a governador. Lauro Müller, que dividia com ele a chefia política em Santa Catarina, defendia a candidatura de Abdon Batista. Neureu Ramos, outro político que despontava, também fez oposição, organizando o bloco que denominou Reação Republicana. Estava ameaçada a unidade do Partido Republicano. Para não aparecer como derrotado o Senador Lauro Müller foi obrigado a aceitar a sua própria candidatura, tendo Hercílio como vice. Eleito, Lauro, que já fora ministro do Estado e atuava na política nacional, optou pela senatória. Com a renúncia, assume o vice que cumpriu todo o mandato (1918-1922).

Não sendo o candidato titular em 1918, ao receber o governo do Estado não trazia um programa previamente elaborado.

No entanto, este fato não empanou esta administração, onde foram planejadas e executadas para o Estado soluções de hoje, como o saneamento da Capital, a canalização do rio da Bulha e abertura da avenida Hercílio Luz; a ligação da ilha de Santa Catarina ao Continente; abertura de rodovias de penetração; projetos de ferrovias e portos; estabelecimento das estações de experimentação agrícola e pecuária e a expansão da rede escolar.

Conhecendo a fundo a problemática catarinense, acreditava que através do amparo ao agricultor poderia consolidar a economia do Estado. Sua confiança e o seu otimismo, em

relação ao futuro de Santa Catarina, estão nas palavras que proferiu perante o Congresso Representativo quando afirmou : "O nosso Estado não possui, é verdade, grandes cidades, esses imensos aglomerados humanos que nem sempre exprimem a riqueza e a abundância dos povos, antes são muitas vezes demonstração pletórica, por conseguinte, doentia, sintoma de decadência da vida rural, fonte de toda prosperidade econômica. É encorajando o agricultor, animando a indústria pastoril, rasgando estradas, mais estradas e cada vez mais estradas; educando as populações não para aumentar o número de bacharéis, mas para centuplicar o número de lavradores adiantados; protegendo a produção é que vamos encontrar a fórmula definitiva para a solidez de nosso futuro econômico'

"Sem abandonar as cidades, e principalmente a Capital do Estado, à incúria, à imprevidência dos maus adminis-tradores, não vacilo em proclamar que seus confortos, sua vida intensa, seu progresso virão inevitavelmente um dia, como um reflexo possante da abundância da terra, trabalhada por uma geração de homens robustos, instruídos e patriotas".

No início desta gestão deu curso à reforma administrativa. Instalou as Secretarias do Interior, Justiça, Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, chamando para ocupá-las José Artur Boiteux e Adolfo Konder, respectivamente. Na Secretaria de Justiça deu início à organização do Arquivo Público do Estado.

Como homem público e engenheiro, não ficou detido nas dificuldades de caráter financeiro. Buscou nos empréstimos externos os meios necessários. O saneamento da Capital e de várias zonas rurais, a partir de 1919, foi possível através de um convênio que firmou com a "Fundação Rockffeler". Neste mesmo ano iniciou as gestões para concretizar a construção da ponte Ilha-Continente, cogitada desde o primeiro governo republicano, com Lauro Müller.

Para Hercílio Luz, a realização desta obra, bem como toda a remodelação urbana de Florianópolis, não tinha apenas o sentido de embelezar a cidade. Estava convicto de que o saneamento, a abertura de ruas e a própria ponte eram fatores decisivos para o desenvolvimento do próprio Estado e, principalmente, para a permanência da Capital na ilha de

Santa Catarina, pois, até esse tempo, se tinha cogitado várias vezes de levar a sede do Governo para o interior. Este um dos fatores porque seu projeto sofreu oposição. Não foi pequena a parcela da opinião pública que se aditou contra o governador, alegando que construção enfraqueceria outras áreas. Com muita coragem ele respondeu a esta corrente, dizando em 1922 perante o Legislativo que era de justiça recordar que "Florianópolis, entre várias municipalidades catarinenses, não esteve, até bem pouco, no número daquelas com que os governos, tantos da União como do Estado tinham sido generosos, com ufania registramos o rigoroso progresso das nossas antigas colônias, mas devemos também assinalar que nunca lhes faltou ajuda dos cofres públicos, enquanto a nossa capital ia vivendo quase por si só. Justo é, pois, que agora se estendam a ela favores análogos aos feitos a outras zonas, fatores que, em última análise redundam em benefício para todo o Estado".

Em novembro de 1919 o Governo do Estado contraiu um empréstimo nos Estados Unidos, no total de 5 milhões de dólares. A administração estadual não necessitava remover esta quantia para Santa Catarina. Todo o material pesado para a ponte metálica seria adquirido na América. Assim, enquanto se ultimavam os termos do contrato de construção, foi escolhida para depositário do Estado de Santa Catarina, em Nova York, a casa bancária "Imbrie & Co". Em maio de 1920 o Governo firmou com a "General Electric", contrato para a construção de uma linha de bondes elétricos, que faria parte do complexo ligação Ilha-Continente. Para cumprimento deste contrato era necessário sacar parte do empréstimo depositado. Neste momento o banco "Imbrie & CO" apresentou-se como falido. O Governador tomou todas as precauções para resguardar os direitos do Estado. A questão foi parar na Justiça norte-americana e, dos 5 milhões, foi possível reaver, somente, 1 milhão e 50 mil dólares, em 1921.

Nesta altura já fora contratada a construção da ponte, com a firma "Byington and Sundstrom", através de seus escritórios em São Paulo. O impasse criado com a falência dos banqueiros "Imbrie" não seria razão para se retroceder nos planos. A 14 de julho de 1922 o governador em exercício, Rau

lino Horn, assinava novo contrato de empréstimo nos Estados Unidos. A firma "Halsey, Stuart & Co", de Nova York, colocava à disposição do governo catarinense outros 5 milhões de dólares.

O afastamento de Hercílio Luz da chefia do executivo Estadual, neste momento, dera-se em virtude de sua candidatura ao governo. Foi substituído pelo presidente do Congresso Representativo, Raulino Júlio Adolfo Horn. Em abril realizou visitas a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na capital paulista foi hóspede oficial do então Presidente do Estado, Washington Luiz Pereira de Souza. Na capital Federal conferenciou com o Presidente Epitácio Pessoa. A convite do governador mineiro Raul Soares, esteve em Belo Horizonte e Lagoa Santa, ali para conhecer o túmulo do naturalista Peter G. Lund.

A 6 de agosto foi eleito, tendo como vice o Cel. Antônio Pereira de Oliveira. A 28 de setembro assumia para cumprir mais um quadriênio à frente dos destinos de Santa Catarina. Como auxiliares diretos, tinha agora o seu genro Joe Luiz de Martins Colaço, na Secretaria do Interior e Justiça e Victor Konder, na pasta da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura.

Em novembro iniciava-se os trabalhos preliminares da ponte, projetada pelos engenheiros David B. Steimann e Holton B. Robinson, calculada para locomotivas elétricas de 50 toneladas seguidas de 3.000 Kg por metro linear para passagem de caminhões de 6 toneladas e tendo o peso aproximado do aço, a ser empregado em 7.000 toneladas. Iniciada no ano do Centenário da Independência do Brasil, num gesto patriótico, quis que ela se denominasse "PONTE INDEPENDÊNCIA". Era uma comemoração catarinense, "perpetuando em aço e granito o entusiasmo de geração que viu passar o primeiro centenário da nossa independência política, e, mais do que isto, perpetuando, numa obra monumental e de real utilidade pública, o espírito de iniciativa e valor normal e econômico dos homens que, no governo ou fora dele, trabalhavam em Santa Catarina no ano de 1922".

Acompanhando realização de tamanho vulto, o governo de Hercílio Luz, não descuidava os outros setores da vida es

tadual. Paralelamente, contratou a firma Reo Bennett afim de proceder a estudos para locação de uma ferrovia que, partindo do Estreito em direção a Lages, deveria atingir a fronteira com a Argentina. Mandou construir um edifício na Agrônômica para receber hospedes oficiais, prédio este depois adaptado para residência oficial do Governador do Estado. Criou o serviço de mineração do Estado e, através dele, firmou contratos com firmas mineradoras para a exploração de jazidas de carvão no sul catarinense. Em 1923 promoveu na Capital o Congresso de Superintendentes Municipais.

Homem de mais de 60 anos, vividos intensamente, em meio às agitações da vida pública, já a partir de 1920, sua saúde dava mostras de se achar seriamente abalada. Para se recuperar seguidamente, procurava repouso na sua fazenda de Taquaras, município de São José. Ao iniciar o terceiro governo, sentia-se debilitado. A conselho médico foi procurar recursos na Europa. A 9 de maio de 1924 passou o governo ao vice-governador Pereira e Oliveira. Viajou para a Suíça em companhia da esposa D. Corália, quatro filhos menores e o secretário particular Olavo Freire Júnior. No Velho Mundo não encontrou cura para o mal que o acometera. Sem que os recursos da ciência pudessem recuperá-lo, voltou ao Brasil. Antes do congresso visitou a Basílica de Nossa Senhora de Lourdes, na França. No Rio foi entusiasticamente recebido por autoridades e representante da colônia "barriga-verde", no dia 27 de setembro. No noite de 7 de outubro chegava a Florianópolis. Teve apoteótica recepção popular. Na praça XV de Novembro foi erguida uma miniatura de 9 metros, da ponte pensil, em construção, para que seu idealizador pudesse passar por ela. Do caes, uma enorme multidão acompanhou o ilustre coestadano até à residência da praça Etelvina Luz.

Sem condições para reassumir o governo, permaneceu recolhido no leito. Diariamente dezenas de pessoas compareciam ao palacete da família Luz para visitá-lo. Poucos dias após o regresso sofreria um rude golpe. A 17 de outubro, vítima de um mal cardíaco, falecia repentinamente sua filha Clymene, moça de 17 anos. Este fato parece que lhe abreviou a vida. No dia 20 morria Hercílio Luz. Seu funeral, no dia seguinte, teve um dos maiores acompanhamento de que se teve notícias na Capital. Na capela do Hospital de Caridade o

P. Jaime Câmara encomendou o corpo. No cemitério de Nosso Senhor dos Passos falaram: Henrique da Silva Fontes, em nome do Governo do Estado; deputado estadual Carlos Wendhausen, em nome do Poder Legislativo; o deputado federal Joaquim Ferreira Lima, representando a bancada catarinense e o deputado José Acácio Soares Moreira, em nome do povo. O Governador Pereira Oliveira, decretou luto oficial por oito dias e, as repartições públicas não deram expediente, durante três dias.

No Legislativo Estadual, por proposição do deputado Acácio Moreira, foi aprovada lei dando a denominação de "Hercílio Luz" à ponte que seria inaugurada a 13 de maio de 1926. O parlamentar contrariava o desejo do idealizador que, quando lhe sugeriram esta homenagem, recusara afirmando; "Nenhum indivíduo pode sobrepor-se aos interesses da Pátria, que a Independência anunciou e completou".

Republicano incontestado, nas agitações políticas na 1ª República, Hercílio Luz, teve dedicada atuação não permitindo que o Estado de Santa Catarina se degenerasse. Figura popular sabia ser enérgico. E o era, porque assim entendia: "Para mim ação enérgica não é outra coisa senão a defesa necessária contra os que perturbam a tarefa governamental", afirmou em Mensagem à Assembléia em 1919.

Quando a ponte completou dez anos, em 1936, à sua cabeceira no lado da Ilha, foi erguido um monumento com estátua do governador Hercílio Pedro da Luz, e ali colocados seus restos mortais. As homenagens que os catarinenses tributam ao estadista não se restringem à Capital, com a denominação da ponte, do aeroporto e da avenida. Em vários outros municípios seu nome aparece em ruas, logradouros e numa associação esportiva da cidade de Tubarão. No município de Água Doce, um dos principais distritos recebeu o topônimo Herciliópolis. Em maio de 1960, o governo do Estado de Santa Catarina, promoveu em Florianópolis a comemoração do centenário de nascimento de Hercílio Luz, marcando com uma série de atos públicos a passagem da data.

1. Biógrafos de Hercílio Luz apontam-no como formado em Engenharia Civil, pela Universidade de Gaud. O professor Eddy Stols, no trabalho que realizou sobre os brasileiros que cursaram universidades belgas, não localizou o nome de Hercílio Luz, entre os matriculados em Gaud, mas sim em Gembloux.

FELIPE SCHMIDT

Nascido em Lages a 4 de maio de 1860, Felipe Schmidt serviu ao seu Estado como militar e político. Era filho de Felipe e Felisbina Schmidt, descendentes dos primeiros imigrantes que subiram o planalto serrano. Ingressou no Exêrcito Nacional, aos 16 anos, como praça voluntário do 2º Regimento de Artilharia Montada. Na Escola Militar fez curso de engenharia e em 1882 alcançou o posto de 2º Tenente. Sua primeira comissão foi nos trabalhos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Marmoré, na Amazonia. Em 1885 foi nomeado Ajudante de Ordens do Presidente da Província do Paraná, o Visconde de Taunay.

Fazendo parte do grupo de militares que abraçaram os ideais republicanos, após a Proclamação da República, ingressou na política ao lado de outros "barriga-verdes", da sua geração, como Lauro Müller, Carlos Augusto de Campos e Lebon Régis. Em 1890 foi eleito deputado de Santa Catarina à Assembléia Nacional Constituinte.

Candidato à sucessão governamental em 1898, foi eleito para chefiar o Executivo Catarinense, posto que voltou a exercer no quadriênio 1914-1918.

No Governo do Estado preocupou-se com a ligação viária entre várias regiões. Determinou estudos para a ligação ferroviária do litoral com o planalto, através do vale do Itajaí; insistiu na abertura de estradas ligando Itajaí-Blumenau-Rio do Sul-Curitibanos, Florianópolis-Lages, São Joa - quim-Tubarão, pela serra do Rio do Rastro.

No exercício dos dois mandatos, trabalhou pela solução do problema dos limites com o vizinho Estado do Paraná. Foi no seu segundo governo, em 1916, que a questão chegou ao fim, face ao arbitramento do presidente Wenceslau Braz.

Felipe Schmidt foi dos nossos primeiros governantes a preocupar com a ligação da Ilha de Santa Catarina com o Continente. Com esta finalidade determinou a elaboração de um projeto de construção de uma ponte, o que foi concluído em 1916. Este projeto preconizava um aterro até à então conhecida Ilha do Carvão e, daí em diante, uma ponte de vão móvel

para permitir a passagem de embarcações. O alto custo tornou a obra inviável na sua administração.

No Legislativo, Felipe Schmidt representou Santa Catarina na Câmara Federal (1891-1893) e no Senado exercendo quatro mandatos, com eleições sucessivas em 1903, 1909, 1918 e 1924.

Paralelamente à carreira política, foi galgando postos militares até o generalato. Major em 1892; Tenente-Coronel em 1900, Coronel em 1909 e General em 1918.

Faleceu no Rio de Janeiro, onde cumpria o mandato de Senador, em 26 de maio de 1930.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Primárias

- FLORIANÓPOLIS, Arquivo Público do Estado - Autógrafos das Leis, Livro nº 1, 1892.
- - Constituição do Estado de Santa Catarina de 11/06/1896.
- - Constituição do Estado de Santa Catarina de 07/07/1892.
- - Correspondência com o Congresso Representativo, anos de 1894-1896.
- - Correspondência dos Engenheiros, (1892-1898).
- - Relatório do Presidente da Província do ano de 1839. Anexo nº 11.
- FLORIANÓPOLIS, Biblioteca Pública do Estado - Atos do Governo Provisório em Santa Catarina - 1893.
- FLORIANÓPOLIS, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina - Documentos de Cristóvão Nunes Pires.
- SCHUTEL, Duarte - Notas manuscritas.

2. Jornais

- A Evolução, Desterro (1887)
- A Legalidade, São Bento do Sul (1893)
- A Voz do Povo, Desterro (1885)
- Conservador, Desterro (1884-1889)
- Folha Livre, Joinville (1887)
- Gazeta Lagunense, Laguna (1893)
- Jornal do Comércio, Desterro/Florianópolis (1880-1894)
- O Abolicionista, Desterro (1884-1885)
- O Estado, Desterro/Florianópolis (1892-1899)
- O Futuro, Laguna (1891-1899)
- O Independente, Tijucas (1886-1887)
- República, Desterro/Florianópolis (1889/1900)
- Sul, Joinville (1889-1890)
- Sul-Americano, Florianópolis (1899)

3. Obras

- ABRANCHES, Dunshee de - Atas e Atos do Governo Provisório, Rio de Janeiro, JB, 1922.
- ANDRÉA, José - O Marechal Andréa nos Relevos da História do Brasil, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.
- AVELLAR, Hélio de Alcantara - História Administrativa e Econômica do Brasil, 2a. ed., Rio de Janeiro, FENAME, 1976.
- BASBAUM, Leônico - História Sincera da República, São Paulo, Editora Fulgor, 1957.
- BELO, José Maria - A História da República, 6a. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1972.
- BLUM, Heitor - A Campanha Abolicionista na Antiga Desterro, Florianópolis, IHGSC, 1939.
- BOITEUX, Henrique - A República Catarinense (Notas para a sua História) Rio de Janeiro, Imprensa Naval 1927.
- BOITEUX, José Arthur - Os Partidos Políticos em Santa Catarina (1a. parte, 1821-1871), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915.
- BOITEUX, Lucas Alexandre - Notas para a História Catarinense, Florianópolis, Livraria Moderna, 1912.
- _____ - A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935.
- _____ - História de Santa Catarina, São Paulo, Melhoramentos, 1919.
- BORMANN, José B. - Dias Fraticidas - Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná, Curitiba, Livraria Econômica - 1901.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues - História de Santa Catarina, Florianópolis, SEC/Landes - 1970.
- _____ - Breve Notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina, Florianópolis, Editora Lunardelli, 1974.
- CALADO JUNIOR, Martinho - História da Imprensa em Santa Catarina, in: História de Santa Catarina v. IV, Curitiba, Grafipar, 1969.
- CALMON, Pedro - História do Brasil, 2a. ed., v. VI, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1963.
- CAMEU, Francolino e VARZEA, Virgílio - Traços Biográficos do Cidadão Antônio Justiniano Esteves Junior, Rio de Janeiro, Tipografia São José, 1932.
- CASTRO, Terezinha de - História Documental do Brasil, 2a. Edição, São Paulo/Rio de Janeiro, 1968, Distribuidora Record.
- CARNEIRO, Augusto A. - A História da República e a Tríplice Aliança, Rio de Janeiro, Grafica Olímpica, 1942.
- CARONE, Edgar - A Primeira República (Texto e Contexto) - (1889-1890), São Paulo, Diefel, 1969.

- CARONE, Edgar - A República Velha I (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, Diefel, 1970.
- _____ - A República Velha II (Evolução Política) São Paulo, Diefel, 1971.
- COSTA, Cruz - Pequena História da República, Rio de Janeiro, Civ. Bras., 1968.
- COSTA, Gil - Campos Sales (discurso), Florianópolis, IHGSC, 1941.
- CORRÊA, Carlos Humberto - Guia dos Governantes de Santa Catarina, Florianópolis, SEC, 1969.
- DEEKE, José - Blumenau e a Revolução de 1893, in: Blumenau em Cadernos, Tomo IX, nºs 11/12, Blumenau.
- DIEGUES JR., Manuel - Uma Fase de Transição na Vida Brasileira: Os Começos da República, in: Carta Mensal nº 275, p. 11-23, Rio de Janeiro, 1978.
- FAORO, Raymundo - Os Donos do Poder, P.A., Editora Globo, 1958.
- FICKER, Carlos - História de Joinville (Subsídios para a Crônica da Colônia D. Francisca), Joinville, Tep. Ipiranga, 1965.
- _____ - São Bento do Sul, Subsídios para a sua História, 1a. parte, Joinville, Tep. Ipiranga, 1973.
- FRAGOSO, Augusto Tasso - A Revolução Farroupilha (1835-1845), Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, V. XVI-XVII, 1939.
- HAHNER, June E. - Uma Nova Perspectiva sobre a Queda do Império e o Começo da República, in: Revista de História, V. LI, nº 102, São Paulo, 1975, p. 631-642.
- KONDER, Marcos - Lauro Müller, 2a. Edição, Florianópolis, Imprensa Oficial, 1957.
- MEIRINHO, Jali e JAMUNDÁ, Theobaldo Costa - Nomes que Ajudaram a Fazer Santa Catarina v. I, Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina/Edeme, 1972.
- MURICY, José Candido da Silva - A Revolução de 1893 em Santa Catarina e no Paraná (Memórias) 2a. ed., Rio de Janeiro, Cia. Editora Americana.
- OLIVEIRA, Plácido Olimpio de - A Política de Joinville no Império, in: Album Histórico do Centenário de Joinville, Joinville, SAJ, 1951.
- PAULI, Evaldo - Hercílio Luz Governador Inconfundível, Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PEREIRA, Carlos da Costa - A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina, Florianópolis, Editora Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PETRONE, Maria Teresa Scherer - As Crises da Monarquia e o Movimento Republicano, in: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 16, p. 31-41, São Paulo, 1975.
- PIAZZA, Walter F. - O Escravo numa Economia Minifundiária Florianópolis, UDESC, 1975.

- PIAZZA, Walter F. - A Igreja em Santa Catarina - Notas para a sua História, Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.
- PRADO, JR., Caio - Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Martins, 1942.
- POMBO, Rocha - História do Brasil, v. IV, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, s/d.
- SAES, Decio - Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930) - Petrópolis, Vozes, 1975.
- SILVA, José Ferreira da - História de Blumenau, Florianópolis, EDEME, 1972.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy - Republicanism e Federalismo - Um Estudo da Implantação da República Brasileira (1889-1902), Brasília, Senado Federal, 1978.
- SODRE, Nelson Werneck - História da República Brasileira, Rio de Janeiro, Civ. Bras., 1964.
- TELAROLLI, Rodolfo - Poder Local na República Velha, São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- TOLENTINO, Alvaro - A Fuga do Tenente Machado, in: Anuário Catarinense, nº 1, p. 102-107, Florianópolis, 1948.
- WITTER, José S. - O Partido Republicano Federal e o Processo Político-Partidário Brasileiro, in: Revista de História, V. III, nº 103, São Paulo, 1975.

4. Outras Fontes Impressas

- ANAIS da Câmara dos Deputados (1891-1900)
- COLEÇÃO de Leis do Estado de Santa Catarina, 1891-1900
- MANIFESTO do Congresso Nacional Republicano (1887) in: Notícia Bibliográfica e Histórica, ano III, nº 23, Campinas, junho de 1971.
- MENSAGEM ao Congresso Representativo, apresentada pelo Governador Hercílio Pedro da Luz, Florianópolis, 27/07/1895.
- MENSAGEM ao Congresso Representativo apresentada pelo Governador Felipe Schmidt, Florianópolis, 11/08/1900.
- RELATÓRIO apresentado ao Governador do Estado de Santa Catarina pelo Secretário de Estado José Teixeira Raposo, Florianópolis, julho de 1899.